



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE (PRODEMA)
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

TURISMO E SUSTENTABILIDADE: O DESAFIO DO ECOTURISMO NO
MUNICÍPIO DE PEDRO II, PIAUÍ

TERESINA – PI

2023

LUCIANO UCHÔA FRAGA LEITÃO

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: O DESAFIO DO ECOTURISMO NO
MUNICÍPIO DE PEDRO II, PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Clarissa Gomes Reis Lopes

TERESINA – PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

L533t Leitão, Luciano Uchôa Fraga.
Turismo e sustentabilidade : o desafio do ecoturismo no
município de Pedro II, Piauí / Luciano Uchôa Fraga Leitão. -- 2023.
142 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio
Ambiente, Teresina, 2023.

“Orientadora: Prof^ª. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes”.

“Coorientadora: Prof^ª. Dra. Clarissa Gomes Reis Lopes”.

1. Percepção Socioambiental. 2. Educação Ambiental.
3. Desenvolvimento Sustentável. I. Lopes, Wilza Gomes Reis.
II. Lopes, Clarissa Gomes Reis. III. Título.

CDD 333.714

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

LUCIANO UCHÔA FRAGA LEITÃO

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: O DESAFIO DO ECOTURISMO NO
MUNICÍPIO DE PEDRO II, PIAUÍ**

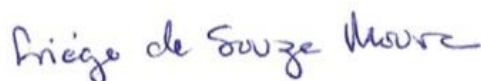
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Clarissa Gomes Reis Lopes

Aprovada em: 29 / 08 / 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br WILZA GOMES REIS LOPES
Data: 11/10/2023 19:43:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)
Orientadora



Prof^ª. Dra. Liége De Souza Moura
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Membro Externo



Prof^ª. Dra. Jaira Maria Alcobaça Gomes
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)
Membro Interno

AGRADECIMENTOS

À Deus, à Mãe Terra e aos Anjinho, por nos acolher...

À minha família, em especial, à minha irmã Patrícia, pela solicitude de estar sempre à disposição, me ajudando e dando forças para que eu pudesse seguir em frente nesta empreitada. À minha companheira, Clarissa, pelo apoio incondicional e paciência nesta jornada, que contou, ao final, com o estímulo do nosso raio de sol, Aurora! Ao meu filho, Juliano, minha irmã Juliana e meus pais Aluísio e Alba, gratidão pelo apoio!

À minha orientadora, Prof^ª. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes, por todos os ensinamentos aportados, bem como pela paciência e determinação nestes anos de estudo.

À minha coorientadora, Prof^ª. Dra. Clarissa Gomes Reis Lopes, pelos ensinamentos e apoio nesta empreitada.

Às professoras, presentes na banca de qualificação, Prof^ª. Dra. Liege e Prof^ª. Dra. Jaíra, obrigado pela colaboração e motivação nesta jornada.

Ao Juarez e demais amigos de aventura, pela oportunidade de prover andanças pelo Piauí, por meio do programa Caminhos e Trilhas, Planeta Aventura e demais expedições, que tive e tenho a honra de participar. Tais vivências, aos longo destes anos, moldaram este sentimento, que tenho em mim, de pertencimento à terra e ao povo simples, que residem em locais ermos e preciosos, deste nosso Estado.

À população rural de Pedro II, sobretudo, aquelas residentes na Serra dos Matões, obrigado por me acolher nestes últimos 19 anos, que contribuíram para grandes ensinamentos e formação de amizades.

Ao PRODEMA, obrigado pelos ensinamentos, que contribuíram para cristalizar a importância de tão importante e necessário tema, que é a sustentabilidade.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui... Gratidão!!

“Que o Ecoturismo possa ser instrumento de reparo socioambiental, para com comunidades fragilizadas e à Mãe Terra, afligidas, deveras, pelo descompasso insensato de uma atividade turística, comumente desastrosa, frente à sustentabilidade...”
Luciano Uchôa

RESUMO

A cidade serrana de Pedro II, localizada na região Nordeste do Piauí, Brasil, é dotada de condições naturais para a prática do Ecoturismo, segmento do turismo este, que fomenta a conservação ambiental, ao tempo que promove a participação de comunidades locais no contexto da atividade turística. O município está situado na Área de Proteção Ambiental da Serra da Ibiapaba e é conhecido como a Terra da Opala, devido a presença de importantes reservas deste mineral. Pedro II teve um crescimento de sua atividade turística nos últimos anos, sobretudo, a partir da realização, desde 2004, do Festival de Inverno, evento que congrega música, gastronomia e ecoturismo, trazendo significativa projeção para o município. No entanto, verifica-se a presença de impactos ambientais negativos nos atrativos naturais existentes e sazonalidade da atividade turística, justificando a necessidade de estudos sobre como esta atividade está sendo operacionalizada no município. Portanto, este estudo tem como objetivo geral, analisar os impactos provenientes da prática do Ecoturismo no município de Pedro II, Piauí, considerando as dimensões ambientais e socioeconômicas. Como objetivos específicos, têm-se: caracterizar o município de Pedro II, nas dimensões ambientais e socioeconômicas; averiguar as iniciativas de Ecoturismo praticadas na região; conhecer a percepção dos residentes de comunidades rurais, que atuam no turismo, sobre os impactos ambientais e socioeconômicos da atividade e verificar a percepção e os aspectos operacionais da atividade turística, relacionados aos receptivos turísticos e à gestão pública do turismo. Foi realizado estudo exploratório e descritivo, de corte transversal, com abordagem quali-quantitativa. Para atender aos objetivos propostos, foram realizadas consultas aos projetos, leis e programas existentes em nível municipal, levantamento de informações em setores ligados às atividades turísticas e a realização de entrevistas com residentes em comunidades rurais que trabalham com o turismo, com os receptivos turísticos e com o setor público, com enfoque nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. elementos estes que compõe o tripé do desenvolvimento sustentável. Foi verificada a potencialidade de Pedro II para o Ecoturismo, sobretudo, pela existência de cachoeiras, mirantes e trilhas, na região da Serra dos Matões, tendo como principais passeios ofertados aos turistas, as visitas às quedas d'águas da Urubu Rei e do Salto Liso. Destaca-se, que os passeios são oferecidos, sobretudo, por dois receptivos turísticos na cidade, bem como por uma parcela de residentes nas comunidades rurais, próxima aos atrativos, que operam informalmente como condutores e possuem pouca capacitação. Constatou-se, que os impactos positivos da atividade turística foram, o incremento na renda, melhoria de infraestrutura local, interações sociais, elevação da autoestima e uma maior visibilidade para Pedro II. No que se refere aos efeitos negativos da atividade turística, foram relatados a presença de resíduos deixados nas trilhas, queimadas, pichações, falta de segurança, acessibilidade precária e possibilidade de aculturação. Foi constatado, também, forte sazonalidade do turismo, com ênfase à época do Festival de Inverno, ações pontuais de Ecoturismo, falta de práticas contundentes que promovam conservação ambiental e inclusão social das comunidades rurais, na atividade turística. Ressalta-se, ainda, a necessidade de se implantar ações efetivas que estimulem o Ecoturismo, com foco na capacitação e inserção da educação ambiental nas diretrizes da atividade do turismo em Pedro II, tendo como finalidade, o fortalecimento dos princípios que regem o turismo sustentável, na medida que proporcionaria uma maior distribuição de ganhos coletivos para as comunidades e a mitigação dos impactos negativos observados na pesquisa.

Palavras-Chave: Percepção Socioambiental; Educação Ambiental; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The mountain town of Pedro II, located in the Northeast region of Piauí, Brazil, is endowed with natural conditions for the practice of Ecotourism, a segment of tourism that promotes environmental conservation, while promoting the participation of local communities in the context of tourist activity. The municipality is located in the Serra da Ibiapaba Environmental Protection Area and is known as the Land of Opala, due to the presence of important reserves of this mineral. Pedro II has seen an increase in its tourist activity in recent years, especially since 2004, since 2004, the Winter Festival, an event that brings together music, gastronomy and ecotourism, bringing significant projection to the municipality. However, there is the presence of negative environmental impacts on existing natural attractions and the seasonality of tourist activity, justifying the need for studies on how this activity is being operated in the municipality. Therefore, this study has the general objective of analyzing the impacts arising from the practice of Ecotourism in the municipality of Pedro II, Piauí, considering the environmental and socioeconomic dimensions. The specific objectives are: to characterize the municipality of Pedro II, in environmental and socioeconomic dimensions; investigate Ecotourism initiatives carried out in the region; to understand the perception of residents of rural communities, who work in tourism, on the environmental and socioeconomic impacts of the activity and to verify the perception and operational aspects of tourist activity, related to tourist reception and public tourism management. An exploratory and descriptive, cross-sectional study was carried out, with a qualitative and quantitative approach. To meet the proposed objectives, consultations were carried out on existing projects, laws and programs at the municipal level, information was collected in sectors linked to tourist activities and interviews were carried out with residents in rural communities who work with tourism, with tourist reception staff and with the public sector, focusing on economic, social and environmental aspects. These elements make up the tripod of sustainable development. The potential of Pedro II for Ecotourism was verified, above all, due to the existence of waterfalls, viewpoints and trails, in the Serra dos Matões region, with the main tours offered to tourists being visits to the Urubu Rei and Salto waterfalls. Straight. It is noteworthy that the tours are offered, above all, by two tourist receptions in the city, as well as by a number of residents in rural communities, close to the attractions, who operate informally as drivers and have little training. It was found that the positive impacts of tourist activity were an increase in income, improvement of local infrastructure, social interactions, increased self-esteem and greater visibility for Pedro II. Regarding the negative effects of tourist activity, the presence of waste left on the trails, fires, graffiti, lack of security, precarious accessibility and the possibility of acculturation were reported. A strong seasonality in tourism was also noted, with an emphasis on the Winter Festival period, specific Ecotourism actions, lack of strong practices that promote environmental conservation and social inclusion of rural communities in tourist activity. It is also important to highlight the need to implement effective actions that encourage Ecotourism, with a focus on training and inserting environmental education into the guidelines of tourism activity in Pedro II, with the aim of strengthening the principles that govern sustainable tourism, as it would provide a greater distribution of collective gains for communities and mitigate the negative impacts observed in the research.

Keywords: Socio-environmental Perception; Environmental Education; Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 – Comunidades rurais da Serra dos Matões, Pedro II, Piauí, Brasil	39
Figura 4.2 – Mapa de localização do município de Pedro II, Piauí, Brasil.	41
Figura 4.3 – Localização dos atrativos turísticos na Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.....	43
Figura 4.4 – Comunidade Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.	45
Figura 4.5 – Mirante da Santa na comunidade Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.....	45
Figura 4.6 – Vista da Pedra do Leão, Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.....	46
Figura 4.7 – Comunidade Carnaúba, Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.....	48
Figura 4.8 – Vista do Mirante do Gritador, Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.	49
Figura 4.9 – Apertado da Hora, Desafio Serra dos Matões, Pedro II.....	49
Figura 4.10 – Rancho do Dino, Pedro II.....	51
Figura 4.11 – Cachoeira do Urubu Rei, Pedro II.....	51
Figura 4.12 – Grotão da Cachoeira do Urubu Rei, Pedro II.....	52
Figura 4.13 – Pichações em pedras na Cachoeira do Urubei Rei, Pedro II.....	52
Figura 4.14 – Cachoeira do Salto Liso, Pedro II.	53
Figura 4.15 – Vista aérea do Balneário Por do Sol, Pedro II.	54
Figura 4.16 – Mirante do Gritador, visto do alto.....	55
Figura 4.17 – Detalhe da Cachoeira do Urubu Rei.....	55
Figura 4.18 – Cachoeira do Salto Liso, Pedro II.....	57
Figura 4.19 – Barracas em desuso na Cachoeira do Salto Liso, Pedro II.....	57
Figura 4.20 – Cena cultural do Desafio Serra dos Matões, 2023.....	59
Figura 4.21 – Trilha do Desafio Serra dos Matões, 2023.....	59
Figura 4.22 – Ação educacional do Desafio Serra dos Matões, 2023.....	59
Figura 4.23 – Ação de capacitação em turismo do Desafio Serra dos Matões, 2023.....	59
Figura 4.24 – Percepção dos residentes que trabalham com o turismo sobre os impactos positivos do turismo.....	60
Figura 4.25 – Percepção dos residentes que trabalham com o turismo sobre os impactos negativos do turismo.....	68
Figura 4.26 – Resíduos na trilha.....	68
Figura 4.27 – Limpeza de pichações	68
Figura 4.28 – Barraca em desuso em frente ao Mirante do Gritador.....	75
Figura 5.1 – Cachoeira do Urubu Rei, Pedro II, Piauí.....	100

Figura 5.2 – Cachoeira do Tombador, Pedro II, Piauí.....	100
Figura 5.3 – Casarios coloniais no centro de Pedro II, Piauí.....	101
Figura 5.4 – Sítio arqueológico da Torre 1.....	102
Figura 5.5 – Sítio arqueológico Buriti dos Cavalos.....	102
Figura 5.6 – Quarto no Museu da Roça.....	103
Figura 5.7 – Sítio Buritizinho.....	103
Figura 5.8 – Pedra do Leão.....	104
Figura 5.9 – Apertado da Hora.....	104
Figura 5.10 –Trilhas dos Mirantes.....	104
Figura 5.11 – Gráfico com estimativa de turistas no Festival de Inverno de 2004 a 2018.....	114

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ECOTURISMO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITOS E POSSIBILIDADES	18
	2.1 Características gerais do Turismo.....	18
	2.2 Ecoturismo e sua importância.....	19
	2.3 Turismo de Base Comunitária.....	23
3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO	26
	3.1 Educação Ambiental.....	26
	3.2 O Turismo em área de proteção ambiental.....	31
4	IMPACTOS E POSSIBILIDADES DO ECOTURISMO EM COMUNIDADES RURAIS DE PEDRO II, PIAUÍ, BRASIL	33
	4.1 Introdução.....	34
	4.2 Turismo e desenvolvimento.....	37
	4.3 Metodologia.....	39
	4.4 O município de Pedro II.....	40
	4.5 Características das comunidades Serra dos Matões, São João, Carnaúba, Caranguejo e Mangabeira.....	43
	4.5.1 Comunidade Serra dos Matões.....	44
	4.5.2 Comunidade São João.....	46
	4.5.3 Comunidade Carnaúba.....	47
	4.5.4 Comunidade Caranguejo.....	50
	4.5.5 Comunidade Mangabeira.....	52
	4.6 O turismo desenvolvido na Serra dos Matões.....	54
	4.7 Percepção dos entrevistados sobre os impactos ambientais e socioeconômicos do turismo na região.....	60
	4.8 A gestão pública do turismo, na visão dos moradores da Serra dos Matões.....	70
	4.9 Sugestões dos entrevistados para a melhoria do turismo na região.....	72
	4.10 Considerações finais.....	79
	Referências.....	82
5	PAISAGEM E ECOTURISMO EM PEDRO II, PIAUÍ: EXPECTATIVAS E REALIDADES	88
	5.1 Introdução.....	89
	5.2 Metodologia.....	92
	5.3 Aspectos gerais da legislação sobre turismo.....	93
	5.4 Iniciativas de Ecoturismo em Pedro II.....	99
	5.5 Aspectos do turismo desenvolvido em Pedro II, na visão dos prestadores de serviços.....	104
	5.6 Gestão pública e o turismo de Pedro II.....	113
	5.7 Sugestões para melhoria do turismo na região.....	117
	5.8 Considerações finais.....	119
	Referências.....	120
6	CONCLUSÕES	125
7	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	135
	APÊNDICE B: ENTREVISTA COM RESIDENTES	137
	APÊNDICE C : ENTREVISTA COM PRESTADORES DE SERVIÇO	140
	APÊNDICE D : ENTREVISTA COM A GESTÃO PÚBLICA	142

1 INTRODUÇÃO

O *Homo sapiens* se movimenta há milênios desde o seu surgimento, 200 mil anos atrás na África Oriental. Dos territórios africanos e com o advento da revolução cognitiva há 70 mil anos, o ser humano se espalhou por longínquos locais do globo, firmando territorialidade dominante, sobretudo com a revolução agrícola há 12 mil anos (HARARI, 2020). Destaca-se que as viagens sempre foram atividades existentes na vida do ser humano desde a pré-história, passando pela antiguidade e, por fim, chegando à contemporaneidade, posicionando o humano como um ser em constante movimento. Dessa forma, esta ação de deslocamento configura-se como condição necessária e intrínseca para a existência do fenômeno social do turismo (RAMOS; COSTA, 2017).

Arendit (1999, p. 17) afirma que turismo “[...] é um fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar nos mercados de trabalho nos locais visitados”. Segundo Carvalho (2000), esta conceituação é adotada, também, pela Organização Mundial de Turismo (OMT), bem como aceita no Brasil pelas instituições oficiais que dão regramento à atividade turística.

O turismo, no entanto, não conseguiu ainda se estabelecer em bases conceituais sólidas, sendo tal fato corroborado pela deficiência de continuidade e complementaridade das pesquisas sobre o tema. Ademais, indefinições no campo conceitual, sobretudo pela falta de padronização de termos, a fragmentação do conhecimento produzido, ao não estabelecer elos entre os conhecimentos que compõe o turismo e a ausência de historicidade, ocasionada pela falta de retomada de estudos antigos, dentre outros aspectos, contribuem para esta subjetividade teórica e prática da atividade turística (PANOSSE-NETTO; NOGUEIRO; JAGUER, 2011).

Para Panosse-Netto (2017), o turismo pode ter um significado mais amplo e expressar variados comportamentos sociais, sendo, portanto, uma possibilidade de enfrentar o estresse do dia a dia, uma busca de um novo estilo de vida e mesmo, a oportunidade de conhecer novas pessoas e adquirir novas experiências. Não obstante, a atividade turística, por carregar comportamentos sociais enraizados, também pode advir de pressão social, na medida que as pessoas possam buscar o turismo como forma de estabelecer a sua importância na sociedade.

O turismo representa um fenômeno atual de elevada complexidade, envolvendo dimensões econômicas, sociais, ambientais, éticas, políticas e simbólicas, sendo, portanto, uma atividade que denota características multidimensional e de interdisciplinaridade (IRVING; LIMA; MORAES, 2016). Para Beni (2019), turismo é um intrincado processo de tomada de decisão sobre a escolha do local de visitação, as questões financeiras e de logística

subsequentes, sendo influenciado por fatores de ordem pessoal, assim como pelas esferas sociais e econômicas. O autor afirma, ainda, que as viagens trazem objetivos de ganhos de ordem material e individual, anseios de realização de sonhos e desejos de ordem subjetiva, assim como, avançando no campo profissional e dos negócios.

O setor do turismo foi responsável pela movimentação de US\$ 1,340 bilhão de dólares em 2018, valor equivalente a 10% de toda a riqueza gerada na economia mundial daquele ano (UNWTO, 2019). A atividade também gera um em cada dez empregos criados no mundo, enquanto no Brasil teve a sua representatividade no patamar de 8,5 % do PIB nacional, em 2016, tornando-se um forte vetor de indução ao crescimento econômico do país (BRASIL, 2018). Embora o turismo se destaque no setor econômico, muitas vezes é responsável por danos ambientais e culturais significativos nos locais de visitação, fazendo com que o tema sustentabilidade seja cada vez mais recorrente nos processos de planejamento e organização da atividade (MARANHÃO; AZEVEDO, 2019).

Desde o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, no documento “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como “Relatório de Brundtland”, apresentado em 1987 na Comissão Mundial para o Meio Ambiente, a temática de sustentabilidade tem sido difundida sobremaneira pelas diversas atividades humanas, dentre elas o turismo (HANAI, 2012). Este é detentor de capilaridade e importância global para as atividades econômicas e tem buscado atender ao preceito conceitual do turismo sustentável, qual seja: “[...] atender às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (OMT, 2003, p. 17).

Ressalta-se ainda, que o turismo sustentável é abordado, de forma direta, em quatro dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), listados na Agenda 2030. Entre eles, destaca-se o ODS 8, denominado “Trabalho Decente e Crescimento Econômico, em que na sua meta 8.9 está proposto “promover a elabora o e implanta o de políticas públicas para o fomento do turismo sustentável”. Enquanto no ODS 12, que se refere ao Consumo e Produ o Responsáveis”, tem na sua meta 12b, a inten o de “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”. No ODS 11, relacionado às “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, na meta 11.4, está previsto “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”, segmentos bastante enfocados no turismo. Tem-se, ainda, no ODS 14, meta 14.7, que prevê “aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável

da pesca, aquicultura e turismo” (ONU, 2015). É possível perceber, então, o interesse por questões voltadas para a sustentabilidade no turismo, que podem ser fiéis articuladoras para o desenvolvimento sustentável de uma região.

Neste sentido, Silva e Ferreira (2021, p. 235) destacam que o turismo sustentável se configura como uma das preocupações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ganhando “cada vez mais força e espaço nos discursos e nas políticas do turismo, pelo que os princípios da sustentabilidade têm vindo a ser incorporados no comportamento e procedimentos dos agentes envolvidos na atividade de modo a minorar os efeitos negativos”. Ao se discutir o turismo e o desenvolvimento sustentável é importante considerar que essa relação, na visão de Dorsa (2022, p. 263), “[...] deve estar bem alinhada com a comunidade, a qual valoriza seu ambiente, é reconhecida pelo trabalho que desempenha e reflete a possibilidade de executar variados investimentos que podem ampliar o desenvolvimento econômico e social”.

O Ecoturismo é uma forma de turismo responsável, em que se procura “[...] viajar para áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local, e envolvam a interpretação e educação” (TIES, 2015, p. 1, tradução do autor). Cabe destacar, que tal segmentação turística, em sua essência, contempla aspectos voltados para preservação e conscientização nas áreas naturais, ao tempo que promove educação ambiental aos envolvidos com a atividade (DAMAS, 2020).

Para Afroz e Mahmud (2017), o Ecoturismo procura exercer uma prática de turismo sustentável, sobretudo ao se colocar como uma alternativa ao turismo de massa, embora sua aplicabilidade seja muitas vezes sem articulação e com falta de participação inequívoca dos moradores locais. Além disso, Scheuer e Coriolano (2002) citados por Martins e Neiman (2009), destacam que, muitas vezes, no ecoturismo é promovido o uso dos recursos naturais apenas como uma mercadoria, gerando danos em aspectos socioambientais da localidade e ocasionando a falta de credibilidade da atividade turística.

Com efeito, entre o anseio pela busca da sustentabilidade, apregoada pelo ecoturismo e a sua realização de fato, existe uma barreira a ser superada. Por certo, este segmento turístico, se mal gerido, pode proporcionar os mesmos problemas encontrados no turismo de massa, qual seja, o excesso de visitantes acarretando impactos socioambientais significativos no local visitado (BRINGAS; OJEDA, 2000).

O planejamento turístico, conforme Sinay *et al.* (2021), aparece como elemento de fundamental importância para aplicação do ecoturismo dentro dos aspectos da sustentabilidade nas localidades turísticas afetadas, sugerindo a necessidade de conhecimento técnico científico suficiente para corroborar com ações adequadas para esta segmentação turística. Todavia,

segundo os mesmos autores, a produção científica em nível de pós-graduação, com a temática de Ecoturismo, tem sido desenvolvida de modo insuficiente no Brasil. No período de 2016 a 2018, das 177 dissertações de mestrado e teses aprovadas que versavam sobre turismo, apenas 10 delas eram específicas sobre o tema. Dos 115 grupos de pesquisa em turismo existentes no CNPq, apenas 12 eram em ecoturismo e dos 3.335 artigos publicados nos 11 periódicos da área, somente 570 (17%) eram relacionados à essa temática.

Destaca-se, então, a necessidade de estudos voltados para o segmento ecoturístico, sobretudo em locais que tenham apelos naturais para a sua prática, visto que, pelas suas características inerentes de sustentabilidade, poderão contribuir para a equidade social, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável de uma localidade.

O Piauí, estado da região Nordeste, tem forte vocação para o turismo, pois detém mais de três milhões de hectares protegidos por meio de Unidades de Conservação, nos quais 12,5% do seu território é composto de Parques Nacionais, Parques Estaduais, Áreas de Proteção Ambientais, Floresta Nacional, dentre outros, tornando-se um polo de atração em potencial para o desenvolvimento do ecoturismo (PIAUI, 2019). Entre os locais no estado do Piauí em que são desenvolvidas atividades turísticas, destaca-se o município de Pedro II, que faz parte da região turística Polo Aventura e Mistério e está presente no Mapa do Turismo Brasileiro (GOMES; PAES; TEIXEIRA, 2018).

O município de Pedro II está localizado em área de proteção ambiental (APA), da Serra da Ibiapaba, mediante decreto s/nº de 26 de novembro de 1996, e é dotado de atrativos naturais e culturais relevantes, com ênfase em seus mirantes, trilhas, cachoeiras e casario histórico. Destaca-se, ainda, pelo seu artesanato em tapeçaria, joalharias de opala e pelo Festival de Inverno, evento cultural realizado anualmente, desde 2004, no período do feriado de Corpus Christi, configurando-se, então, como um município com forte apelo para o desenvolvimento do turismo. Pedro II, também, é conhecido pela atividade de mineração, apresentando as mais raras e importantes reservas brasileiras da pedra preciosa opala, sendo, comumente, chamado de Terra da Opala (CARVALHO, 2015).

As opalas encontradas em Pedro II, são internacionalmente conhecidas e representam um atrativo comercial, que impulsionou a atividade econômica do município para o segmento de joias, mas também serviu de estímulo para o turismo mineral (VIDAL *et al.*, 2018), afinal, segundo Liccardo (2007), o turismo mineral cativa além dos apreciadores das paisagens naturais, também os colecionadores e compradores de minerais e gemas, o que contribui para o desenvolvimento social e econômico de uma região.

Enfatiza-se, que tais indícios de benefícios e potencialidade turísticas devem ser estudados sob o olhar do turismo sustentável, considerando-se que o município de Pedro II, embora esteja situado totalmente dentro na APA da Serra da Ibiapaba, de acordo com o art. 2º do seu plano de manejo, não implica que esteja, efetivamente, conservado e que ocorram ações de fiscalização eficientes, pelos órgãos competentes, voltados para a proteção do meio ambiente. É possível observar nos atrativos turísticos da região, danos ambientais, como resíduos sólidos deixados nas trilhas, vestígios de fogueiras em locais inapropriados, queimadas, desmatamento, danos aos sítios arqueológicos e, por fim, pichações nos atrativos naturais, que despertam a preocupação com a prática do turismo existente no município.

Na visão de Carvalho (2015), embora o Festival de Inverno, tenha trazido projeção para Pedro II, com a promoção do turismo na região, também, trouxe impactos socioambientais relevantes com adensamento populacional no período do evento, ocasionando elevação de preços em todos os segmentos, alta taxa de produção de resíduos sólidos e superlotação nas áreas de visitação. Além disto, segundo informações da Associação de Guias de Turismo e Condutores de Visitantes do município (ACONTUR, 2022), foi constatada sazonalidade na demanda pelas atividades ligadas ao turismo, considerando-se que, 80% de serviços contratados, no ano de 2019, se concentraram no mês de junho, mais especificadamente no período do Festival de Inverno, o que corrobora com a necessidade de estudos voltados para a atividade turística da região.

Destaca-se, ainda, que existem ações realizadas na região baseadas em práticas do ecoturismo, que buscam atender aos princípios da sustentabilidade. Como exemplo, pode-se citar o evento esportivo e cultural, Desafio Serra dos Matões, que ocorre desde 2013, e se refere a uma corrida a pé, por trilhas, pela zona rural de Pedro II, onde é promovida uma inserção musical no percurso da prova, assim como ações de contrapartidas socioambientais, como atividades de educação ambiental, capacitações, plantio e doação de mudas de árvores, dentre outras, nas comunidades rurais da Serra dos Matões, região onde ocorre o evento.

Desta forma, para atender às carências e problemas relacionados à atividade turística no município de Pedro II, foram gerados os seguintes questionamentos: O que tem sido feito pela gestão pública e receptivos turísticos para a atividade do turismo em Pedro II? Como as comunidades localizadas no principal corredor ecoturístico da região, na Serra dos Matões, veem o turismo? Tem havido melhorias socioeconômicas para as pessoas envolvidas diretamente com a atividade turística?

Assim, neste trabalho, o objetivo geral foi analisar os impactos provenientes da prática do Ecoturismo no município de Pedro II, Piauí, considerando as dimensões ambientais e socioeconômicas.

E como objetivos específicos têm-se:

- Caracterizar o município de Pedro II, nas dimensões ambientais e socioeconômicas;
- Averiguar as iniciativas de Ecoturismo praticadas na região;
- Conhecer a percepção dos residentes de comunidades rurais, que atuam no turismo, sobre os impactos ambientais e socioeconômicos da atividade;
- Verificar a percepção e os aspectos operacionais da atividade turística, relacionados aos receptivos turísticos e à gestão pública do turismo.

Esta dissertação teve caráter exploratório-descritivo, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Está dividida em seis partes, cuja primeira, se refere à **Introdução**, em que são apresentadas questões inerentes ao desenvolvimento do trabalho, como a justificativa, a importância do tema, as perguntas de pesquisa, os objetivos, descrição da metodologia e de sua estrutura.

Na segunda parte, denominada de “**Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária: conceitos e possibilidades**”, apresenta-se revisão bibliográfica, que enfoca breve histórico da atividade turística, sua evolução, aspectos econômicos, bem como, dados das atividades turísticas no mercado internacional e nacional. Neste item, também, são abordados aspectos históricos, conceituais e operacionais, que embasam o segmento do Ecoturismo e do Turismo de Base Comunitária.

Na terceira parte intitulada “**Educação ambiental, áreas de proteção ambiental (APA) e o desenvolvimento sustentável do turismo**”, são abordados aspectos inerentes à educação ambiental e desenvolvimento sustentável, ambos, intrinsecamente ligados ao segmento do Ecoturismo, mas, também, a potencialidade de uso das APAs como palco para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Ressalta-se que os resultados, que atendem aos objetivos propostos neste trabalho, estão apresentados na forma de artigos. Dessa forma, na quarta parte tem-se o artigo intitulado “**Impactos e possibilidades do Ecoturismo em comunidades rurais de Pedro II, Piauí, Brasil**”, no qual são abordados aspectos relacionados aos impactos positivos e negativos que a atividade turística vem trazendo à região.

A quinta seção refere-se ao segundo artigo, tendo como título, “**Paisagem e Ecoturismo em Pedro II, Piauí: Expectativas e Realidade**”, que tem como o objetivo contextualizar a atividade de turismo praticada em Pedro II, sob a ótica do Ecoturismo.

Para finalizar, nas **Conclusões** estão apresentados e comentados os resultados obtidos durante a pesquisa, enquanto nas **Referências** encontra-se a lista de todos os autores citados neste trabalho.

2 ECOTURISMO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITOS E POSSIBILIDADES

Neste item são apresentados e discutidos aspectos inerentes ao Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária, baseado em publicações relevantes sobre o tema.

2.1 Características gerais do Turismo

O turismo é um fenômeno milenar, que a partir de motivos como exploração territorial, religião e saúde, dentre outros, impulsionaram viagens desde a antiguidade. As Termas, locais de banhos medicinais e de sociabilização no Império Romano, há dois mil anos, movimentavam milhares de pessoas em verdadeiras viagens turísticas, que foram muito facilitadas pelas extensas estradas construídas por este gigantesco império existente na época (RAMOS; COSTA, 2017).

Na Idade Média, os aspectos religiosos impulsionaram a movimentação dos povos, sobretudo pelo advento das Cruzadas. De acordo com Ignarra (2014, p. 4), “[...] grandes expedições eram organizadas para visitação dos centros religiosos da Europa e para libertar Jerusalém do domínio dos Árabes. Talvez tenha sido estas viagens as precursoras do turismo de grupo”. Ignarra (2014), também ratifica que foi na Idade Moderna onde o processo de consolidação turística passou a ser de franca expansão, embora alguns pesquisadores, ainda segundo o autor, considerem o século XVIII como o surgimento do turismo, com base no crescimento industrial, que afetou a vida estabelecida há séculos.

Para Trigo (2019), com o advento da revolução industrial, houve incremento substancial da urbanização nas cidades e, conseqüentemente, aumento significativo da poluição nos grandes centros, o que fez com que os ambientes naturais passassem a ser mais valorizados, servindo como uma fuga necessária dos ambientes insalubres e monótonos das fábricas. Segundo Carvalho (2000), a conquista dos trabalhadores de mais tempo livre, em face das longas jornadas exaustivas no ambiente de trabalho, corroborou para o crescimento da atividade turística e na caracterização do fenômeno, já a partir da década de 1950, em turismo de massa, sobretudo nos Estados Unidos, considerado berço do turismo.

Nakashima e Calvente (2016) afirmaram que, com o desenvolvimento dos transportes e o fortalecimento do capitalismo, também associados à revolução industrial, permitiu-se novas oportunidades, inclusive uma melhor distribuição do capital, não de uma forma equitativa, o que ainda hoje não acontece, mas a maior circulação de dinheiro, assim como o surgimento de novas tecnologias em diversos setores, possibilitou, efetivamente, fomentar e estimular a prática das viagens e contribuir para o crescimento do fenômeno do turismo.

Estimulado por uma economia fortalecida, o turismo obteve um crescimento mundial relevante em 2018, com 1,4 bilhão de viajantes internacionais pelo planeta, um número 5% a mais que 2017 (OMT, 2019). No Brasil, o turismo gerou sete milhões de novos empregos em 2016, representando 7,8% do volume total naquele ano e recebeu, neste mesmo ano, 6,57 milhões de turistas estrangeiros, representando a melhor marca já registrada (BRASIL, 2018), embora tal marca represente apenas 0,47% do total de turistas internacionais que circularam pelo mundo naquele ano (BRASIL, 2019).

No que diz respeito à motivação dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil, tem-se que, em 2016, 56,8% deles tinham o lazer como objetivo principal, seguido pelo turismo de negócios e eventos com 18,7%. Desta forma, verifica-se a força em potencial que detém o Brasil para incrementar o seu desenvolvimento por meio do turismo, afinal, o país foi considerado o número um do planeta no quesito diversidade de recursos naturais e o oitavo colocado no campo dos recursos culturais (BRASIL, 2018).

No mercado doméstico do turismo, que implica nos deslocamentos dos brasileiros dentro do território nacional, não há um controle preciso do fluxo turístico como se tem nas chegadas internacionais, muito facilitada em termos de controle pelos dados colhidos nos postos de imigração. Por conta disso, baseado em análises da Organização Mundial do Turismo, calcula-se o turismo interno em dez vezes maior que o turismo internacional (BRASIL, 2018).

Na visão de Rabahy (2020), o Brasil, embora tenha números pouco representativos no turismo internacional, detém condições de incrementar seu turismo, a partir do mercado interno, ao tempo que deve, também, criar estratégias para ampliar a vinda de estrangeiros ao país, pois os mercados, sejam internos ou externos, não são excludentes e podem, em conjunto, contribuir para melhorias nas condições do turismo em geral.

2.2 Ecoturismo e sua importância

Na seara de possibilidades para o turismo, cabe destacar a presença da natureza, que tem papel essencial na vida humana e que se relaciona intrinsecamente com o turismo, afinal, paisagens e experiências no meio ambiente natural causam, cada vez mais, desejos de visitação por parte dos turistas. Em decorrência da sua fragilidade, a natureza deve estar pautada por instrumentos intensos de proteção, todavia, culturalmente e historicamente, observa-se uma massiva exploração e degradação dos recursos naturais existentes (CARVALHO, 2000).

Neste contexto, destaca-se a necessidade de se conseguir harmonia na relação homem e natureza, na medida que se busca ações que possam contribuir para uma maior conscientização ambiental e da compreensão que o homem é a própria natureza. Neste aspecto deseja-se a

ocorrência de um turismo em consonância destes anseios, atuando em prol das atuais e futuras gerações (AZEVEDO; PINHEIRO; SOARES, 2010). Tal perspectiva de mecanismo de mudança de paradigma tem motivado a criação de novos arranjos e modelos de gestão turística com foco no desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2021).

Segundo Fazito *et al.* (2017), estas atividades turísticas, comumente, verificadas pela ótica econômica, vão para além da geração de emprego e renda e percolam, por meio do contato entre os povos e destes com o meio ambiente, para uma esfera cujo potencial coaduna com uma vivência lúdica e promotora de autoconhecimento, capacidade crítica e emancipação. Concomitante a isto e fazendo parte da evolução do turismo, passou-se a indagar a maneira como as visitas estavam sendo praticadas e estimuladas. Novas formas de turismo foram surgindo em meio a conceitos em voga, como a sustentabilidade, muito evidenciadas pelas pessoas que buscavam na natureza uma nova forma de ver e conviver em harmonia com o mundo ao seu redor, fazendo com que os atrativos turísticos, a partir de suas estratégias de gestão, pudessem ser preservados, não comprometendo a sua sobrevivência para as futuras gerações (BUOSI; LIMA; LEOCÁDIO, 2014).

A natureza é tida como um dos elementos que mais atraem a atividade turística no mundo, pois denota uma possibilidade de fuga das cidades, sendo um refúgio, sobretudo para as pessoas que vivem em grandes centros urbanos. Portanto, a existência de áreas naturais protegidas aparece como forma de conciliar a conservação ambiental e o seu uso de forma sustentável, trazendo então a possibilidade da prática do Ecoturismo (LOBO, 2008). A preservação da natureza é condição essencial para salvaguardar a vida do ser humano e das demais espécies que habitam o planeta, em que nesta linha de atuação, o ecoturismo vem corroborar na proteção ao meio ambiente natural, sob a ótica de uma atividade contemplativa e educativa (SOTO, 2019).

Ressalta-se, que a atividade turística deve ser praticada de forma ética e comprometida com o bem-estar dos povos receptores, preocupada com a proteção ao meio ambiente, assim como, que promova geração de renda mais equitativa e de longo prazo. No entanto, vale mencionar que esta forma de prática do turismo sustentável não deve ser a responsável por todo o desenvolvimento sustentável de uma região, mas sim coexistir, sendo um vetor de incremento de outras metas sociais para a localidade (COSTA, 2013; MCCOOL, 2016).

No século XX, período de predominância do turismo de massa, outro tipo de turista surgiu, sobretudo nas últimas décadas, o que motivou o surgimento de novos desdobramentos do turismo. A formação deste turista com mais sensibilização ambiental e chamado de “eco”, foi muito estimulada pela preocupação pública com o meio ambiente e por parte das

organizações, que pressionavam os governos a desenvolverem ações que promovessem a visitação, mas salvaguardassem a natureza (CABRAL, 2020).

Em 1994, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), em parceria com outras instituições, como o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), assim como, com a presença da iniciativa privada, criaram as diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo e definiram que a atividade de Ecoturismo busca utilizar os recursos naturais e culturais de modo sustentável, incentivando a sua conservação em face da criação de uma consciência ambientalista que promova a interpretação ambiental e o bem-estar das populações (BRASIL, 1994).

Segundo Spaolonse e Martins (2017), o Ecoturismo tem como aspectos inerentes à sua existência o contato com ambientes naturais e a realização de atividades turísticas que promovam vivências, que possibilitem o conhecimento da natureza, por meio de aspectos da educação ambiental, visando promover a conservação do meio natural, assim como, contribuir para melhoria na qualidade de vida da população local. É um segmento turístico importante, na medida que faz contribuições significativas para o alcance de um bem-estar social e ambiental da região visitada, mediante a geração de emprego e renda eficazes para a conservação e proteção dos patrimônios naturais e culturais de um local impactado pela atividade turística.

Nestas possibilidades de práticas do turismo, o Ecoturismo é eminentemente próximo ao meio ambiente natural, utilizando-se da natureza como atrativo ou principal lugar de realização, sendo que na sua própria conceituação, enseja um teor que comunga com os ditames da sustentabilidade, quando “[...] utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2006, p. 9).

De acordo com a OMT (2002), tem-se como principal motivação do Ecoturismo, a observação e contemplação da natureza com o objetivo de mitigar os impactos negativos e contribuir para a conservação do meio ambiente natural, assim como com as questões socioculturais onde a atividade ocorre. Com isso, o Ecoturismo prima em sua essência pela conservação e preservação da biodiversidade, pela informação acerca do uso ilegal dos recursos naturais e sua superexploração, assim como na integração das áreas naturais protegidas no planejamento de desenvolvimento das localidades, sob a tutela da conservação (OMT, 2002).

Não obstante, a temática da sustentabilidade ganhou força com o advento das políticas públicas com enfoque na regionalização do turismo, o que fortaleceu a ótica perante as comunidades detentoras dos atrativos, as quais assumem o papel de atores principais na oferta

dos produtos e serviços turísticos, corroborando com as concepções do Turismo de Base Comunitária, assim como do Ecoturismo (BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009).

O Ecoturismo surgiu, portanto, como uma forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma dada região que apresenta significativos aspectos paisagísticos e culturais. Destaca-se, portanto, as comunidades locais que possuem uma inerente ligação com a natureza e detém conhecimentos natos, mas que são comumente deixadas de lado nos processos de desenvolvimento do turismo, favorecendo desequilíbrios socioambientais (MENDONÇA; NEIMAN, 2000).

Ressalta-se que o Ecoturismo busca promover maior contato do visitante com a natureza e com as comunidades do entorno dos atrativos, trazendo à tona maior sensibilização com o local visitado e o emprego de práticas sustentáveis na atividade turística (SÃO PAULO, 2014). Contudo, na prática, existem críticas à esta segmentação, conforme Mendonça e Neiman (2000, p. 108), que afirmaram que

vemos crescer, com uma velocidade muito grande, o consumo irresponsável das paisagens, das trilhas e das cachoeiras, e uma padronização chocante dos meios de hospedagens e da infraestrutura ecoturística, mesmo nos lugares onde a personalidade da cultura local é forte e expressiva. Hoje é perfeitamente possível hospedar-se em uma pequena pousada de um vilarejo da Bahia com o mesmo padrão de outra em Goiás ou no Maranhão. Quem está induzindo este processo? Onde fica a proposta de respeito e valorização das culturas locais? Nos eventos folclóricos pré-programados? No sotaque do garçom? Por que se definiu que o ecoturista precisa de televisão e frigobar nos quartos? Isto é compatível com os valores e estética local? A ideia inflexível de padrão de qualidade põe seriamente em risco os valores locais que, contraditoriamente, o ecoturismo propõe resgatar.

Embora existam várias definições de Ecoturismo, não se tem, ainda, um conceito uniformizado e aceito por todos os envolvidos na atividade. Com isso, no presente trabalho, adotar-se-á as diretrizes em que, segundo São Paulo (2014), a grande maioria das conceituações gira, quais sejam, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e o envolvimento das comunidades locais, formando, tais elementos, os três pilares básicos deste segmento turístico. O Ecoturismo, portanto, torna-se um instrumento de estímulo à conservação da natureza, na medida que pode contribuir na substituição de atividades não sustentáveis, como as provenientes do agronegócio, por meio da geração de emprego e renda nas comunidades locais, tornando-se, portanto, uma ferramenta de novas tendências econômicas.

Neste contexto de novas tendências, surgiu também, devido à preocupação com as comunidades locais, o Turismo de Base Comunitária (TBC), que tem ligação intrínseca com a sustentabilidade, na medida que coaduna com uma nova abordagem frente ao consumismo, valorizando e incentivando o protagonismo das populações receptoras na condução do turismo

local (DAMAS, 2020). Para Kinker (2002), o Ecoturismo é um segmento que coaduna com o TBC, na medida que estimula a conservação do ambiente visitado, a conscientização ambiental do turista e do morador local, assim como, prega o desenvolvimento local de forma sustentável com a participação ativa das comunidades locais.

Embora o Turismo de Base Comunitária seja uma forma de gestão, destaca-se que, tal modelo compactua firmemente com os preceitos do Ecoturismo, no que diz respeito ao turismo sustentável. Observa-se, então que “[...] novas perspectivas acabam ganhando cada vez mais espaço, seja através tanto de turistas que estão mais conscientizados e exigentes, como também os profissionais das mais diversas áreas que atuam com turismo que precisam estar alinhados nessas tendências” (DAMAS, 2020, p. 324).

2.3 Turismo de Base Comunitária

O turismo, perpassando pelas esferas sociais e econômicas, precisa de territórios para o seu desenvolvimento e reprodução. Nestas regiões, onde se desenvolvem as atividades, muitas vezes é seguido o processo de desenvolvimento pautado na ótica mercantilista, onde, estimulado por grupos dominantes, é imposto um modelo de turismo de massa que, comumente, exclui e marginaliza os moradores locais, quando muito, os alocam como mão de obra barata, pouco qualificada e não inserida, como agentes protagonistas, no processo de desenvolvimento local (BRAGA; SELVA, 2016).

O turismo de massa, pautado nos princípios capitalistas, se utiliza sobremaneira dos recursos naturais e atua com ineficácia na inclusão das comunidades locais, sendo que, em contrapartida, é aquele que recebe os valores mais vultosos de investimento, sobretudo, dos entes públicos. Destaca-se, no entanto, que esta forma de operacionalização do turismo deixa, também, espaços por onde há migração de novas formas de propostas turísticas, empreendida por uma segmentação social de baixo poder aquisitivo, mas que oferecem a possibilidade de vivências socioambientais significativas nas localidades visitadas (CORIOLANO, 2006).

Com efeito, em oposição à exploração capitalista do turismo, percebe-se, na atualidade, uma busca cada vez maior de algumas comunidades no anseio de participarem ativamente da atividade turística. Para Braga e Selva (2016, p. 40), as comunidades locais se beneficiam da atividade turística,

[...] não apenas como empregados, mas também como empreendedores e atores que participam de processos de planejamento e decisões compartilhadas, definindo se querem a atividade turística em seus territórios e que tipo de turismo desejam, caminhando no sentido de uma inclusão social efetiva.

Com isso, tem-se a formação e fomento do Turismo de Base Comunitária (TBC), que se configura como uma forma de gestão do turismo, onde, em suas iniciativas, o segmento do ecoturismo encontra guarida, afinal, o TBC, segundo Betti (2014), proporciona envolvimento e contato com a população local, trazendo para a atividade uma hospitalidade peculiar que contribui para uma verdadeira imersão no cotidiano do lugar visitado.

Camargo (2015) menciona a perspectiva de inclusão social, na medida que, em havendo protagonismo das comunidades locais, verdadeiras trocas culturais são realizadas. Damas (2020) contribui ao pontuar o TBC como uma atividade que traz nova abordagem ao mercantilismo no turismo e participação efetiva das populações receptoras, corroborando com as bases e anseios da sustentabilidade. Segundo Bartholo (2011), é neste contexto de maior participação das comunidades receptoras na atividade turística, que o TBC tem crescido, inclusive com aumento de interesse e visibilidade por parte da academia, mídia e setor público, por conta da forma diferenciada de implantação do produto turístico, sendo, este, desenvolvido localmente e forte gerador de ganhos nas esferas socioambientais, contribuindo, com isso, para os preceitos da sustentabilidade.

É importante mencionar que uma parte preponderante da economia turística é movimentada nas mãos de uma minoria, que têm papel relevante ao promoverem a geração de emprego e renda e o desenvolvimento para os destinos, mas que muitas vezes não geram melhor distribuição de renda, nem equidade social. O turismo também poderia ser trabalhado com eficácia, quando a sua organização fosse feita diretamente pela população local, por meio de um planejamento participativo, na concepção de projetos e destinação dos investimentos, trazendo ganhos importantes para as comunidades tradicionais, como a sua própria permanência na localidade e o desenvolvimento e valorização da sua cultura (ARAÚJO, 2011).

O turismo comunitário, de acordo com Carvalho (2007), tem destaque pela luta das comunidades por seus direitos frente aos grandes empreendimentos turísticos, criados para atendimento a um turismo de massa, que comumente, ao ocupar os seus espaços, ameaçam a conservação da natureza, a qualidade de vida dos moradores e suas tradições. Conforme o mesmo autor, a necessidade de as comunidades serem atendidas nas suas satisfações humanas básicas como a saúde, moradia, lazer, emprego e renda, visam seu empoderamento e desenvolvimento, considerando que estas condições são importantes e necessárias para atuarem em grupos. Parte-se da prerrogativa, que os moradores das localidades turísticas tenham os seus direitos assegurados como cidadãos, para que depois possam contribuir com o processo do desenvolvimento da localidade onde moram.

Conti; Rocha e Vitez (2018, p. 1), ao se referirem ao Turismo de Base Comunitária (TBC), afirmam que está baseado na “autogestão e no cooperativismo, buscando a valorização da cultural local, princípios que se assemelham aos adotados pelo movimento da economia solidária (Ecosol)”. Enquanto em seu estudo, Fabrino; Nascimento e Costa (2016, p. 173) destacam que o “Turismo de Base Comunitária traz uma proposta de desenvolvimento de turismo na escala local e centrado nos recursos endógenos das comunidades”. Dessa forma, é possível perceber, na literatura, o destaque do olhar para a valorização da comunidade local.

Neste contexto, como a atividade turística interfere no sistema socioambiental de qualquer destino, é importante destacar que o TBC só poderá acontecer, “se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo” (IRVING, 2009, p. 111).

Ressalta-se que, o Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária caminham em bases convergentes na busca pelo turismo sustentável. Almeida (2016, p. 113) enfatiza que tais atividades procuram uma alternativa à indústria turística convencional, se afastando deste modelo “[...] ao propor equacionar os ganhos econômicos com a conservação dos sistemas ambientais e a inclusão produtiva de atores locais, assentando seus princípios e práticas em temáticas como desenvolvimento sustentável, solidariedade e superação da pobreza.”

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

A busca pelo contato com a natureza tem crescido com o passar das décadas, sobretudo na era pós-industrial, fazendo com que haja um fomento pelo turismo em áreas naturais (BUENO, 2016). Vale ressaltar que a pandemia do novo coronavírus, o COVID-19, acabou estimulando o interesse pelas práticas de atividades ao ar livre, assim como o turismo de natureza como um todo.

Qualquer ação praticada no ambiente natural gera impactos, de menor ou maior grau, incluindo-se, também, a atividade turística, tornando-se necessária o desenvolvimento de formas de visitação, que possam contribuir para a satisfação do turista, promovendo, ao mesmo tempo, a proteção das áreas visitadas. Neste sentido, a educação ambiental surge “numa perspectiva de formação crítica, requer a formação de educandos que saibam usar os recursos da natureza sem agravarem os impactos ambientais” (CAMARGO; COELHO, 2021, p. 75).

Embora as atividades turísticas ligadas à natureza sejam comumente chamadas de Ecoturismo, elas se diferem em nível conceitual e de ordem prática. Uma delas, que permeia sobretudo o Ecoturismo, é a necessidade da existência de processos educativos na prática da visitação realizada. Com Educação Ambiental (EA), tem-se a possibilidade de mudança de valores, atitudes e comportamentos por meio da experiência dos visitantes na natureza, ocasionando uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente natural, assim como, na relação com os demais indivíduos da sociedade, incrementando princípios de solidariedade, de respeito e de cidadania (BUENO, 2016).

3.1 Educação Ambiental

As experiências turísticas em meio à natureza possuem, à princípio, um forte potencial de interiorização dos princípios da Educação Ambiental por meio da quebra ou rompimento da vivência cotidiana, trazendo a possibilidade de novas reflexões sobre os desejos e valores inerentes ao ser humano e, deste modo, promovendo um sentimento de afetividade cujo potencial é o de originar novos pensamentos correlacionados às mudanças sociais e transformações que possibilitem uma nova e ética interação entre o ser humano e a natureza (MENDONÇA, 2005a; 2005b).

Contudo, para que estas experiências de visita turística ao meio ambiente natural não seja apenas uma simples contemplação utilitária da natureza, faz-se necessário a existência de metodologias para uma EA não-formal, realizada ao ar livre, que não tenha conotação de ser apenas um repasse de informações ambientais ou um adestramento ambiental e sim, que possa

prover aos turistas informação e sensibilização sobre as condutas em ambiente natural, assim como estimular uma percepção da compreensão e a relação da sociedade com a natureza (BUENO, 2016). O autor, ainda aborda três tipos de metodologias ambientais: 1- o Aprendizado Sequencial, que visa a partir de atividades lúdicas trabalhar com a sensibilidade das pessoas e prover profundas experiências com a natureza; 2- a Interpretação Ambiental que, ao revelar significados e relações por meio da emoção e estímulo à curiosidade, inspira novas atitudes ao proporcionar uma experiência significativa ao visitante; e 3- a Educação Experiencial, que consiste em uma prática educacional na busca de desafios, de aventuras nos ambientes outdoors (externos), de ferramentas educacionais para a mudança de atitude para com a natureza.

Portanto, tendo o Ecoturismo a necessidade intrínseca de estimular uma nova percepção ambiental aos visitantes, eis que as nuances da EA são ferramentas necessárias para se incrementar os aspectos de visitação turística no ambiente natural, tornando-se vetores em potencial para um despertar do ser humano para uma nova e respeitosa coexistência com a natureza. Neste sentido, Brancalione (2016, p. 8) estabelece a necessidade premente de uso dos recursos naturais por meio de projetos que contemplem a Educação Ambiental, e vai além, ao considerar a terra como,

uma grande matriz de vida, um lugar de solidariedade que transporta para outra dimensão, a cósmica que nos remete ao contexto de privilégios para utilizar de maneira vantajosa as duas educações, uma que é ambiental e a outra uma educação para o desenvolvimento do ser como indivíduo e como sociedade.

Com isso, estes dois processos educativos, ao serem consolidados, podem efetivamente trazer uma mudança de percepção na vida de uma pessoa e, conseqüentemente, da sociedade, possibilitando mais harmonia na coexistência com a natureza e corroborando para ações com ênfase no desenvolvimento sustentável (CAMARGO; COELHO, 2021). Segundo Poles e Rabinovici (2010), o desenvolvimento sustentável é aquele que busca um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, utilizando os recursos naturais de forma consciente e com ênfase na minimização dos impactos socioambientais. Com isso, os processos de educação ambiental precisam abastecer, com diretrizes, os educandos, com fins de se obter espaços de reflexão sobre este desenvolvimento, sobretudo para os que trabalham com o ecoturismo, tendo como foco o desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio ecológico da localidade (CAMARGO; COELHO, 2021).

Contudo, de acordo com Martins (2005), ao tratar de desenvolvimento local, parte-se da premissa de associar ao tema os princípios da sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Ademais, faz-se necessário ir além dos aspectos conceituais e adentrar nos fatores e causas que

condicionam uma atividade como insustentável. Essas ações são decorrentes da atividade humana, pautadas no mercantilismo e empreguismo e que, portanto, condicionam a visão do desenvolvimento como materialista e utilitarista.

A economia, em vista disso, tem papel fundamental nos princípios da sustentabilidade, impactando os aspectos socioambientais por meio da geração de emprego e renda, assim como na extração significativa dos recursos naturais para atender ao crescimento da demanda da humanidade pelo consumo de bens e serviços. Todavia, na visão de Martins (2005), quando se busca um real desenvolvimento local, o objetivo não deve ser, necessariamente, o progresso material, caracterizado pelo acúmulo de bens e pela expansão da geração de emprego e renda, mas sim a satisfação em sua plenitude das reais necessidades de uma comunidade, o que se pressupõe na busca em pôr fim a todas as manifestações da pobreza humana.

Tem-se, no entanto, um espaço temporal substancial onde as atividades do turismo foram fortemente direcionadas para os aspectos econômicos de uma região, dando substancial ênfase aos impactos que a atividade proporciona no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (KÖRÖSSY, 2008). Esta ânsia puramente mercantilista atribuída ao turismo, foram por demais fortalecidas pela principal linha de estudos econômicos na atualidade: a Economia Neoclássica. Segundo Daly e Farley (2008), para esta escola, a obtenção do bem-estar humano vem da aquisição de bens e serviços, provenientes do mercado e que para atender à insaciabilidade humana deve-se aumentar a produção *ad infinitum*, sem levar em consideração as fragilidades, complexidades do ambiente natural e o desenvolvimento sustentável.

Não obstante, novas correntes de pensamentos econômicos chegaram ao mercado, oferecendo um novo olhar para a cadeia produtiva na busca pela sustentabilidade, como a Economia Ecológica, que expressa a preocupação com a finitude dos recursos naturais do planeta (DALY; FARLEY, 2008). Para Almeida (2002), a ciência dá o alerta frente às mudanças climáticas, destruição da camada de ozônio, chuva ácida, desertificação, dentre outros problemas decorrentes de um modelo econômico pautado, exclusivamente, no crescimento, sem considerar as questões ambientais e sociais, decorrentes de uma visão de um mundo mecanicista e individualista.

Nas décadas de 70 e 80, do século passado, a temática de conciliar crescimento e conservação do meio ambiente tomava forma, sobretudo com a sinalização na Conferência da ONU em Estocolmo, em 1972, em que se evidenciou que desenvolvimento e meio ambiente não eram incompatíveis, embora, não se tivesse certeza de como esta compatibilidade se traduziria na prática, tornando-se a expressão *uso racional dos recursos naturais*, um verdadeiro chavão (ALMEIDA, 2002).

Portanto, trazer os princípios da sustentabilidade da teorização para a prática, em que ações que induzam um patamar elevado de conservação da natureza, maior equilíbrio entre as classes sociais existentes, assim como, maior racionalidade da economia, possam de fato ser estabelecidas, saindo do campo mental para os efeitos reais, ainda é um grande desafio (BUARQUE, 2004; IRVING *et al.*, 2005). O tema da sustentabilidade se ancora em três esferas gerais, sendo elas o social, o meio ambiente natural e a economia, buscando uma proteção dos recursos naturais, uma maior equidade social e pressionando, com isso, as ciências econômicas na busca de mudanças de paradigmas em face de uma economia mais racional e solidária.

Desta maneira, a Economia Ecológica comunga com os princípios do desenvolvimento sustentável e vem sendo cada vez mais discutida nos círculos acadêmicos, bem como na própria seara do mercado. Ela assume uma postura diferente, que prega pelo fim do crescimento a qualquer custo, enfatizando a necessidade de se conservar os recursos naturais e fomentar um maior equilíbrio social entre as classes, elementos estes que vão ao encontro dos princípios da sustentabilidade, existente no âmago do ecoturismo. Como bem pontuaram Daly e Farley (2008), a Economia Ecológica observa o planeta como uma grande embarcação que carrega toda a produção bruta material, sendo que a estabilidade deste navio é função da sua saúde ecológica, da quantidade de provisões existentes, assim como de sua arquitetura.

Em contraposição a isto, a economia tradicional, utilizada como indicador das benesses do turismo, defende a sua retórica no argumento que, ao permitir o aumento da oferta de bens e serviços de maneira sempre ascendente, naturalmente o consumo irá prosperar, o que possibilitará um crescimento econômico que traria ganhos à sociedade, como a geração de empregos e a própria coesão social (ABRAMOVAY, 2012). Tal argumento, embora evidencie uma verdade, pois de fato o crescimento traz, a reboque, os empregos, ele não condiz com o apregoado quando se observa que na realidade não necessariamente se gera uma coesão social, mas sim o seu aprofundamento, sobretudo quando se observa o extrato socioeconômico dos países em desenvolvimento.

No quesito da conservação ambiental, tema caro ao turismo, as diferenças entre as duas correntes econômicas que permeiam a atualidade, podem ser resumidas com a ênfase que cada uma dá à importância da natureza, tendo a escola tradicional neoclássica pautado o curso do crescimento com a exclusão da preocupação ambiental e a economia ecológica enfatizando que a natureza é suporte pleno e insubstituível de todas as ações perpetradas pelo ser humano. Essa diferença enfatiza que estas abordagens econômicas andam em caminhos paralelos, não convergentes e que o destino da humanidade, com vistas no desenvolvimento sustentável,

também dependerá de como a economia, sobretudo pautada no capitalismo, se posicionará perante as demandas do planeta.

Destaca-se que a origem da evolução do turismo está relacionada ao próprio desenvolvimento do modelo econômico denominado capitalismo que, dentre outros feitos, possibilitou o avanço das tecnologias dos meios de transportes e o aprimoramento dos meios de hospedagens, com vistas no atendimento de diversos públicos consumidores. Com isso, o debate acerca do que é turismo sustentável acompanha também a própria discussão dos aspectos do desenvolvimento, na medida que anseia uma atividade turística que ponha em harmonia a atividade econômica e o desenvolvimento local/regional (CARNIELLO; SILVA, 2018).

No entanto, não há uma formulação padrão de aplicação do turismo em territórios que tenham peculiaridades e necessidades distintas. Apesar disso, deve-se propor processos de planejamento turístico que “reconheçam, acumulem e preservem o que um território possui: seu patrimônio cultural, suas técnicas produtivas e atividades econômicas e recursos ambientais” (CARNIELLO; SILVA, 2018, p. 426). Segundo os autores, o turismo é um vetor de incremento econômico e fomentador do bem-estar social dos turistas e das comunidades envolvidas, mas quando há falta de planejamento adequado, a atividade pode contribuir com impactos negativos, como poluição sonora, danos à natureza, crescimento populacional desordenado, falta de capacitação, dentre outros.

O Ecoturismo fortalece os princípios do desenvolvimento sustentável, pois de acordo com Brumatti (2014, p. 292), “[...] ao provocar e satisfazer o desejo do turista de estar em contato com a natureza, deve explorar o potencial turístico da localidade visando a conservação e o desenvolvimento local, evitando possíveis impactos negativos à ecologia, à cultura e à estética”. Neste contexto, espera-se que a atividade de Ecoturismo venha beneficiar as áreas receptoras nos aspectos de ganhos de infraestrutura, geração de emprego e renda e conservação ambiental, mas, também, estimular o envolvimento da população local no sentido de ir além das discussões relativas aos impactos decorrentes do turismo, ao propor a valorização da cidadania que favorece a incorporação do senso de responsabilidade em cada indivíduo (BRUMATTI, 2014).

O Ecoturismo, ao propor a sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural, defende que o planejamento e a gestão da atividade turística possam promover a ampliação das oportunidades e benefícios, na medida que propõe a participação de todos os agentes envolvidos, sendo que, neste processo de democratização, reside a perspectiva de formação de uma efetiva consciência ambiental. Entretanto, instrumentos mercadológicos e publicitários utilizados como estratégias política e econômicas, podem pautar um modelo de turismo sob a

ótica ecológica, mas que, não obstante, possa não coadunar com os princípios do Ecoturismo e do turismo sustentável, fazendo-se necessário, portanto, uma melhor avaliação do desenvolvimento da atividade nas localidades turísticas (BRUMATTI, 2014).

3.2 O turismo em Áreas de Proteção Ambiental

É comum que locais receptores de atividades de ecoturismo estejam localizados em áreas de Unidades de Conservação (UC). De acordo com Matheus e Raimundo (2017, p. 456), em 2016, nas Unidades de Conservação Federais do Brasil, foram recebidos 8,3 milhões de visitantes, configurando aumento de 13, 6%, quando comparado ao ano de 2014. Para os autores, este aumento “tem relação com as políticas públicas, tanto Federal quanto Estaduais que têm fomentado o ecoturismo como uma ferramenta para a conservação do patrimônio natural e a geração de emprego e renda para as comunidades do entorno das áreas protegidas”.

A Unidade de Conservação, definida na Lei nº. 9985/2000, se refere ao espaço territorial e recursos ambientais, “incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, p. 1), sendo encontrada em várias parte do país. Esta mesma Lei criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que está dividido nos grupos de Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Estes grupos estão compostos por diversas categorias, destacando-se entre elas a Área de Proteção Ambiental (APA), que em Brasil (2000, p. 5) está definido como,

uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

As APAs podem estar encravadas em áreas de domínio público ou privado, não sendo necessário a desapropriação de terras para a sua implantação, tendo as suas atividades e uso do solo, dotadas de regras específicas. Em função de sua dimensão territorial e atribuições de uso diverso, tais UCs sofrem com a dificuldade de fiscalização e proteção por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo que muitas vezes a sua existência é só no papel, por meio de decreto de criação, mas sem, sequer, ser dotada de plano de manejo para uma gestão mais apropriada e eficiente, o que favorece a ocorrência de impactos socioambientais, muitos deles, advindos do turismo (OLIVEIRA; DA SILVA, 2016).

No Nordeste, Vallejo (2016) destaca a APA da Serra da Ibiapaba, que abrange os estados do Piauí e do Ceará, sendo que 76,5% de sua área, ou seja 1.245.301,44 ha, pertencem ao Piauí, configurando-se como a maior Unidade de Conservação do estado e que contempla, em sua área, o município de Pedro II, dotando a referida região, com condições propícias para o desenvolvimento do turismo, sob a ótica da sustentabilidade.

Desta feita, a atividade de Ecoturismo nas APAs surge como um possível vetor de promoção dos princípios de proteção da região, sobretudo por meio das ações de educação ambiental, atividades estas que fazem parte desta segmentação turística e que podem, a partir da compreensão e internalização destas aptidões, nestes territórios, suprir as demandas de visitação turística, ao tempo que se apregoa elementos que favoreçam, para além da proteção da natureza, também, a valorização das comunidades locais, com foco nos seus saberes e nas suas tradições (OLIVEIRA; SILVA, 2016).

Portanto, o município de Pedro II, ao estar inserido em uma APA e conter atrativos naturais relevantes, pode, com a atividade do Ecoturismo, promover os princípios da sustentabilidade socioambiental nas atividades do turismo existente, o que fomentaria o desenvolvimento da região sob uma ótica mais ética e responsável.

4 IMPACTOS E POSSIBILIDADES DO ECOTURISMO EM COMUNIDADES RURAIS DE PEDRO II, PIAUÍ, BRASIL

Resumo

O turismo é um fenômeno social de deslocamento de pessoas em busca de determinados anseios humanos como lazer, negócios, saúde, dentre outros. Nesta atividade, denominada turística, podem ocorrer impactos na economia e na cultura das localidades visitadas, por meio das trocas financeiras e de relacionamentos interpessoais inerentes ao ato de viajar. Devido ao potencial econômico, por meio da geração de emprego e renda, ocasionado pelo turismo, é prática comum, sobretudo em regiões com apelos paisagísticos e culturais, como é o caso de Pedro II, que a atividade turística seja estimulada, sem, contudo, ser acompanhada pelo necessário planejamento, o que pode vir a ocasionar danos ambientais e sociais no local. Além disso, as contribuições positivas decorrentes do turismo, comumente, não atingem os moradores locais, que acabam por não usufruírem dos ganhos econômicos e sociais trazidos pela atividade do turismo. Para este estudo, foram elencadas as comunidades rurais Serra dos Matões, São João, Carnaúba, Mangabeira e Caranguejo, localizadas na região da Serra dos Matões, principal corredor ecoturístico do município de Pedro II, Piauí, localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Ibiapaba. O trabalho teve como objetivo, identificar os impactos positivos e negativos da atividade turística, bem como, as possibilidades da prática do Ecoturismo, na Serra dos Matões, município de Pedro II, Piauí. Como metodologia, foi realizado estudo exploratório/descritivo, com abordagem qualiquantitativa, pesquisa bibliográfica e documental. Também foram feitas pesquisas de campo, registro fotográfico e realização de entrevistas com moradores das comunidades que trabalham com turismo, além de coletas de dados sobre o tema, em órgãos públicos municipais. Foi constatado potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo, na região, embora seja necessária a implantação de políticas públicas, que possam melhor estruturar o turismo, sob a ótica da sustentabilidade, estimulando a capacitação e participação das comunidades rurais, a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

Palavras Chave: Turismo; Sustentabilidade; Impactos Socioambientais.

Abstract

Tourism is a social phenomenon of movement of people in search of certain human desires such as leisure, business, health, among others. In this activity, called tourism, impacts may occur on the economy and culture of the locations visited, through financial exchanges and interpersonal relationships inherent to the act of traveling. Due to the economic potential, through the generation of employment and income, caused by tourism, it is common practice, especially in regions with scenic and cultural appeals, such as Pedro II, that tourist activity is stimulated, without, however, be accompanied by the necessary planning, which could cause environmental and social damage at the site. Furthermore, the positive contributions resulting from tourism generally do not reach local residents, who end up not enjoying the economic and social gains brought by tourism. For this study, the rural communities Serra dos Matões, São João, Carnaúba, Mangabeira and Caranguejo were listed, located in the Serra dos Matões region, the main ecotourism corridor in the municipality of Pedro II, Piauí, located in the Environmental Protection Area (APA) of Serra da Ibiapaba. The aim of the work was to identify the positive and negative impacts of tourist activity, as well as the possibilities of practicing Ecotourism, in Serra dos Matões, municipality of Pedro II, Piauí. As a methodology, an exploratory/descriptive study was carried out, with a qualitative and quantitative approach,

bibliographical and documentary research. Field research, photographic records and interviews were also carried out with residents of communities that work in tourism, in addition to collecting data on the topic from municipal public bodies. Potential for the development of Ecotourism was found in the region, although it is necessary to implement public policies that can better structure tourism, from the perspective of sustainability, stimulating the training and participation of rural communities, environmental conservation and sustainable development of region.

Keywords: Tourism; Sustainability; Socio-Environmental Impacts.

4.1 Introdução

A atividade turística cresceu sobremaneira e se consolidou no mundo a partir de meados do século XX, resultando em significativos recursos financeiros de investimentos nas localidades alvo de visitas. Todavia, o turismo, ao ser estimulado mundo afora, não seguiu uma necessária lógica de planejamento, com ênfase nos equilíbrios natural, econômico, social e político, o que estimulou, com isso, o seu crescimento de forma acelerada e desorganizada (PINHEIRO *et al.*, 2011). O turismo promove uma estreita atividade com os aspectos socioambientais de uma comunidade, pois o ambiente natural e a cultura de um povo são utilizados e apropriados como recursos primários e fator de atração de visita, não raro, causando impactos negativos, ao tempo que, indubitavelmente, interfere no desenvolvimento local (ARAÚJO *et al.*, 2017).

Entre as modalidades de turismo destaca-se o Ecoturismo, que procura, além do uso responsável e consciente dos recursos naturais, contribuir para o crescimento econômico, o estímulo à justiça social e a participação da população local no planejamento e na operação turística, corroborando para o fomento do turismo sustentável. O Ecoturismo tem crescido, como segmentação turística, muito atrelado à ideia de desenvolvimento sustentável (CAMARGO; COELHO, 2021).

Para o Ministério do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2010, p. 11):

O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal. O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas, sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras.

Na maioria das áreas naturais voltadas para o ecoturismo, são encontradas comunidades locais, muitas delas tradicionais, cujas populações encontram na natureza, o espaço necessário para a própria sobrevivência, a partir da realização de atividades econômicas, como também,

de preservação de sua cultura e costumes. Destaca-se, então, a importância de incorporar as comunidades residentes, trazendo-as como participantes no desenvolvimento da atividade turística, por meio de estratégias que repassem aos moradores locais a promoção dos benefícios gerados pelo turismo, estimulando o empreendedorismo social, inclusivo e sustentável (SPAOLONSE; MARTINS, 2017).

Na visão de Sinay, Carter e Sinay (2019), em muitos destinos ecoturísticos a atividade malconduzida tem causado impactos negativos como problemas de conflitos fundiários, expulsão da população nativa de seus territórios, violência, poluição oriunda da falta de coleta de resíduos e saneamento básico, turismo sexual e aculturação dos povos tradicionais. Para Silva e Fratucci (2022) a atividade turística não é comumente compreendida dentro do seu contexto amplo e de multidisciplinaridade, o que restringe o seu entendimento quanto às suas características e impactos. Ressalta-se, que uma das vertentes de análise mais abordada na atividade é a dimensão econômica e os seus impactos na geração de emprego e renda, fazendo-se necessário ampliar o campo de estudo para se obter condições de melhor compreensão das transformações socioespaciais decorrentes da atividade turística.

Segundo Pinheiro *et al.* (2011), há carência de pesquisas voltadas para formas de participação popular no processo de planejamento turístico, bem como estratégias para utilização do potencial do turismo como ferramenta de desenvolvimento local. Os autores ressaltam que o conhecimento das ideias e pensamentos dos moradores locais podem estimular a participação popular para a compreensão e desenvolvimento do turismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e empoderamento social. Afinal, cada espaço turístico tem suas peculiaridades, sua cultura e dinâmica própria, que reproduz as diversas percepções, pluralidade e anseios dos seus moradores.

Neste sentido, Araújo (2009, p. 43) afirma que a participação da população local “[...] pode ajudar a fortalecer a democracia, permitindo a criação e a expansão de processos que atendam mais aos interesses coletivos do que a demandas associadas a interesses estreitos, de determinados grupos políticos e econômicos”.

Além disso, Dictoro e Hanai (2017, p. 195) destacam a importância da percepção ambiental, afirmando que ela “[...] pode ser aplicada para uma tomada de consciência e decisão sobre as ações humanas e o meio ambiente, sendo caracterizada pelo ato de perceber o ambiente, visando sua proteção e valorização”, tornando-se, portanto, uma ferramenta imprescindível em regiões, onde, se evidenciam paisagens apropriadas para o Ecoturismo, como é o caso do estado do Piauí.

O Piauí está situado “[...] no noroeste da Região Nordeste do Brasil, delimitado entre os Estados do Ceará, Pernambuco, Sul da Bahia, Maranhão a Oeste e Tocantins a Sudoeste. Assim, caracteriza-se por ser uma zona ecotonal entre a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Semiárido” (LEITE, ARAÚJO; DUARTE, 2018, p. 24). Dos 224 municípios do Piauí, destaca-se Pedro II, localizado na microrregião de Campo Maior, a Nordeste do estado e distante cerca de 200 km da capital Teresina (LIMA; GUERRA, 2020). A atividade turística tem crescido no município nos últimos anos, o que trouxe uma oportunidade para a população local, com o incremento da atividade econômica a partir das condições que a cidade oferece ao turismo (VIEIRA; LIMA; VIANA, 2012).

Por conta de seu clima ameno, característica climática peculiar frente aos outros municípios piauienses, e como forma de estimular o desenvolvimento turístico da região, foi realizado em 2004 a primeira edição do Festival de Inverno de Pedro II, evento que agrega apresentações musicais, rotas gastronômicas e Ecoturismo, contribuindo para a divulgação dos atrativos existentes e para o incremento da renda dos habitantes de Pedro II (IGNÁCIO; FRAZÃO, 2018).

O município faz parte da APA da Serra da Ibiapaba, apresentando várias áreas com potencial para a atividade do Ecoturismo. Entre os atrativos naturais existentes, têm-se cachoeiras (como Cachoeira do Urubu Rei), mirantes (por exemplo, Mirante do Gritador), além de trilhas e outros elementos paisagísticos que ratificam a região como um corredor ecoturístico. Nas proximidades destes atrativos, estão localizadas comunidades rurais da Serra dos Matões, nas quais alguns moradores exercem atividades ligadas ao turismo, como por exemplo, na condução turística realizada de modo informal.

Destaca-se então, a importância da realização de estudos voltados para as características da atividade de Ecoturismo e sua relação com o ambiente e a comunidade do local, em que é praticado. Nesta perspectiva, devem ser considerados os aspectos ambientais, como também, os socioeconômicos relacionados à realidade das comunidades ali presentes. É importante considerar a possibilidade da ocorrência, no local, de impactos, tanto positivos quanto negativos, decorrentes destas atividades, salientando que, muitas vezes, as contribuições positivas não atingem os moradores locais, que acabam por não usufruírem os ganhos econômicos e sociais oriundos de atividade do turismo.

Dessa forma, neste artigo pretende-se identificar os impactos positivos e negativos do turismo, bem como, as possibilidades da prática do Ecoturismo, na atividade turística que vem sendo desenvolvida na Serra dos Matões, município de Pedro II, Piauí.

4.2 Turismo e desenvolvimento

O turismo é uma atividade muito presente no cotidiano das pessoas, sendo definida pela Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 como as “[...] atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2008, p. 5). Contudo, os reflexos desta atividade perpassam até por pessoas que não viajam, mas que ocasionalmente podem usufruir de algum equipamento turístico, existente na sua própria cidade (BRASIL, 2021).

Nesse sentido, este fenômeno de deslocamento humano se desenvolveu sobremaneira, muito facilitado pelo rápido crescimento tecnológico das últimas décadas. A internet, mais recentemente, também impulsionou este fomento, diminuindo distâncias e aproximando povos e regiões, despertando, cada vez mais, o interesse pelo ato de viajar (SANTOS; *et al.*, 2020).

O turismo representa importante atividade econômica, capaz de impulsionar a economia, ao mesmo tempo que proporciona redistribuição da renda entre as regiões de um país (HADDAD; PORSEE; RABAHY, 2013). Com isso, em 2017, o setor movimentou US\$ 7,6 trilhões, representando cerca de 10% da geração de riqueza em todo o planeta (WTTC, 2017).

Nesta linha de potencialidade turística, em que o turismo é visto como uma atividade importante para incrementar o desenvolvimento de uma região, verifica-se a necessidade de observar os possíveis impactos que ela pode gerar. Todavia, vale mencionar que os impactos não são necessariamente negativos, podendo trazer, também, elementos positivos para as localidades, embora, de maneira geral, são promotores de profundas alterações, que ocorrem no meio ambiente natural e na sociedade, sendo necessário, então, considerar os possíveis efeitos socioambientais decorrentes desta atividade (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008).

No que tange aos impactos da atividade turística, Hintze (2009) aborda que, sob uma visão economicista, o turismo pode, de fato, ocasionar efeitos positivos e negativos, tanto sob ponto de vista ambiental, quanto social. Santos (2019) enfatiza, que a atividade atinge a sua própria base de atuação e sustentação, ou seja, as paisagens, os recursos minerais e hídricos, a fauna e flora, dentre outros elementos que compõe o substrato do turismo. Segundo Rabahy (2020), o turismo, como fator positivo, possibilita a redução das desigualdades sociais, ao tempo que gera divisas e empregos. Todavia, Braga e Selva (2016) pontuam para a observância de casos de territórios turísticos onde, embora a atividade do turismo gere empregabilidade, tais ocupações são precárias ou pouco representativas quanto à real indução de ganhos nas localidades visitadas e no próprio desenvolvimento local.

Com isso, se no passado o termo desenvolvimento era considerado sinônimo de crescimento econômico, hoje, com a adição do termo “local”, ele precisa ser compreendido como um processo que pressupõe a realização de transformações econômicas e sociais de uma comunidade, com a necessária inclusão dos indivíduos de maneira participativa e sustentável. O turismo, ao se apropriar, como recursos primários, da natureza, dos moradores e suas culturas, gera impactos, não raros negativos, ao tempo que interfere, necessariamente, no desenvolvimento das comunidades (ARAÚJO *et al.*, 2017).

Para o desenvolvimento da atividade turística, segundo Ribeiro *et al.* (2020), destaca-se a necessidade de se fazer presente as ações governamentais, por meio de políticas públicas que, ao corroborar forças com a iniciativa privada e terceiro setor, podem estimular para que o crescimento do turismo seja, de fato, planejado e eficaz. Todavia, embora tais agentes de fomento sejam primordiais, a participação da população torna-se, cada vez mais, um complemento indispensável para todo o processo na medida que ratifica o caráter e anseio de um turismo verdadeiramente pautado na sustentabilidade.

Portanto, no processo de busca por um turismo sustentável, as ações de planejamento precisam estar amparadas, para se aumentar a probabilidade de êxito, em modelos com participação popular (PINHEIRO *et al.*, 2011). Segundo Seabra (2014), os programas de planejamento turístico serão mais exitosos e embasados em alicerces sustentáveis, quanto maior for a participação da população local, como forma de democratizar a temática e proporcionar o estímulo à proteção dos recursos naturais e culturais da região turística.

Ressalta-se, que ao fomentar a participação popular no processo de planejamento do turismo, os atores sociais locais tomam consciência dos problemas existentes e adquirem talentos, o que estimula a análise e discussão das soluções, proporcionando, com isso, o exercício da própria cidadania. Desta feita, o modelo participativo tende a oferecer um local de discussão para que os povos “nativos” possam se fazer presente e contribuir para a construção do turismo na sua própria região (PINHEIRO *et al.*, 2011).

Tem-se, portanto, como espaço legítimo de interação popular, a busca pelas percepções dos indivíduos frente aos aspectos ambientais e socioeconômicos oriundos da atividade do turismo, sendo, tais achados, alicerces de possíveis projetos voltados para a sustentabilidade, na medida que os estudos acerca das percepções da população formam espaços ricos de conhecimento, onde a comunidade empresta seus pensamentos e vozes para a construção do próprio desenvolvimento turístico da região (PINHEIRO *et al.*, 2011).

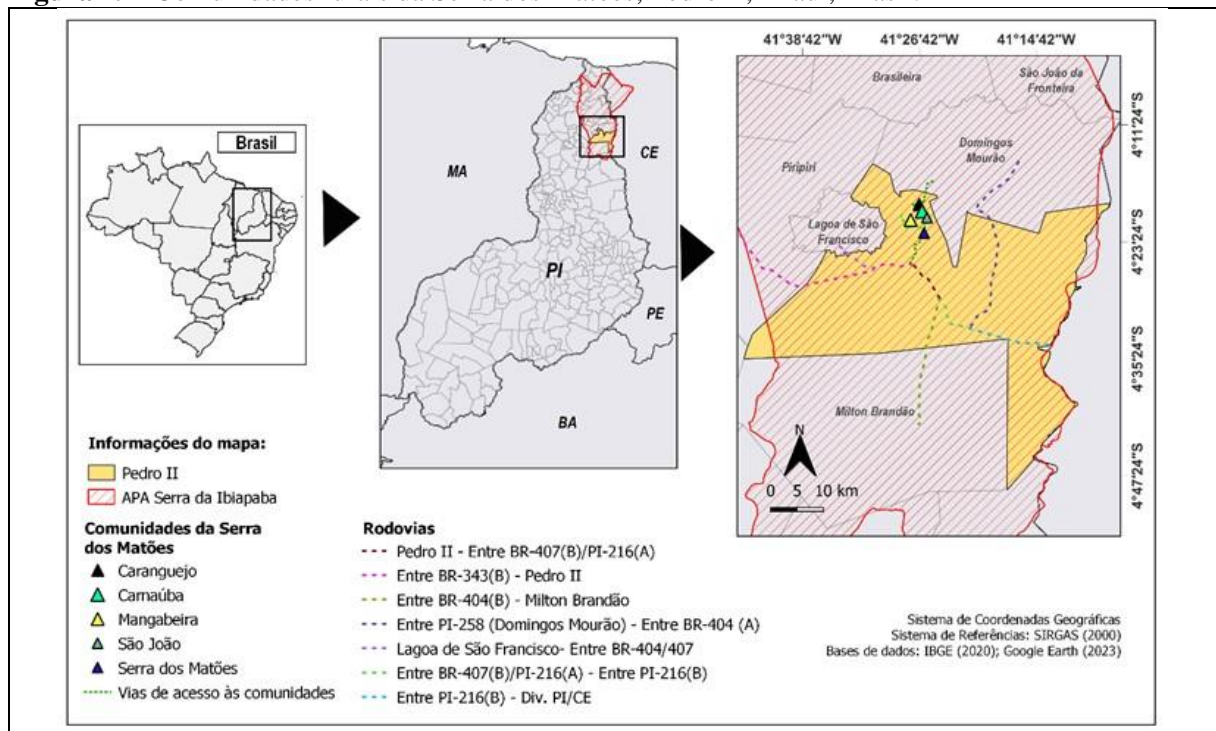
4.3 Metodologia

Como metodologia, aplicou-se estudo exploratório/descritivo, de corte transversal, com abordagem quali-quantitativa, a partir da coleta de dados primários e secundários, apoiado em pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica teve como parâmetro a busca por amparo teórico que contribuísse para respaldar o estudo em questão, por meio de artigos, dissertações e outras publicações científicas. As informações adquiridas, por meio de pesquisa documental, foram obtidas junto à Prefeitura de Pedro II, com assistentes sociais e professoras do município, que puderam ampliar o conhecimento acerca do panorama socioeconômico e histórico das comunidades rurais abordadas na pesquisa.

O estudo foi desenvolvido na localidade Serra dos Matões, área rural de Pedro II, estado do Piauí, principal corredor de acesso aos atrativos turísticos mais visitados do município. Para coleta de informações, foram realizadas visitas de campo e, ainda, entrevistas nas comunidades rurais Serra dos Matões, São João, Caranguejo, Mangabeira e Carnaúba, existentes na região (Figura 4.1).

Figura 4.1 - Comunidades rurais da Serra dos Matões, Pedro II, Piauí, Brasil.



Fonte: Elaborado por Leticia Santos (2023).

As visitas de campo tiveram como objetivos, a observação direta das localidades elencadas no estudo, o registro fotográfico e a coleta de dados por meio da aplicação de formulário aos entrevistados (APÊNDICE, B), que deveriam ser maiores de 18 anos, terem

moradia nas comunidades rurais e trabalharemos na atividade turística na região, mesmo que de maneira informal e esporadicamente.

Portanto, foram realizadas entrevistas presenciais semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, visando compreender a relação e a percepção dos moradores locais com o turismo praticado na região. Nas questões, foram abordados aspectos relacionados às dimensões econômicas, sociais e ambientais, que compõem o tripé do desenvolvimento sustentável. Para isso, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob número 5.595.611.

A técnica de amostragem escolhida foi a não-probabilística “bola de neve”, que consiste em utilizar informações fornecidas pelo entrevistado para localizar outros contatos da sua rede pessoal, que indicará um outro e assim sucessivamente até chegar ao ponto de saturação (BAILEY, 1994). A intenção foi identificar as pessoas que exercem alguma atividade relacionada ao turismo na região, para fins de realização das entrevistas.

Segundo Vinuto (2014), o tipo de amostragem “bola de neve” se utiliza de cadeias de referências, com o intuito de estudar determinados grupos difíceis de serem acessados, por terem poucos membros e que estão espalhados por uma determinada área de atuação, tendo a sua construção, feita a partir de informantes-chaves, que corroboram na formação do grupo a ser inquerido, ao indicar novos contatos com as características desejadas para a pesquisa. Ressalta-se, que no caso em tela, o público-alvo seria moradores das cinco comunidades rurais elencadas na pesquisa, que exercessem atividades de trabalho ligadas ao turismo na região.

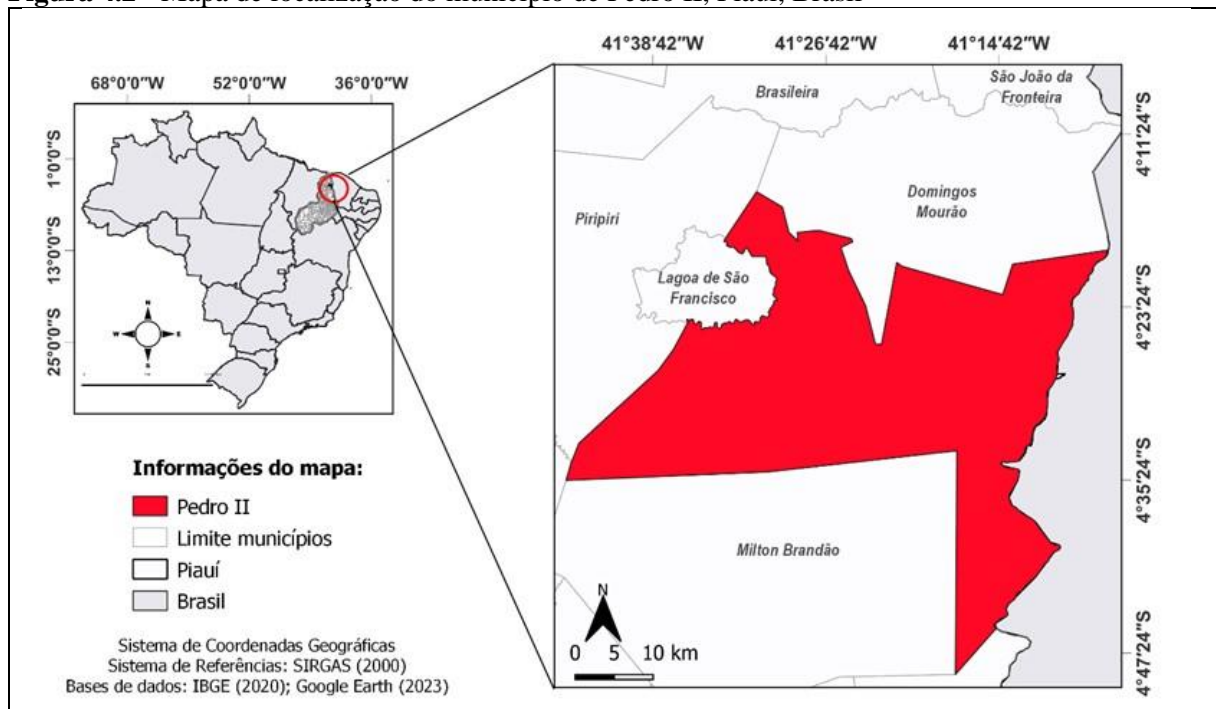
Com isso, ao ser detectado os informantes-chaves, de cada comunidade, por meio de indicações realizadas pelos moradores locais e conhecimento, obtido pelo pesquisador, em visitas à campo, procedeu-se a entrevista inicial e a solicitação de indicação de um novo contato, e assim sucessivamente, até que novas indicações se repetiam, quanto aos nomes, não apresentando, portanto, elementos novos para a pesquisa, pondo fim à busca pretendida ao se chegar no chamado ponto de saturação.

4.4 O Município de Pedro II

O município de Pedro II, localizado no Piauí, na região Nordeste do Brasil, apresentou população de 37.894 habitantes, de acordo com o censo de 2022 (IBGE, 2022). O município está localizado no território de desenvolvimento dos Cocais, fazendo divisa ao norte com as cidades de Domingos Mourão, Lagoa do São Francisco e São João da Fronteira, ao Sul com

Milton Brandão, Buriti dos Montes e Jatobá do Piauí, ao Leste com o Estado do Ceará e a Oeste com as cidades de Capitão de Campos, Piripiri e Lagoa de São Francisco (CEPRO, 2013).

Figura 4.2 - Mapa de localização do município de Pedro II, Piauí, Brasil



Fonte: Elaborado por Leticia Santos (2023).

Pedro II, cuja sede está na altitude de 600 m, está localizado em torno de 200 km, de distância, da cidade de Teresina, capital do Piauí, situado a Noroeste do estado. A cidade está posicionada em uma região semiárida, com um clima seco e temperaturas amenas, resultante da altitude. Por conta do clima ameno e de seu relevo, o município tem vocação natural para o turismo e conta com vários atrativos naturais que estimulam a prática de ecoturismo na região. O Festival de Inverno, evento anual que ocorre desde 2004, também contribui para o fomento da atividade turística, na medida que atrai milhares de pessoas para a cidade, à época do feriado de Corpus Christi, gerando um fortalecimento da cadeia produtiva do turismo (MILANEZ; OLIVEIRA, 2011).

A área territorial de Pedro II está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Ibiapaba, unidade de conservação (UC), criada pelo Decreto Federal s/nº, de 26 de novembro de 1996 e que está situada na biorregião do complexo da Serra Grande, que abrange os municípios de Buriti dos Lopes, Bom Princípio, Cocal, Piracuruca, Piripiri, Brasileira, Pedro II, Lagoa do São Francisco, Conceição e Domingos Mourão, no Estado do Piauí e Chaval, Granja, Moraújo, Tianguá e Viçosa do Ceará, no Estado do Ceará e as águas jurisdicionais existentes na região (BRASIL, 1996).

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) pertencem ao grupo de Unidades de Conservação (UC), que buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais, grupo este que detém a maior parte da superfície protegida no país. No entanto, comumente essas áreas não cumprem as suas prerrogativas de proteção, sobretudo pela existência de flexibilidade de uso dos recursos naturais, por meio da permissão de diversas atividades humanas, como a mineração e a industrial, da presença de significativos adensamentos populacionais, concomitante ao insuficiente investimento de fiscalização e controle, o que corrobora na existência de poucos exemplos de APA no Brasil que cumprem o seu papel de uso e conservação dos recursos naturais (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010).

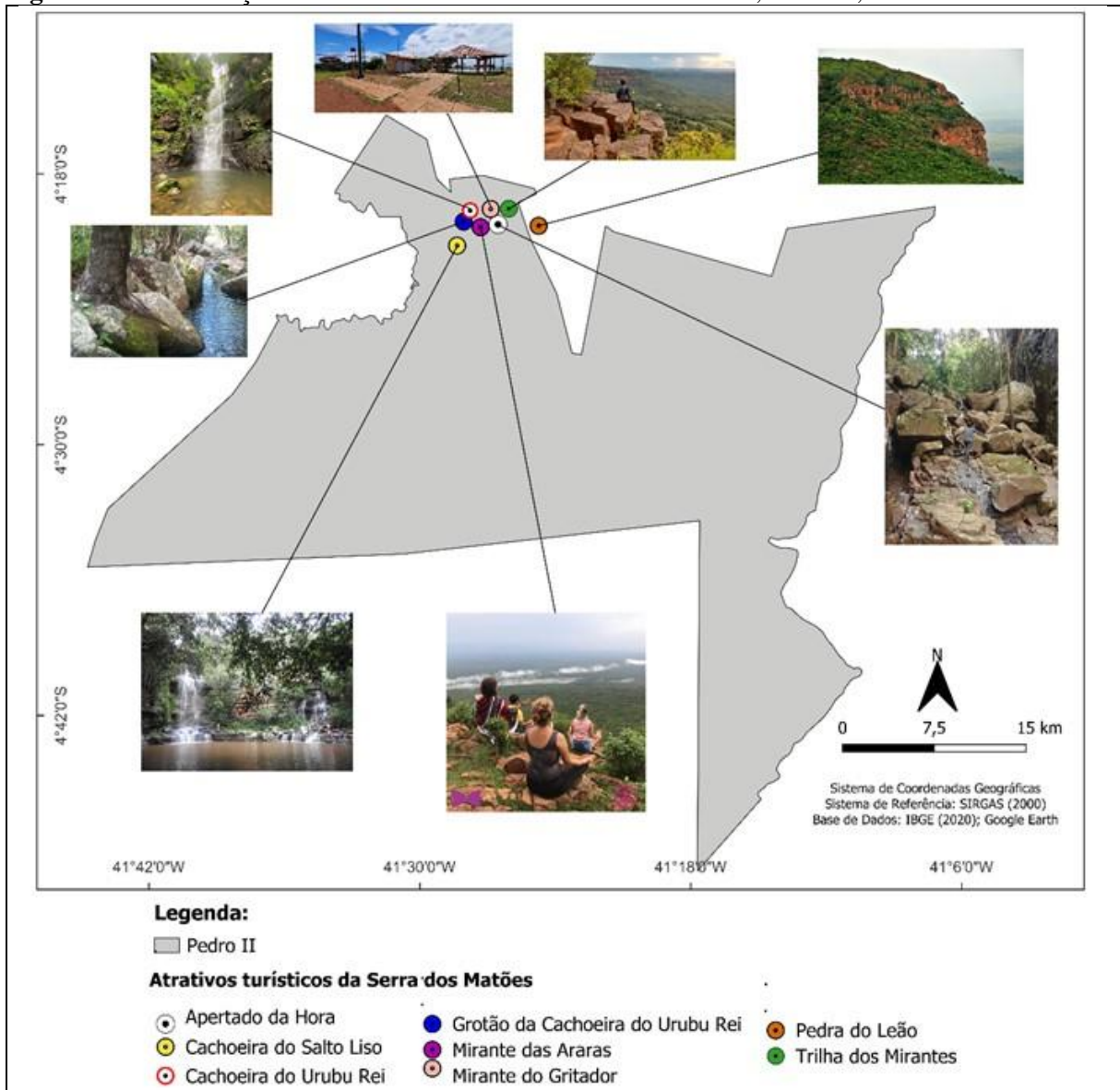
Pedro II, como município pertencente à APA da Serra da Ibiapaba, está enquadrado em uma região de proteção ambiental cuja diretrizes e objetivos são explicitados em decreto, sendo eles: garantir a conservação de remanescentes de cerrado, caatinga e mata atlântica; proteger os recursos hídricos; proteger a fauna e a flora silvestre; melhorar a qualidade de vida das populações residentes; ordenar o turismo ecológico; fomentar a educação ambiental e preservar as culturas e as tradições locais (BRASIL, 1996).

O município de Pedro II faz parte da Bacia Hidrográfica do rio Poti, sendo todos os principais rios da região, Matos, Correntes, Parafuso e Capivara, intermitentes e inclusos nas bacias dos rios Poti e Longá (CARVALHO, 2015). Embora, todos os principais cursos d'água de Pedro II não sejam perenes, existe na Serra dos Matões, a cachoeira do Urubu Rei, com 64 m de altura e perene, que verte o ano todo, sendo que nos meses de seca na região, seu fluxo d'água diminua consideravelmente.

Destaca-se, que no povoado Araras, atualmente inabitado e com acesso a partir da comunidade Carnaúba, são encontradas, ainda, três pequenas cachoeiras na grotta d'água, que verte para a cachoeira do Urubu Rei, também perenes e na comunidade Mangabeira, apresenta-se a cachoeira do Salto Liso, com 25 m de altura e intermitente, o que corrobora para dar destaque à Serra dos Matões, como local em potencial para as práticas de ecoturismo na região.

Foram entrevistados 24 moradores locais, considerando aqueles que tivessem o mínimo 18 anos, que trabalham formalmente, ou não, com o turismo e residentes nas comunidades Serra dos Matões (n = 2); São João (n = 2); Carnaúba (n = 8), Mangabeira (n = 8) e Caranguejo (n = 4). Essas comunidades foram previamente escolhidas por se situarem nos principais acessos aos atrativos turísticos mais visitados em Pedro II, como as cachoeiras do Salto Liso e Urubu Rei, trilha dos Mirantes, Mirante das Araras e do Gritador (Figura 4.3) e os Balneários da Serra e do Dino, por exemplo.

Figura 4.3 - Localização dos atrativos turísticos na Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.



Fonte: Elaborado por Leticia Santos (2023)

4.5 Características das comunidades Serra dos Matões, São João, Carnaúba, Caranguejo e Mangabeira

Nos aspectos econômicos e sociais, as comunidades da Serra dos Matões comungam de características similares, que indicam problemas relacionados ao baixo poder aquisitivo na região, onde 80% de sua população recebe até meio salário mínimo. A atividade econômica tem ênfase na agricultura de subsistência, com destaque para o feijão, milho e mandioca, mas também no artesanato, produzido em fios de algodão, com a produção de redes e tapetes pelas mulheres das comunidades.

O comércio é dotado de pequenos estabelecimentos comerciais com pouca empregabilidade. Na pecuária, tendo em vista o relevo acidentado, os rebanhos são pequenos,

constituídos, em primazia, por caprinos, seguido por ovinos e bovinos. Há dificuldades na oferta de empregos que possam contribuir com a fixação da população local na região, o que comumente estimula o êxodo dos moradores para os grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, em busca de trabalho, sobretudo em restaurantes, que absorvem muitos originários de Pedro II.

A Serra dos Matões tem problemas de ordem de infraestrutura e condições vulneráveis no quesito socioambiental, no entanto, na região destacam-se as potencialidades como a fertilidade do solo para a agricultura, disponibilidade de mão de obra, presença de água advindas de perfuração de poços, clima agradável e propício para diversas culturas agrícolas, existência de artesanato tradicional e atrativos naturais significativos, sendo que tais atributos, caso fossem melhor trabalhados, poderiam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento local.

Na região são encontrados diversos atrativos turísticos, como os Mirantes do Gritador e das Araras, na Comunidade Carnaúba, a Cachoeira do Salto Liso, na Comunidade Mangabeira, a Cachoeira do Urubu Rei, com acesso pela Comunidade Caranguejo e o Mirante da Santa e as Cachoeiras da Serra, na Comunidade Serra dos Matões, que costumam receber vários visitantes.

Além desses locais, algumas iniciativas têm tido destaque na atividade de gastronomia, atraindo turistas e visitantes para a Serra dos Matões, que são os balneários/restaurantes Rancho do Dino, na comunidade Caranguejo, Balneário das Serras, na comunidade Carnaúba e o Balneário Por do Sol, na comunidade Mangabeira.

4.5.1 Comunidade Serra dos Matões

A localidade está a 730 m de altitude, conta com cerca de 341 casas e 1.144 moradores, sendo que originalmente era conhecida por Caldeirão e passou a ser chamada Serra dos Matões, por conta da sua altitude e matas virgens. Por volta de 1922, foi transformada em comunidade, muito por conta da estrada carroçável que passou pela região, sendo que na atualidade ela encontra-se asfaltada. Esta estrada foi construída pelo prefeito do município na época, Lauro Cordeiro Brandão, com o objetivo de fazer a ligação entre Pedro II e o Ceará, o que trouxe maior comunicabilidade entre os moradores da comunidade e a sede do município. Com o passar do tempo, a comunidade se desenvolveu, com a presença de comércios, clubes, igrejas, campo de futebol, dentre outros equipamentos, e serve de rota de passagem e hospedagem aos turistas que visitam o município em busca dos principais atrativos turísticos da região (Figura 4.4).

Figura 4.4 - Comunidade Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.



Fonte: Foto de Luciano Uchôa (2020)

A comunidade, que tem nome homônimo ao da própria Serra dos Matões, está localizada a sete quilômetros da sede do município, com acesso em estrada asfaltada e está posicionada na principal rota turística de Pedro II. A região foi beneficiada com o desenvolvimento da atividade turística e tem como marco inicial do turismo, a construção do Mirante da Santa (Figura 4.5), que está a 5 km da cidade e foi idealizado e construído, em 1993, pelo ex-prefeito Manoel Nogueira Filho, que no local construiu uma pequena estrutura para abrigar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira da cidade de Pedro II.

Figura 4.5 - Mirante da Santa na comunidade Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.



Fonte: Foto de Luciano Uchôa (2020)

O Mirante da Santa fica logo após a subida da serra, tem posição privilegiada, vista panorâmica da cidade de Pedro II e é alvo de visitação, embora sua estrutura esteja sofrendo atos de depredação e de vandalismo. Destaca-se, ainda, que há um projeto de reforma e ampliação do local, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Pedro II e Governo do Estado do Piauí, em que está previsto a construção de uma praça, anfiteatro e demais equipamentos, o que contribuirá, se construído, para fortalecer o local como atrativo turístico.

4.5.2 Comunidade São João

A comunidade São João conta com 76 casas, onde vivem 223 pessoas, sendo que está localizada a 10 km do centro de Pedro II e a uma altitude de 724 m. A localidade é passagem dos turistas rumo aos atrativos turísticos existentes nas comunidades Carnaúba (Mirante do Gritador, Balneário das Serras e Mirante das Araras) e Caranguejo (Cachoeira do Urubu Rei e Rancho do Dino). No entanto, embora a comunidade não seja rota de parada de turistas, não havendo equipamento turístico na localidade, existe potencial de incremento, sobretudo pelas trilhas existentes que dão acesso ao mirante da Pedra do Leão, com percurso de 4 km (Figura 4.6) e à cachoeira do Salto Liso, na comunidade Mangabeira, com percurso de 5 km, trilhas estas que poderiam ser apropriadas para o Ecoturismo, ao tempo que estimularia um interesse maior, da população local, para o trabalho com a atividade turística.

Figura 4.6 – Vista da Pedra do Leão, Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.



Fonte: Foto de Luciano Uchôa (2023)

Ressalta-se, a existência de uma iniciativa agrícola denominada Quintal Ecológico, onde são produzidos alimentos orgânicos, que são comercializados na própria comunidade São João e nas vizinhas e que tem, também, potencial de ser uma atrativo de visitação, tendo ênfase nos processos de educa o ambiental.

Um grande problema do local diz respeito   questão da água, elemento vital de sobrevivência, mas que não é encontrada com facilidade nas partes mais altas da Serra, onde encontram-se, além da comunidade São João, as comunidades Serra dos Matões e Carnaúbas, sendo o abastecimento de tais comunidades realizado por meio de poços artesianos.

Destaca-se, contudo, que nas comunidades Mangabeiras e Caranguejo, situadas no sopé da serra, são encontradas nascentes, que conseguem abastecer as casas por meio de canaliza es de PVC, que em tempos passados eram de bambus. Tais nascentes são elementos naturais com potencial de serem incluídos nos atrativos turísticos das localidades, tanto pela sua beleza, quanto pela possibilidade de inclusão dos processos de interpreta o ambiental no processo de visita o.

Em rela o aos aspectos econômicos da comunidade, assim como ocorre em outras comunidades da Serra dos Matões, é comum que maior parte dos homens trabalhe com agricultura, enquanto as mulheres produzem peças de artesanato, como tapetes, redes, peças de croch , entre outras, bem como complementem a renda por meio de aposentadorias, empregos no setor público e pelos programas assistenciais de transferência de renda do Governo Federal.

Ressalta-se, que embora a comunidade seja produtora do artesanato em tapeçaria e exista, inclusive, uma cooperativa na localidade, denominada Xique-Xique, não há uma trabalho de formata o e motiva o desta atividade artesanal para fins de visita o turística, sequer um local apropriado de venda de tais peças, que são, deveras, muito apreciadas pelos turistas, mas que não são encontradas com facilidade por aqueles que passam pela comunidade, sendo, tais produtos, vendidos na sede da cooperativa, em feiras e no mercado público, locais estes, localizados na área urbana do município.

4.5.3 Comunidade Carnaúba

Distante cerca de 12 km do centro de Pedro II, contabilizando 74 casas e 266 moradores, a comunidade está localizada no platô da Serra dos Matões, a uma altitude de 708 m e teve a sua forma o a partir de um aldeamento indígena, em tempos de outrora (Figura 4.7). No início da década de 1990, o povoado era constituído de casas muito pobres, de taipa e cobertas de palha, sendo que com a chegada da escola, assim como dos trabalhos sociais da Obra Kolping, organiza o da sociedade civil sem fins lucrativos, a vida comunitária começou a melhorar.

Destaca-se, que o Festival de Inverno de Pedro II, que ocorre anualmente, assim como a existência na comunidade de atrativos turísticos relevantes, têm contribuído para incremento da geração de emprego e renda, para os moradores locais, por meio da atividade do turismo.

Figura 4.7 - Comunidade Carnaúba, Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.



Fonte: Foto de Luciano Uchôa (2022)

Na comunidade existe um atrativo turístico muito visitado, o Mirante do Gritador, composto de uma vista privilegiada das encostas da Serra dos Matões e tem, em sua estrutura uma lanchonete/restaurante de pequeno porte e um loja que vende souvenir e opala (Figura 4.8). À época do Festival de Inverno, período que grandes fluxos de turistas, moradores locais constroem barracos de palha nas proximidades do Mirante para fins de atendimento aos turistas e obtenção de renda extra por meio da venda de bebidas e alimentação, construções estas precárias, que acabam por se acabarem por conta do desuso nos períodos subsequentes ao Festival. Vale mencionar, também, a presença na comunidade do Balneário das Serras, um local com restaurante, bar e piscinas e que tem atraído muitos visitantes para a localidade, por conta de sua oferta gastronômica diversificada e estrutura de lazer oferecida.

Na comunidade ocorria, também, problemas de abastecimento de água, devido à ausência de nascentes, fazendo com que os moradores tivessem que obter água no local denominado “Apertado da Hora”, fato este modificado, quando da instalação de poço artesiano e chafariz público, que passou a prover água para a população local, no entanto, poucas casas na comunidade recebem o abastecimento de água por meio de canalizações hidráulicas, sendo a maneira mais usual, a captação direto da fonte com a utilização de baldes. O “Apertado da Hora” é uma falha geológica íngreme e de difícil locomoção, que interliga a parte superior da serra, onde encontra-se a comunidade Carnaúba, à parte inferior, onde está situada a comunidade Caranguejo (Figura 4.9).

Figura 4.8 – Vista do Mirante do Gritador, Serra dos Matões, Pedro II, Piauí.



Fonte: Foto de Luciano Uchôa (2021)

Ressalta-se, que a passagem “Apertado da Hora” era muito utilizada, também, pelos moradores das comunidades contíguas quando eles estavam com tempo exíguo, ou seja, quando eles estavam com a “hora apertada” para se chegar a um determinado compromisso e se enveredavam pela trilha que é bastante inclinada e composta por grandes blocos de rochas.

Figura 4.9 – Apertado da Hora, Desafio Serra dos Matões, Pedro II.



Fonte: Foto de Adrenaphotos (2021)

Contudo, com a melhoria da estrada existente que une as duas comunidades, a trilha está pouco utilizada, por parte dos moradores locais, mas passou a ser um atrativo turístico procurado pelos trilheiros, embora careça de estruturação turística, como sinalização e segurança, sendo, tal falha geológica, passagem recorrente dos atletas do evento de aventura Desafio Serra dos Matões, à época de sua realização.

4.5.4 Comunidade Caranguejo

A Comunidade Caranguejo está localizada a 16 km do centro do município e a uma altitude de 497 m. Por ter o seu acesso por meio de uma estrada sinuosa, de terra e pedra, com cerca de 2 km a partir do Mirante do Gritador, o que acarreta um grau maior de dificuldade, gera, comumente, reclamação dos moradores locais que pleiteiam melhorias do acesso, inclusive, em prol de facilitar a chegada dos turistas à localidade.

De fato, a Comunidade Caranguejo recebeu um impulso para o seu desenvolvimento quando, em 1975, foi construída esta estrada carroçável que dá acesso ao platô da Serra e conseqüentemente às comunidades Carnaúba, São João, Mangabeira e Serra dos Matões e , também, ao centro de Pedro II.

A mencionada estrada foi criada durante o início da exploração, em larga escala, da mina de opala Boi Morto, por uma empresa de mineração que, embora a área de exploração mineral não esteja localizada na comunidade, a empresa responsável realizou obras de melhorias no município, dentre elas, este acesso à comunidade Caranguejo. Segundo Carvalho (2015), esta mina já era conhecida desde 1945, mas foi na década de 1960, que a Empresa de Minérios Brasil Norte-Nordeste (EMIBRA) começou a explorar a Mina do Boi Morto que, entre os anos de 1960 e 1976, chegou a ter em torno de 80 funcionários, período que representou sua maior produção de opala.

Na Comunidade Caranguejo existe um importante empreendimento particular denominado Rancho do Dino, sendo um balneário composto de restaurante, bar, piscinas e uma pousada com dois quartos, que tem atraído muitos visitantes e contribuindo, com isso, para o fomento do turismo local (Figura 4.10). Ademais, a comunidade Caranguejo é dotada de nascentes e trilhas, dentre elas, a trilha que leva por 2,5 km para a maior cachoeira do Piauí em águas perenes e um dos atrativos mais procurados pelos turistas, a Cachoeira do Urubu Rei, com seus 64 m de queda d'água, estando a uma cota de altitude de 419 m (Figura 4.11).

O acesso à cachoeira do Urubu Rei, também pode ser feito a partir da Comunidade Carnaúba, saindo do Mirante do Gritador, mas esta possibilidade torna o percurso mais técnico, devido à diferença de altitude existente, tendo o visitante ao seu dispor uma trilha composta de

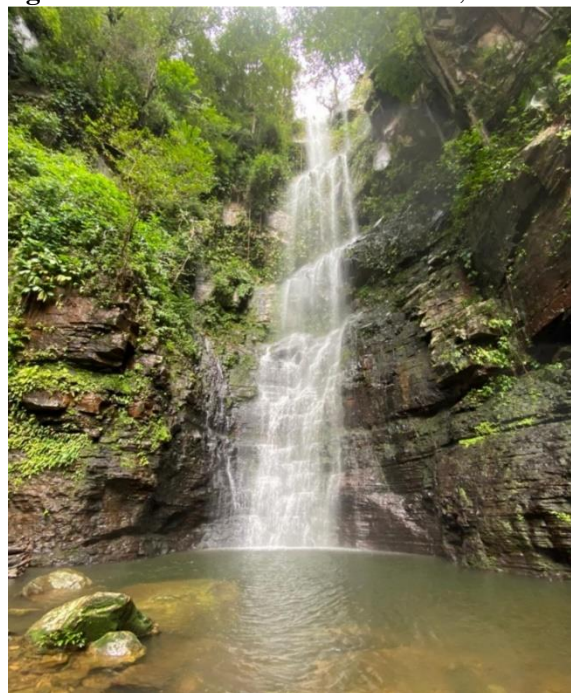
4 km com descidas e subidas íngremes, ao tempo que precisar vencer um desnível de 289, contra 78 m saindo da Comunidade Caranguejo, no entanto o percurso tem a oportunidade de passar pelo leito superior à montante da cachoeira, leito este, denominado Grotão da Urubu Rei e que é composto por grandes formações rochosas e 3 pequenas quedas água, que vertem, riacho abaixo, para formar a Urubu Rei.

Destaca-se, por meio de dados obtidos da demanda turística de 2022, na Associação de Guias e Condutores de Visitantes (ACONTUR), a Cachoeira do Urubu Rei teve 20% da escolha de visitação dos turistas que procuraram a associação, empatada, com as cachoeiras localizadas no Grotão da Urubu Rei, também, com 20% de escolha. Quando se inclui o percentual de interesse de visitação para a Cachoeira do Salto Liso, localizada na comunidade Mangabeira, com 15% de procura e a cachoeira do Tombador, na divisa com o município de Piripiri, com 3%, têm-se, que, somadas, as cachoeiras detiveram 58% da escolha turística no ano de 2022, o que mostra a força destes elementos naturais para a consolidação do turismo e a necessidade de fomento ao Ecoturismo para estimular os princípios de práticas sustentáveis na região.

Figura 4.10 – Rancho do Dino, Pedro II.



Figura 4.11 – Cachoeira do Urubu Rei, Pedro II.



Fotos: Luciano Uchôa (2021)

Observa-se, que já há indícios de depredação, decorrentes do processo de visitação, na cachoeira do Urubu Rei, bem como nas cachoeiras do Grotão da Urubu Rei, como pichações, resíduos sólidos deixados no local, bem como fogueira e acampamentos sem regramento,

acarretando preocupação dos operadores do turismo local frente à falta de fiscalização, sobretudo, dos turistas que tem acesso aos atrativos sem o acompanhamento de guias e condutores credenciados (Figuras 4.12 e 4.13).

Com isso, cresce o movimento de interesse em transformar o local em uma Unidade de Conservação Ambiental de proteção integral, como um Parque Municipal ou Estadual, afinal, de todas as cachoeiras existentes na região, como já mencionado, apenas a cachoeiras do Urubu Rei e as do Grotão da Urubu Rei, são perenes, o que denota uma preocupação especial pela conservação de tão importante preciosidades.

4.5.5 Comunidade Mangabeiras

A Comunidade Mangabeira está situada a 13 km do centro de Pedro II, estando situada na altitude de 590,00 m. Na região, onde residem 165 pessoas, destaca-se a existência da Cachoeira do Salto Liso, com 25 metros de altura, importante atrativo natural visitado na região que, mesmo não sendo perene, recebe grandes afluxos de visitantes nas épocas que tem água, correspondente aos meses de janeiro a julho e, sobretudo, no Festival de Inverno (Figura 4.14).

Figura 4.12 – Grotão da Cachoeira do Urubu Rei, Pedro II.



Foto: Luciano Uchôa (2021)

Figura 4.13 - Pichações em pedras na cachoeira do Urubu Rei , Pedro II.



Foto: Mazinho (2022)

Figura 4.14 – Cachoeira do Salto Liso, Pedro II.

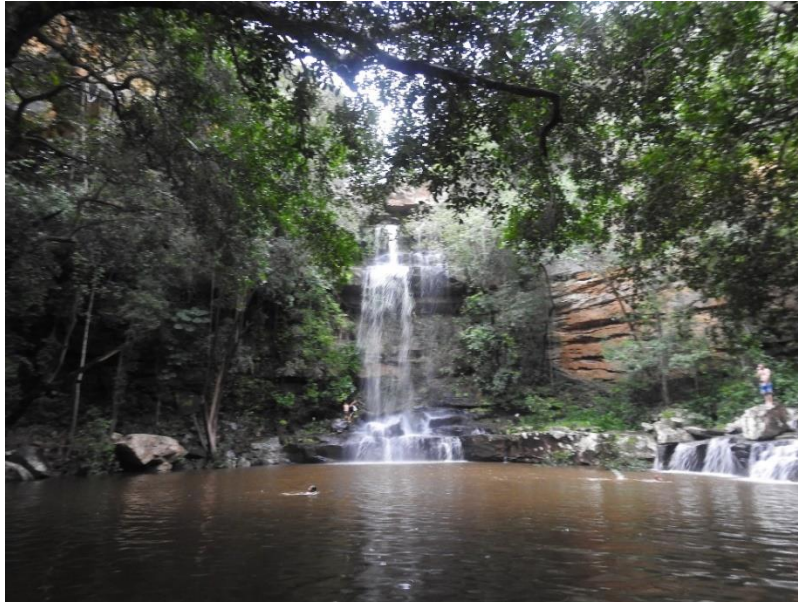


Foto: Luciano Uchôa (2022)

No período do Festival de Inverno, alguns moradores locais montam barracas improvisadas para a venda de alimentos e bebidas ao longo da trilha de 1 km que dá acesso à cachoeira do Salto Liso, o que traz uma renda extra para a comunidade, embora a grande maioria destas estruturas seja desativada quando passa o período de maior fluxo de visitantes, por não haver mais demanda suficiente para a manutenção das instalações.

Na comunidade Mangabeira foi inaugurado, em julho de 2022, um balneário denominado Balneário Por do Sol, que conta com restaurante e piscinas e que tem estimulado a visitação na localidade (Figura 4.15). Ressalta-se, que um dos desafios da região é manter o interesse de visitação dos turistas à localidade, sobretudo, à época que a cachoeira está seca. No entanto, a região detém outros atrativos que ainda não são procurados pelos turistas, provavelmente por falta de informação e estruturação, como caverna, trilhas, nascentes e inscrições rupestres, o que, somados à existência do novo balneário, poderia motivar a visitação em épocas de seca e mitigar a dependência da cachoeira do Salto Liso que, somente em 2019, de acordo com informações da ACONTUR, esta queda d'água representou 30% do interesse de visitação no município.

O acesso à comunidade Mangabeira é feito a partir da comunidade Serra dos Matões em estrada de terra com 6 km de extensão, que tem sinalização precária e recebe muitas reclamações quanto à sua manutenção, que é realizada, em primazia, à época do Festival de Inverno; no entanto, diversas trilhas interligam a comunidade mangabeira às outras comunidades situadas no platô da serra, e mesmo, fazendo conexão ao Grotão da Urubu Rei e à própria cachoeira do Urubu Rei, o que traz uma possibilidade de intercomunicação de diversos

atrativos distintos, por meio de trilhas, trazendo um potencial de uso para a prática de Ecoturismo.

Figura 4.15 - Vista aérea do Balneário Por do Sol, Pedro II.



Foto: Reprodução Instagram (2023)

4.6 O turismo desenvolvido na Serra dos Matões

A moradia em comunidades rurais detentoras de atrativos turísticos proporciona uma oportunidade de encontro do morador local com o turista, que muitas vezes chega nas localidades com poucas informações e, por vezes, sem guia, sendo este contato informal gerador de possíveis contratações de serviços turísticos com destinos às trilhas, mirantes e cachoeiras. Acrescenta-se ao fato, a ausência de um centro específico de informações turísticas no município, o que é suprido, em parte, pela existência de escritório na área central de Pedro II da ACONTUR, Associação de Guias de Turismo e Condutores de Visitantes de Pedro II, que atua desde 2005 na região. Ressalta-se, que o município tem secretaria de turismo, que, também, fornece informações turísticas, embora só funcione nos dias úteis e no período da manhã até às 13h30, ficando fechada aos finais de semana, o que dificulta o atendimento de possíveis demandas de informações por parte dos turistas.

Dos 24 entrevistados, que moram e trabalham com turismo nas comunidades rurais estudadas, 19 são do gênero masculino, 16 têm idade entre 30 e 69 anos e a grande maioria, composta por 19 dos entrevistados, tem nível de escolaridade até o ensino fundamental incompleto. Foi observado, também, que, 16 dos 24 residentes consultados, que atuam no

segmento turístico na localidade Serra dos Matões, são lavradores que trabalham na agricultura de subsistência, lidam com a roça e comumente, aos finais de semana e nas épocas de alta demanda, realizam atividades ligadas ao turismo. Destaca-se, que a grande maioria não tem formação profissional na área turística, mas são eles que conduzem parte dos turistas e visitantes que chegam à Serra dos Matões em busca de conhecer os atrativos existentes na região, bem como atuam na venda de alimentos e bebidas, de forma improvisada, em parte dos atrativos visitados.

Das entrevistas realizadas, ressalta-se, que as maiores amostras estão relacionadas às comunidades Carnaúba e Mangabeira, com 8 entrevistados em cada, o que representa 66,7% do total, evidenciando que nestas localidades possa haver um fluxo maior de visitação turística e, conseqüentemente, um interesse maior da população local na realização de trabalhos relacionados ao turismo.

Na Comunidade Carnaúba, embora não haja cachoeiras, elementos naturais muito procurados para visitação, é nela que existe um dos principais atrativos turísticos do município, o Mirante do Gritador (Figura 4.16), de onde parte a maioria dos passeios para a Cachoeira do Urubu Rei, que apresenta 64 metros de altura e é perene (Figura 4.17). É do Mirante do Gritador que, também, saem outros passeios para cachoeiras menores, localizadas nos veios d'água à montante da Cachoeira do Urubu Rei, mais precisamente para o local denominado de Grotão da Cachoeira Urubu Rei. No que concerne à comunidade Mangabeira, é nela onde existe uma das cachoeiras mais visitadas da região, principalmente no Festival de Inverno, que acontece no feriado móvel de Corpus Christi, cachoeira esta denominada de Salto Liso, com 25 m de altura e onde, 7 dos 8 entrevistados da comunidade, trabalham vendendo alimentos e bebidas em pequenas instalações na trilha que leva à famosa queda d'água.

Figura 4.16 - Mirante do Gritador, visto do alto.



Fonte: Foto de Moisés Saba (2022)

Figura 4.17- Detalhe da Cachoeira do Urubu Rei.



Fonte: Foto de Luciano Uchôa (2021)

A Cachoeira do Salto Liso tem acesso mais facilitado que a Cachoeira Urubu Rei, com 1 km de trilha, para o seu acesso sem grandes desníveis, o que fomenta uma maior visitação e possibilidades, mesmo com dificuldades, de se implantar pequenas vendas de produtos, por meio de barracas de palha, de construção precária, para atendimento aos turistas ao longo do percurso (Figura 4.18).

Estas vendas têm seu ápice à época do Festival de Inverno, sendo que algumas persistem, também, nos meses de chuvas, onde a cachoeira, por ainda verter água, continua recebendo visitantes, embora em quantidade menor. Nos meses de seca, a ausência de turistas nas trilhas contribui para um abandono das instalações, como consequência da interrupção das vendas, o que indica forte sazonalidade turística (Figura 4.19).

Com efeito, é no Festival de Inverno onde é possível considerar o período de turismo de massa em Pedro II, pois, de acordo com a ACONTUR, no ano de 2019, onde ocorreu a última edição do Festival antes do início da pandemia do novo Coronavírus, 80% dos clientes atendidos pela associação foram à época da realização do evento festivo, que dura 4 dias.

A sazonalidade no turismo, que segundo Guimarães e Santos (2014, p. 53), é tida como “um desequilíbrio ou flutuação dos movimentos turísticos ao longo do ano, registrando uma maior ou menor procura em determinados meses”, diretamente relacionada ao clima do local, sendo considerado um aspecto prejudicial. Os autores chamam atenção, ainda, para problemas provenientes do uso intenso dos equipamentos e locais, no período de forte demanda, que pode causar danos ambientais, além da baixa rentabilidade da atividade nos outros meses, resultando, muitas vezes, na dificuldade de ter mão de obra qualificada.

Observa-se que este problema é muito comum, por exemplo, em locais de turismo de sol e mar, fazendo com que ocorra em cidades de veraneio, picos de visitação em determinados períodos do ano, que “se constituem como um pesado fardo para os recursos físicos e sociais na área-destino e, por outro, épocas de pouca procura que geram ineficiência na atividade turística de um local ou região” (SCHEUER; BAHLE, 2011, p. 291).

Para Scheuer e Bahl (2011, p. 296), a sazonalidade no turismo “traz com ela os problemas sociais, culturais, ambientais, administrativos e principalmente econômicos”, sendo um tema que vem sendo abordado em vários estudos.

No caso de Pedro II, tem-se o Festival de Inverno, cuja primeira edição foi em 2004, como forte indutor do turismo no município, atraindo milhares de visitantes à época de sua realização, no feriado de Corpus Christi, ressaltando-se, que nos anos de 2020 a 2022 não houve realização do Festival por conta da pandemia do novo Coronavírus. Contudo, é importante destacar a necessidade de mitigar o efeito da sazonalidade turística no município, sendo uma

das possibilidades, a diminuição do tamanho do Festival de Inverno, ao tempo que se fomentaria a realização de outros eventos no município, que seriam distribuídos ao longo do ano, o que poderia trazer de forma mais equilibrada os turistas para Pedro II.

Figura 4.18 – Cachoeira do Salto Liso, Pedro II.



Figura 4.19 - Barracas sem uso na trilha da cachoeira do Salto Liso, Pedro II.



Fonte: Fotos de Luciano Uchôa (2022)

A realização de eventos com o objetivo de fomentar a visibilidade e o desenvolvimento de cidades, tem sido também, utilizada em outras regiões serranas, como Guaramiranga no Estado vizinho do Ceará. De fato, a partir da década de 1990, o Governo do Ceará implementou políticas públicas para promover a descoberta de regiões no estado, que tenham potencialidade de serem desenvolvidas por meio do turismo, tendo o setor da cultura, como atividade proeminente na realização de eventos, que possibilitasse divulgação e estímulo econômico, por meio da atividade turística. Com isso, Guaramiranga, situada no maciço de Baturité e distante 105 km de Fortaleza, implementou o Festival de Jazz e Blues que, em 2016, teve a sua 14ª edição e que leva cerca de 15.000 pessoas para um município com 2.000 residentes assentados na sede do município e que realiza, também, o Festival Nordestino de Teatro, que em 2015 contou com sua 22ª edição (PAIVA, 2016).

Na Serra da Ibiapaba, o município de Viçosa do Ceará, distante 180 km de Pedro II, também, investe em Festivais para atrair turistas e difundir os atrativos turísticos da região. Por lá, no mesmo período do Festival de Inverno de Pedro II 2023, nos dias de 8, 9 e 10 de junho,

ocorreu a 11ª edição do Festival Mel, Chorinho e Cachaça, que procura dar visibilidade e fomentar a atividade do turismo na região. Ocorre, que Viçosa, para além de realizar um único evento anual de alta envergadura, optou por disseminar eventos por todo o calendário anual, o que favorece uma melhor distribuição do fluxo turístico ao ano, diminuindo o impacto da alta sazonalidade que os grandes Festivais tendem a proporcionar.

Em Pedro II, para além do Festival de Inverno, é realizado, desde 2013, outro evento de porte nacional, o Desafio Serra dos Matões, que consiste em uma corrida de aventura a pé pelas paisagens serranas do município e que levou para a região 500 atletas de várias partes do Brasil que, somados aos acompanhantes, gerou um fluxo turístico estimado de 2.000 pessoas na edição de 2023, tal envergadura crescente do evento, fez com que ele saísse do período do Festival de Inverno e mudasse de data, para poder acolher melhor o seu público, o que contribuiu, também, para gerar uma relevante entrada de turistas no município em outra época do ano.

Ressalta-se, que o evento tem conotações ligadas aos turismos esportivo na medida que leva atletas para uma competição de corrida em trilhas, mas, por conta das apresentações culturais existentes nos percursos e nas comunidades locais, o evento destaca-se por meio da atividade cultural realizada, o que proporciona, também, o turismo cultural.

No entanto, o Desafio Serra dos Matões, realiza, em seu escopo, ações socioambientais nas comunidades rurais por onde o evento passa, proporcionando palestras de Turismo de Base Comunitária, capacitações em 1º socorros e ações de conservação ambientais e educacionais em colégios municipais da região. Com isso, o evento tem forte vínculo com as comunidades rurais, gerando emprego e renda, mas, sobretudo, fomentando a inclusão e o empoderamento social, bem como conservação ambiental em suas diretrizes, compactuando, com isso, com as diretrizes propagadas pelo Ecoturismo (Figuras 4.20, 4.21, 4.22 e 4.23).

Além disso, convém ressaltar, a importância do Ecoturismo nesta região que está inserida em uma Unidade de Conservação e que pode contribuir para a educação e conservação ambiental, bem como para o desenvolvimento local, afinal, segundo Castro, Noronha e Medeiros (2016), o Ecoturismo surge como auxílio à gestão ambiental, ao tempo que fomenta a economia e fortalece os recursos financeiros para a manutenção destas áreas de interesse, sendo o grande desafio, o de se implantar uma atividade turística ética e responsável, em comunhão à pluralidade sociocultural existente, respeitando os conhecimentos tradicionais e promovendo a conservação do meio ambiente natural.

Figura 4.20 – Cena cultural do Desafio Serra dos Matões, 2023.



Fonte: Geirllys Silva (2023)

Figura 4.21 – Trilha do Desafio Serra dos Matões, 2023.



Fonte: Adrenaphotos (2023)

Figura 4.22 – Ação educacional do Desafio Serra dos Matões, 2022.



Fonte: Clarissa Andrade (2022)

Figura 4.23 – Ação de capacitação em turismo do Desafio Serra dos Matões, 2022.



Fonte: Clarissa Andrade (2022)

Destaca-se, de acordo com Oliveira (2011), que as atividades de Ecoturismo procuram estabelecer reflexões e desenvolver mentalidade crítica, por meio da educação ambiental, e devem se estabelecer não somente em espaços naturais preservados, mas, também, em locais já deteriorados pela ação humana, como forma de se criar campos de estudo e de análise dos impactos ocorridos e possíveis ações de mitigação quanto aos efeitos negativos.

Vale ressaltar que, com o crescente processo de urbanização das cidades, o meio ambiente natural torna-se, cada vez mais, espaço de desejo dos viajantes, no entanto, a apropriação da natureza como alvo da atividade turística gera efeitos positivos, na medida que o turismo pode promover a geração de emprego e renda, além de capacitação para as comunidades receptoras, mas, também, negativos, quando a região, que detém os atrativos turísticos, é tomada de empreendimentos imobiliários e hoteleiros, o que acarreta especulação

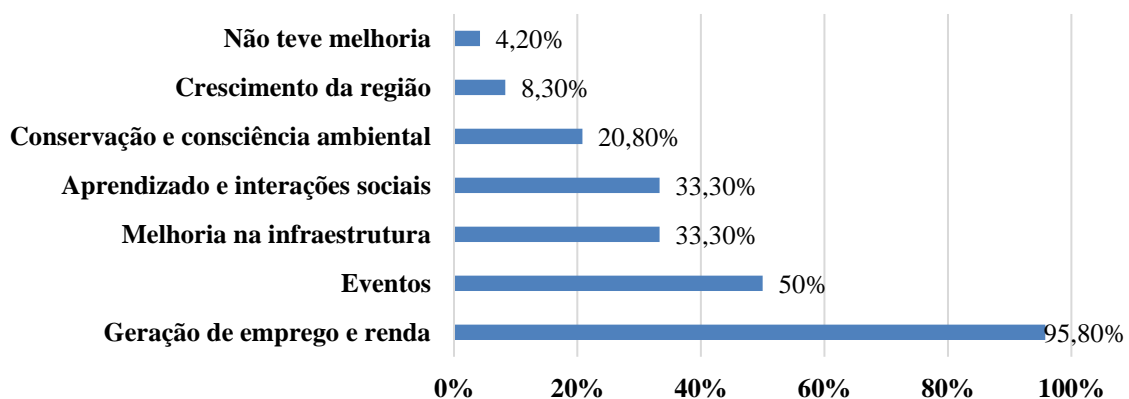
imobiliária e profundas alterações na dinâmica socioeconômica da localidade (OLIVEIRA, 2011). Ainda segundo o autor, por conta das fragilidades das políticas públicas ligadas ao turismo, ocorre que, comumente, os efeitos do turismo recaem, quanto aos impactos negativos, para as comunidades nativas, enquanto as benesses oriundas da atividade vão ao encontro do público visitante e, mesmo, dos novos moradores que afluem para a região turística.

Com isso, a implantação do Ecoturismo, contendo, de fato, os aspectos inerentes ao segmento, como inclusão social, conservação ambiental e crescimento econômico que possa ser mais distributivo perante as comunidades rurais da Serra dos Matões, têm todas as condições de estabelecer condições que propiciem mais impactos positivos nas localidades, em detrimento aos efeitos negativos advindos do turismo. A presença de cachoeiras, mirantes, trilhas, bem como uma população rural detentora de saberes culturais relevantes e que, parte dela, já está atuando na atividade turística, embora de modo informal, já denota uma potencialidade para a prática do Ecoturismo na região, embora estabeleça, também, a necessidade de se averiguar as percepções, destes atores locais, frente ao trabalho desenvolvido.

4.7 Percepção dos entrevistados sobre os impactos ambientais e socioeconômicos do turismo na região

No campo da percepção sobre as implicações ambientais e socioeconômicas do turismo na região, os entrevistados comentaram sobre os impactos positivos e negativos trazidos pela atividade do turismo. Nessa perspectiva, no que se refere aos impactos positivos, os entrevistados (24) puderam eleger mais de uma melhoria proveniente da atividade turística; com isso, os resultados foram agrupados em seis temáticas: geração de emprego e renda (23); eventos (12); melhoria na infraestrutura da região (8); aprendizado/interações sociais (8); conservação e consciência ambiental (5) e crescimento da região (2), observados na Figura 4.24.

Figura 4.24 - Percepção dos residentes que trabalham com o turismo sobre os impactos positivos do turismo



Foi observada percepção positiva quanto ao aspecto econômico, por meio da geração de emprego e renda, trazido pela atividade turística, afinal 23 dos 24 entrevistados relataram este fato, como se observa no fragmento a seguir: *“Turismo para mim é uma coisa muito boa, é uma coisa que deixa uma renda para a gente, tem seus lados bons [...] aumenta a vida financeira.”* (V.)

Destaca-se, que não há uma uniformidade nas cobranças dos valores de condução turística, que é realizada de modo informal pelos moradores das comunidades rurais, no entanto, pode-se ter uma perspectiva de ganho a partir da informação proferida pelo entrevistado B., que relatou uma média de ganho anual de R\$ 3.000,00, ao realizar cerca de 30 passeios turísticos em 2022, todos eles, com destino às cachoeiras existentes na Serra dos Matões, sendo o valor cobrado de R\$ 100,00 pelo serviço, que dura de 4 a 5 horas e envolve tanto um visitante, somente, quanto grupos de até 10 pessoas.

Verifica-se, que a demanda não é elevada ao longo do ano, sendo que os passeios são geralmente aos sábados ou aos domingos, mas raramente nos dois dias que compõem o final de semana. Tal fato pode ser explicado quando se observa a permanência do turista em Pedro II, onde, de acordo com informação da ACONTUR, 87% dos visitantes atendidos em 2022 permaneceram no município por apenas uma noite. Com isso, Pedro II precisa desenvolver estratégias que possibilitem uma permanência maior dos turistas, sendo que tais ações perpassam, inequivocadamente, pela capacitação dos operadores do turismo, estruturação e divulgação dos atrativos, bem como pelo desenvolvimento de produtos que possam cativar e gerar interesse por um maior período de estadia na região, o que contribuiria para o incremento de renda dos moradores entrevistados, bem como para outros setores da atividade turística.

Acrescenta-se, sob o ponto de vista conceitual do Ecoturismo, que os ganhos de ordem econômica precisam ir para além da individualidade, sendo também coletivos, trazendo novas perspectivas de emprego e renda para a população em geral, por meio de novos negócios que atuem direta ou mesmo indiretamente com a atividade turística, assim como enfatiza Kinkler (2002), na medida que a participação ativa das comunidades locais é passo importante para o desenvolvimento local de forma sustentável. Com isso, têm-se menções de ganhos financeiros na atividade de modo individual, quando do processo de guiamento, mas também a existência de ganhos coletivos para a comunidade, fato este considerado quando se há uma ampliação dos benefícios econômicas da atividade, sendo esta modalidade, ocorrendo sob forte sazonalidade, sobretudo, à época do Festival de Inverno.

Os ganhos coletivos podem ser verificados, quando, por exemplo, na comunidade Carnaúbas, se montam as barracas de palha em frente ao Mirante do Gritador, sendo geridas por várias famílias da localidade, ou mesmo, quando na comunidade Mangabeira, à mesma

época, os moradores se organizam para vender em banquinhas ou barracas, ao longo da cachoeira do Salto Liso, alimentos e bebidas para os turistas, aproveitando-se, em ambos os casos, da alta demanda concentrada naquele período do Festival, que reforça a existência de forte sazonalidade no turismo local.

[...] rapaz de bom, de bom só no Festival mesmo que traz um... alguma rendazinha pra gente ali no Gritador, né, que é o ponto turístico que a gente tem né, que é nosso lugar [...] é as barracazinhas que a gente tem uma rendazinha, que os turista que vem de fora faz uma comprazinha, aí tá ajudando a gente né, nossa comunidade... aí é a ajuda que a gente tem dos turistas.” (C.)

De fato, Gomes, Paes e Teixeira (2018), também corroboram com esta opinião acerca da sazonalidade turística que existe em Pedro II, , enfatizando que é no período do Festival de Inverno onde se concentra a maior parte dos turistas que frequentam o município, tendo uma estimativa de cerca de 50 mil pessoas no evento de 2018, sendo que no restante do ano, o fluxo cai consideravelmente, o que traz, segundo os autores, a necessidade de se criar estratégias para estimular a vinda dos turistas durante o ano todo, para que seja viável, economicamente, a permanência dos empreendimentos turísticos. Ainda, segundo os autores, é necessário que Pedro II possa fomentar a realização de outros eventos ao longo do ano, mas, também, fortalecer os segmentos do Ecoturismo e Turismo de Aventura, que têm potencial de incrementar o fluxo turístico para além do Festival de Inverno e, com isso, diminuir o efeito da sazonalidade.

Com isso, a retirada do Desafio Serra dos Matões, do período do Festival de Inverno, já se torna um indicador da necessidade de mais eventos permearem o calendário do município de Pedro II em datas distintas, para que possam contribuir no fomento da atividade turística da região, bem como oportunizar uma melhor distribuição de ganhos para as comunidades, ao tempo que possam, também, mitigar o efeito dos impactos adversos da forte sazonalidade existente.

Outro fator levantado pelos entrevistados foi a possibilidade de o impacto econômico advindo do turismo, esteja focado nos empreendimentos turísticos que atuam na área de restaurante e lazer, como os balneários, havendo neste ponto opiniões conflitantes.

“Trouxe (renda para) os que trabalha aqui, no balneário [...] O turismo é só para desenvolver três pontos aqui, três pontos só: Balneário, Rancho do Dino e Mirante do Gritador. É, só esses três pontos que é desenvolvido pelo turismo, as comunidades Serra dos Matões, São João, Carnaúba e Caranguejo não tem melhoria.” (R.)

“[...] de uma maneira geral melhorou muito, né, na geração de emprego e renda praquelas pessoas que as vez dependia sair daqui pra viajar pra cidades grandes em busca de uma melhoria ou mesmo ganhar um dinheiro pra construir uma casa, hoje em dia a geração de emprego não tem mais essa necessidade da galera viajar pra fora do Piauí, por aqui mermo

tem a geração de emprego, balneário, Mirante do Gritador, Rancho do Dino...o próprio trabalho como guia também.” (F.)

Convém destacar, que o turismo, naturalmente, fomenta o aparecimento de equipamentos turísticos como pousadas, restaurantes e outros, o que traz a ocorrência de empregabilidade para a comunidade local, como é observado na região da Serra dos Matões, com os balneários existentes, no entanto, faz-se necessário, que a atividade possa ir além destas benesses, que, não obstante, tem impacto limitador, e estimular o empreendedorismo nas comunidades, fomentando o protagonismo dos moradores locais e dando condições, por meio de capacitações e linhas de financiamento, para que possam promover ganhos de ordem mais coletiva.

Com efeito, segundo Castro, Noronha e Medeiros (2016), a possibilidade de aproveitar as habilidades da população local nas diversas possibilidades de trabalho que o turismo oferece, seja no segmento de hospedagem, artesanato, alimentação e outros, possibilita ganhos na autoestima da população, o que resulta na busca por condições mais apropriadas de moradia, trabalho e renda, fomentando, com isso, o incremento da qualidade de vida na localidade.

Do universo entrevistado, tem-se que, a princípio, são os que trabalham na condução dos turistas aos atrativos, os que conseguem manter uma melhor distribuição temporal no recebimento de rendas provenientes da atividade, pois fora da época dos grandes eventos, não parece haver demanda suficiente para a instalação e manutenção dos pontos de vendas de alimentos e bebidas nas comunidades e trilhas, causando, portanto, uma diminuição na geração de emprego e renda na localidade:

“[...] o turismo é bom demais, porque antes dele começar a aparecer, aqui tudo era difícil as coisas, pouca casa, não tinha assim, muito movimento, hoje a gente vê movimento todo santo dia, meus filho no final de semana tem o bom emprego deles, que levam o turismo lá pros rio, pras cachoeiras.” (L.)

A informação acima, ratifica a importância das cachoeiras como atrativos de visitação, que acabam motivando a vinda de turistas, fora dos grandes eventos, como o do Festival de Inverno e trazendo, com isso, um incremento na renda dos moradores locais que atuam, sobretudo, conduzindo os visitantes para os banhos. Tal fato, reforça a necessidade de políticas de proteção mais eficazes para as cachoeiras de Pedro II, sobretudo para as perenes, como a cachoeira do Urubu Rei e as existentes no leito d'água superior, denominado Grotão da Urubu Rei, que são as únicas que vertem água no período de seca, o que fomenta a vida de turistas nos meses mais quentes do ano, contribuindo, com isso, para a manutenção da geração de renda para aqueles que atuam na atividade.

Embora, essas rendas, na forma de trabalhos não realizados de modo associativo, carentes de planejamento ou de uma tutela ordenadora, possa não representar ganhos relevantes e justos aos moradores, por muitas vezes não saberem cobrar pelos serviços ofertados:

“Não, num tem não (sobre ganhos)... aqui pra nós num tem, né? [...] porque ninguém num vê hoje ninguém fazer as benfeitorias do lugar, né? As viagens que eles (turistas) vem é ir lá pras cachoeiras tirar foto e tudo e voltar e ir embora [...] aumentar renda minha não teve não [...] um dinheirinho dava pra gente se manter, comprar as coisinhas pra gente comer, né? Recebia aquele trocadinho naquele dia, comprava umas coisinha e aí pronto.” (L.)

Deveras, a falta de ordenamento da atividade turística, como, por exemplo, a inexistência de uma associação local, que pudesse agregar os moradores das comunidades rurais que atuam e, mesmo, aqueles que tenham interesse no trabalho com o turismo, acarreta uma falta de uniformidade dos valores a serem cobrados pelos passeios, sendo, que, em contrapartida, a existência de tais entidades, fortaleceria, também, as ações de capacitação da população local. Além disso, segundo Gomes, Paes e Teixeira (2018), a atividade do turismo deve ser estimulada para ser uma fonte econômica complementar para a localidade e não como atividade que tende a suprimir as outras vertentes e potencialidades econômicas locais.

Outro indicador positivo trazido pelo turismo, mencionado por 12 dos entrevistados, foi o setor de eventos. É notório que o Festival de Inverno, realizado desde 2004, trouxe um incremento no turismo da região e, sob seu impacto, melhorias para as comunidades, embora por meio de forte sazonalidade; fazendo parte também deste nicho de eventos, a corrida a pé Desafio Serra dos Matões, também foi lembrada pelos entrevistados como evento que traz impactos positivos para a região. Como se verifica na fala abaixo:

“É a melhoria que a gente acha que eles trouxeram foi esse movimento de Festival, que aparece muita gente de fora, tem aquelas...é, corrida (Desafio Serra dos Matões) também, tudo isso anima muito a gente, já baixou o helicóptero ali no caranguejo, lá no campo, e tudo isso a gente fica feliz de ver tanta coisa bonita, avião baixar num lugar como esse nosso?” (C.)

O Desafio Serra dos Matões, tem como política a promoção das atividades e iniciativas realizadas pelas comunidades rurais, formando grupos de trabalhos para a organização do evento e estimulando o empreendedorismo local. Na edição de 2023, por exemplo, que teve a chegada dos atletas e festa de encerramento no Mirante do Gritador e contou com um público de cerca de 1.500 pessoas ao longo do dia, a organização estimulou a reabertura das barracas que vendem alimentos e que ficam em frente ao Mirante, comumente abertas, apenas, no período do Festival. Destaca-se, que a entrevistada L. abriu o seu ponto de venda e faturou, em apenas um dia, a importância de R\$ 4.800,00, contra R\$ 1.200,00 faturado no período dos quatro dias do Festival, ocorrido cerca de dois meses depois. A diferença de arrecadação, denota, claramente o esforço da organização do Desafio em promover, por parte dos atletas e participantes do evento, o consumo de produtos e serviços, nas comunidades rurais.

Ainda sobre a percepção de melhorias advindas da atividade turística, têm-se a melhoria na infraestrutura da região sendo relatada por 8 dos entrevistados. O asfalto que interliga a sede do município ao Mirante do Gritador, passando pelas comunidades Serra dos Matões, São João e Carnaúbas e as estradas de terra e calçamento rústico, que fazem acesso às comunidades Mangabeira e Caranguejo, foram as mais mencionadas. Contudo foi destacado, também, a dificuldade de manutenção das estradas, que ocorre, predominantemente, na época do Festival de Inverno, mas que deveria ser realizada de forma constante, visando, inclusive, a melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento do ecoturismo no local.

“A melhoria... o que aconteceu mesmo na minha visão aqui, melhoria através do turismo, foi nosso asfalto, que a gente tem aqui um bom acesso da comunidade até a cidade, que antigamente era muito dependioso, né?” (F.)

“Tem muita melhoria que o turismo trouxe, já vou começar logo da estrada, que em tempo de festival a estrada eles mandam fazer, né!?” (J.)

Verifica-se, que a infraestrutura local precisa ser foco para o processo de desenvolvimento por meio do turismo, pois, de acordo com Oliveira (2011), a não observância de elementos básicos de infraestrutura nos atrativos, como banheiros, bebedouros, locais de coleta de lixo, bem como a capacitação de guias locais, denota demandas que precisam ser supridas, afinal, tais elementos ocasionam impactos negativos como problemas sanitários, contaminação do meio ambiente, fluxo de turistas em locais inadequados, proporcionando possíveis danos à flora e fauna, o que resulta, não obstante, no processo de desvalorização ambiental e turístico.

Todavia, os benefícios não podem vir somente para os espaços turísticos, mas sim, percolar para as comunidades existentes na localidade, o que é corroborado por Carvalho (2007), ao propor que os moradores precisam ser atendidos nos seus anseios elementares, como cidadãos, independente das melhorias advindas para os atrativos turísticos.

Tal anseio, porém, parece não haver respaldo em ações concretas para este fim, na Serra dos Matões, onde boa parte dos moradores locais, ainda precisa buscar água em latas nos chafarizes e cuja coleta pública dos resíduos sólidos só é atendida uma vez por semana, o traz a ocorrência da queima do “lixo” para mitigar esta problemática, sem contar com falta de saneamento, pavimentação de ruas e instalações de equipamentos de lazer para as comunidades, o que denota preocupação quanto aos ganhos que a atividade turística, de fato, traz à região, sobretudo, no seu caráter de buscar benefícios coletivos.

Os ganhos advindos do turismo, com ênfase na conservação ambiental, também, foram detectados na pesquisa, em que cinco dos entrevistados mencionaram tal efeito. De acordo com

os relatos, tem havido o despertar da consciência ambiental, por parte dos moradores das comunidades. Uma informação notada por 4 dos entrevistados, foi a distinção entre turistas (considerados os que vem de outros municípios) e visitantes locais (identificados como aqueles que moram na sede do município ou em localidades próximas), na medida que estes últimos foram responsabilizados pela sujeira encontrada em alguns atrativos.

De fato, durante as entrevistas, os moradores destacaram que, na visão deles, os praticantes do ecoturismo, no trajeto das trilhas, costumam ser mais conscientes com o meio ambiente, coletando os resíduos gerados, afirmando que:

[...] a gente já vê já mudança, porque antigamente não era tão cuidado, né, e já hoje em dia o pessoal mesmo tá cuidando, o próprio pessoal das comunidades, já tem mais um cuidado, não deixar sujar com lixo, né.” (O.)

“[...] no meu ponto de vista, sobre a natureza, o turismo ele conserva, não traz aquela sujeira durante o percurso da trilha, se ele vê um lixo ali ele já faz é trazer, né, então, no meu ponto de vista a natureza ela tá bem-organizada, só não tá nos pontos de banho porque os pessoal que vem de fora... eu não tô falando do turista, que o turista não suja, é o pessoal da localidade aí mesmo de Pedro II e dos outros interior que suja, aí o turista que vem, vê aquela sujeira e já vai desanimando, né?” (B.)

Ressalta-se que, de acordo com Carvalho (2000), baseado nas instruções da Organização Mundial de Turismo (OMT), considera-se turista, aquele que chega em uma determinada localidade e ficam por pelo menos 24 horas e no máximo 180 dias, enquanto visitante ou excursionista, é aquele fica menos de um dia na região visitada. Com isso, os entrevistados que indicaram os visitantes locais como responsáveis pela degradação ambiental, embora desconhecessem os aspectos conceituais de turista e visitante, sabiam, pelo menos empiricamente, a distinção entre um e outro. Com isso, em função do exposto, torna-se necessário ações de conscientização ambiental nas escolas do município, bem como nas comunidades rurais detetoras dos atrativos, para que se formem, efetivamente, guardiões do meio ambiente natural, afinal, como bem pontuam Castro, Noronha e Medeiros (2016, p. 422)

O envolvimento da comunidade em ações de defesa do lugar qualifica o desenvolvimento do turismo na localidade, de modo a ser um fator fundamental para a proteção dos recursos naturais, assim como um revés que viabiliza a implementação do turismo com a capacidade de incorporar anseios da comunidade de cunho preservacionista.

No que concerne às contribuições sociais advindas do turismo, 8 entrevistados abordaram este fato, como se observa nos relatos abaixo:

“Porque ensinou muita gente né, gente que não entendia das coisas, não sabia as vezes até trabalhar, aí através do turismo a pessoa foi desenvolvendo as melhorias também, aprendendo, é muito bom o turismo pra região.” (V.)

[...] senti até saudade, né, quando acabava aquele movimento eu ficava com saudade, as vezes eu falava aqui, a mulher até dizia (risos) saudade do dinheiro... eu dizia, não é nem tanto do dinheiro, era do povo... que tem um povo legal, a gente conversa com todo mundo ... eu além de eu ser curioso o povo também são curioso de perguntar as coisas pra gente, né, isso é coisa importante, né... que a gente passa a conhecer mais e eles também da gente aqui da roça, do mato [...].” (A.S.)

“Rapaz eu achava era bom, conversar com eles lá, né... com o pessoal de fora lá... pessoal tudo educado, tratava a gente muito bem... gostava... passava o dia lá com eles.” (A.A.)

Neste sentido, na visão de Oliveira (2011, p. 16), o ecoturismo tem papel importante para a conciliação entre o desenvolvimento local e a conservação do ambiente, sendo necessária a “capacitação das pessoas interessadas em desenvolver esta atividade, conhecer seus preceitos e objetivos, e o envolvimento com as questões referentes ao ambiente conservado”. Pois, o turismo é dependente da qualidade dos recursos naturais para sua perpetuação”.

Neste sentido, Fazito *et al.* (2017) enfatizam que o turismo deve ser visto para além da ótica da geração de emprego e renda, mas sim percolar pelos aspectos do contato entre os povos e dos possíveis ganhos das relações sociais por meio da troca de conhecimentos, empoderamento e emancipação

Além dos aspectos positivos trazidos pela interrelação social, também, foi citado como melhorias advindas do turismo o crescimento da comunidade nos aspectos urbanísticos, fato relatado por 2 dos 24 entrevistados, como se verifica nas falas a seguir:

“[...] aqui tinha pouca casa e depois que começou o turismo, ave maria, tá ficando uma cidade, boa, todo mundo tá querendo vir embora pra cá [...].” (L.)

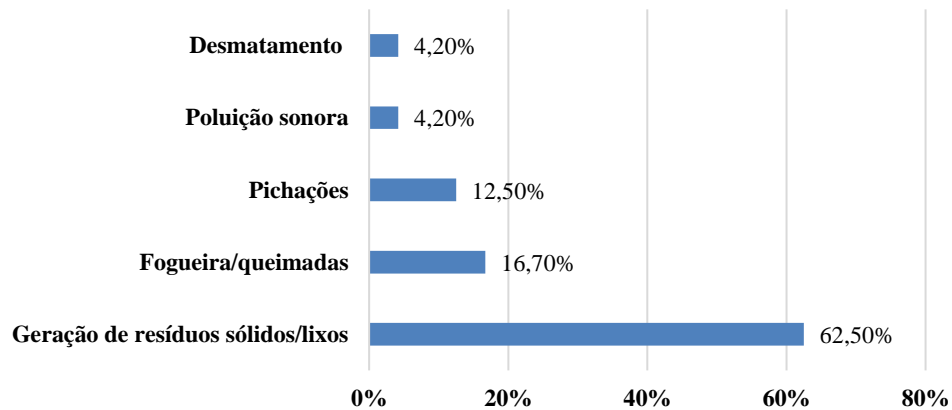
“Olha, primeiramente é o reconhecimento da nossa cidade, né, aí segundo a valorizações que criou muito sobre as terras daqui [...].” (O.)

Com isso, observa-se a citação de aspectos de valorização fundiária e crescimento habitacional, que podem ser indicadores de possíveis problemas futuros. Neste sentido, Coriolano (2009) enfatiza a necessidade de planejamento como condição de minimizar os impactos negativos na região turística, como por exemplo, por meio de uma expansão desordenada. Sinay *et al.* (2018; 2019), também, abordam esta questão, na medida que a atividade pode causar conflitos fundiários, e exclusão ou mesmo afastamento da população dos espaços turísticos, além de dificuldade na coleta de resíduos e outros.

Quanto aos impactos negativos do turismo, os inquiridos também puderam eleger mais de uma resposta para o tema. Dos 24 entrevistados, 8 consideraram que não há impactos negativos advindos do turismo para a região, sendo que 16 deles mencionaram que existem sim, impactos negativos. Dentre as menções de impactos negativos, têm-se: poluição sonora e

desmatamento, citados 1 vez cada; pichações, 3 vezes; fogueiras e queimadas, 4 vezes e geração de resíduos/“lixo”, 15 vezes, como bem ilustra, em percentual, a figura 4.25, abaixo.

Figura 4.25 - Percepção dos residentes que trabalham com o turismo sobre os impactos negativos do turismo



Observa-se que os impactos negativos foram relacionados ao meio ambiente, com ênfase na ocorrência de depósito de resíduos sólidos ao longo das trilhas (Figura 4.26) e nos próprios atrativos visitados, além da existência de fogueiras, queimadas e pichações (Figura 4.27). Tais danos ao patrimônio natural ocorrem comumente quando inexistente fiscalização e planejamento no turismo, sobretudo, quando a atividade turística é apenas vista na esfera econômica, como um vetor de geração de renda, em detrimento da necessidade de promoção da conservação ambiental e da equidade social.

Figura 4.26 - Resíduos na trilha



Fonte: Fotos de Luciano Uchoa (2020)

Figura 4.27 - Limpeza de pichações



Costa Novo e Cruz (2014) tratam desta ideia, ao enfatizar que o olhar com foco, apenas, no processo mercadológico e econômico do turismo, não coaduna com os princípios de sustentabilidade, na medida que tem força de provocar danos sociais e ambientais para a região. Como bem enfatiza Sinay *et al.* (2018; 2019), quando cita que em muitos casos a atividade tem trazido poluição pela inexistência de coleta de resíduos sólidos, como também, a falta de saneamento na região, fatos existentes em Pedro II, e que se tornam, ainda, mais agravantes pelo fato de o município estar inserido em uma área de Proteção Ambiental.

[...] porque certas pessoas, certos turistas que vem não protegem o meio ambiente, e que vai na cachoeira do urubu rei, lá tem muito lixo [...]" (R.)

"Dá pra ver só essa parte de depredação mermo, né, de não preservar, embora o turismo seja voltado pra preservação [...] nas cachoeiras [...] o pessoal risca, não conserva, é fogueira, desmatamento... essas coisas". (C.)

"Impacto, né, devastação [...] o impacto com a natureza [...] quem lembra a cachoeira aqui (Salto Liso), ela num tinha aquela degradação, né, num tinha esse tipo de coisa que tinha não, o lixo, a gente chegava lá tinha gosto de ver, mas antigamente, também, ninguém também entendia dessas coisas, né, aí quando passou a ser explorado, aí a coisa desandou um pouco." (L.G.)

Destaca-se, que se faz necessário ter atenção com o crescimento econômico de uma dada localidade por meio do incremento do turismo, pois há que se discutir os impactos positivos e negativos que a atividade proporciona na sociedade, no meio ambiente natural e, sobretudo, nas comunidades receptoras, no que concerne à possibilidade de danos ao patrimônio cultural e natural da localidade. Com isso, reforça-se a necessidade de incremento da atividade de ecoturismo como segmento do turismo a ser desenvolvido no município de Pedro II, com fins de se alcançar mudanças comportamentais por meio da educação ambiental, pois, segundo Oliveira (2011, p. 189) “[...] atividade de ecoturismo implica em ir além da visitação em si às áreas naturais conservadas, implica em educar e em ser educado”. Corroborando com tal visão, Neiman e Mendonça (2000), enfatizam, que o segmento do ecoturismo deve ser vetor de transformação e estímulo à mudança de conceitos pré-estabelecidos.

No que concerne aos impactos negativos no campo social, pode-se incluir a poluição sonora, mesmo tal ação danosa também atinja as esferas ambientais, já que som elevado nos atrativos turísticos, para além de impactar os visitantes, também pode afugentar a fauna ali residente. Embora, esta questão não tenha sido muito abordada, um dos entrevistados relatou a ocorrência de fatos, como o uso de caixas de som nos locais das cachoeiras, que prejudicam o som natural do ambiente.

"[...] mais o que acontece, o cara vem estressado de uma semana de trabalho corrido em Teresina ou qualquer lugar que seja, chega na cachoeira para ouvir o barulho da natureza, da cachoeira mesmo, chega lá tem um cara com uma caixa de som no maior barulho." (F.)

De fato, a maior parte dos visitantes, ao procurar as áreas naturais como lazer, espera usufruir de um local relaxante, aproveitando os sons próprios da natureza, e não ficar exposto a ruídos indesejados, que podem ser considerados como poluição sonora. Destaca-se que poluição sonora, segundo Silva (2020, p. 54), é tida como “um subtipo da poluição atmosférica, pois lança ondas sonoras no meio ambiente. A depender do nível e da intensidade das ondas sonoras, podem causar até a morte de animais e perdas auditivas irreversíveis no homem”.

Martins (2022, p. 56) corrobora com esta ideia, afirmando que a poluição sonora se dá, “quando um som ultrapassa o limite auditivo considerado adequado, podendo causar diversos danos à saúde do ser humano, além de ser considerado um problema ambiental comum, que afeta a qualidade de vida e a saúde dos seres vivos do planeta Terra”. Na sociedade atual, tem sido observado, cada vez mais, o comportamento de desrespeito ao direito do outro, com o uso, por exemplo, de aparelhos sonoros, em locais públicos, com som muito alto, que se configura, segundo Moreira e Fonseca (2020), como violação do direito ao sossego.

Neste aspecto, Bueno (2016) enfatiza a necessidade da Educação Ambiental como potencial elemento de inversão comportamental, por meio do estímulo de uma relação mais harmoniosa e respeitosa entre os seres humanos e deles para com a natureza visitada. Com efeito, a Educação Ambiental pode contribuir para a conscientização, a sensibilização e na formação de pessoas comprometidas com os princípios da sustentabilidade, na medida que fomenta o reconhecimento, por parte do indivíduo, de sua responsabilidade individual, bem como coletiva, perante seus atos no campo social e ambiental.

4.8 A gestão pública do turismo, na visão dos moradores da Serra dos Matões

Quanto à percepção da gestão pública no desenvolvimento do turismo na região, dos 24 entrevistados, 9 apontaram a gestão como regular, já 8 avaliaram como péssima; 4 disseram que ela é ruim e 3 avaliaram como boa. A falta de conservação das estradas foi a reclamação em maior evidência, apontada por 8 entrevistados, seguida por problemas de estruturação da trilha e atrativos, mencionadas por 6 dos entrevistados. A seguir, podem ser vistos alguns desses comentários. Ressalta-se, que as entrevistas foram realizadas em um momento de transição de administração pública, em que o prefeito, eleito em 2020, foi substituído por sua vice, por motivo de falecimento.

A infraestrutura desempenha um papel de suma importância para o desenvolvimento do turismo, bem como a necessidade de se ouvir os atores que atuam na atividade para que sejam detectadas as demandas do setor. Como bem pontua Maranhão e Azevedo (2019), o Ecoturismo é alicerçado, quanto ao seu desenvolvimento, pelos princípios da sustentabilidade, o que

implica na prerrogativa de planejamento participativo, visando detectar as necessidades de infraestrutura e qualificação profissional para uma gestão sustentável.

Vale mencionar que são três, as estradas municipais reclamadas quanto à manutenção, sendo elas: a estrada asfaltada que faz a ligação das comunidades Carnaúbas, São João e Serra dos Matões, com a sede do município; a estrada carroçável que liga a comunidade Serra dos Matões à comunidade Mangabeira e a estrada, também, carroçável (parte em calçamento) que liga a comunidade Carnaúba, à comunidade Caranguejo. Importante frisar, que tais estradas são apropriadas pelos turistas nas idas aos atrativos existentes na Serra dos Matões, no entanto, são muito mais utilizados pelos moradores das respectivas localidades, que as utilizam para chegar à área urbana da cidade, pois elas são, as únicas rotas disponíveis para tal fim, o que acarreta, quando malconservadas, muitas reclamações por parte dos moradores locais.

Ainda no contexto da gestão pública, foi elencado uma problemática quanto à falta de visitação e interesse do gestor público em dialogar com as comunidades, lembrado por dois dos entrevistados, contribuindo para a avaliação negativa da gestão municipal, sob a ótica do desenvolvimento do turismo na região:

“É péssimo mesmo... é péssimo [...] porque eles não visita aqui [...] eles nunca andaram aqui, se andam, mas eles não explicam nada a gente como é que é... de jeito nenhum [...] vem até o gritador aí, apanha o lixo ali e dali mesmo volta... aqui mesmo eles nunca vieram não.” (M.)

“Seria ruim, né. Porque eles não chamam a gente pra conversar e também eu acho que seria o principal eles conversarem com a gente, porque a gente vende Pedro II, a gente mostra Pedro II, a gente só quer mostrar a beleza e temos com abundancia, mas é o lado ruim que eles não se manifestam pra melhorar o nosso turismo.” (M.)

As observações dos entrevistados, refletem em seus usos rotineiros das infraestruturas existentes, sobretudo as estradas, que, de fato, carecem de ações de conservação periódicas e não apenas esporádica ou, quando próximo de se realizar eventos de grande porte, como notado abaixo:

“Pra cá mesmo, na época, que estavam por aqui né, na época do movimento (Festival de Inverno), são tudo envolvido, né, aí eles fazem uma coisa bonita, mas só nessa época mesmo né, aí depois, depois volta a mesma coisa de antigamente...” (A.)

Com efeito, no período do Festival de Inverno, nota-se diversas ações de melhorias na infraestrutura do município, como colocação de placas de sinalização, recuperação de estradas, ampliação na coleta de lixo, fiscalização nos atrativos, limpeza da cidade e dos atrativos turísticos, dentre outras ações muito notadas pela população, bem como pelos turistas à época. Todavia, é importante frisar que para o desenvolvimento do turismo, sobretudo quando se trata de ecoturismo, há que existir, como condição básica, que a almejada satisfação dos visitantes na região, seja precedida, inevitavelmente, por condições do próprio bem-estar dos moradores

locais, que precisam ser contemplados com infraestrutura digna, durante todo o ano e não, apenas, em momentos pontuais.

4.9 Sugestões dos entrevistados para melhoria do turismo na região

Na visão dos entrevistados, algumas sugestões foram elencadas, voltadas para a melhoria do turismo praticado na região da Serra dos Matões. O mais apontado foi a melhoria das estradas, citado por nove entrevistados, tendo como demais sugestões: melhorias das trilhas e estruturação dos atrativos, com cinco menções cada; cursos de capacitação, realização de eventos e estruturação das barracas de alimentação, com três menções cada; divulgação da região, com duas menções e melhoria na sinalização turística e união dos setores ligados ao turismo, com uma menção cada. A seguir estão descritos alguns relatos dos entrevistados, apontando sugestões:

“Em primeiro lugar eles tinha que trabalhar na estrada, né? Porque o turismo as vez vem reclamar muito da estrada que tá ruim, que tá péssima, né... eles não reclama nem tanto da trilha, porque a trilha eles já sabe que ali é uma trilha, né? [...] Tinha que ter uma ambiente, uma local pra chegar um pessoal que entende de turismo, dar uma aula pro pessoal, né, que não conhece o turismo, tem muito na minha comunidade, aqui tem muita gente que não conhece o que é o turismo, né? [...] porque não tem aquela capacitação [...] ter aquelas aulas, cursos pra comunidades entender o que é o turismo né?” (B.)

“Um curso sobre turismo, sobre o meio ambiente, sobre os impactos ambientais que o turismo pode proporcionar, né [...] ampliar o espaço público dos pontos turístico, primeiro lugar, o Gritador... e fazer um ponto de apoio lá embaixo perto da cachoeira do Urubu Rei, com segurança, com o vigia pra tá vigiando, orientando as pessoas que vão pra cachoeira pra não deixar jogar lixo lá no meio ambiente[...] e as pessoas aqui da comunidade ter curso de turismo e ser cadastrado [...] pra levar o pessoal pra cachoeira, pro Rancho do Dino, porque as vezes vem gente de Pedro II e cobra caro, a comunidade cobra mais barato que lá, as vezes as pessoa da cidade tem condições de tá ganhando o dinheiro do turismo e o pessoal da comunidade que é pobre não tá ganhando.” (R.)

Nem todos entrevistados, mais precisamente três deles, não souberam ou não quiseram expor suas sugestões, mas entre as questões abordadas, três entrevistados comentaram sobre a necessidade de cursos sobre o turismo e conservação do ambiente, destacando esta questão.

Convém salientar que em áreas inseridas em Unidades de Conservação (UC), como é o caso da Serra dos Matões e de Pedro II, destaca-se a importância do ecoturismo que, conforme Gomes e Gonçalves (2020, p. 84), “suruiu como atividade turística para a solução de preocupações que surgem de diversas ordens, social, ambiental e econômica, voltadas à conscientização para a necessidade da proteção de espaços verdes e da sua diversidade biológica, como alternativa ao turismo convencional”, podendo, dessa forma, contribuir para a conservação do local, em que é desenvolvido. Entretanto, para que isto possa ocorrer, é importante que as pessoas, que desenvolvem esta atividade, recebam orientações das maneiras

corretas de atuação nestas áreas, reconhecendo os possíveis impactos, que podem ocorrer e, dessa forma, repassar aos visitantes.

Silva *et al* (2021, p. 370) reforçam a ideia que o ecoturismo vai além da “apropriação dos recursos naturais para fins de turismo e lazer, é, sobretudo, um compromisso com o desenvolvimento sustentável, um turismo que estabelece a sua participação econômica pautada na preservação e conscientização ambiental por meio da educação não-formal.” Os autores destacam, ainda, a importância da realização de cursos voltados para a formação de guias, considerando que são eles os primeiros a entrarem em contato com os visitantes, podendo contribuir no processo de conscientização ambiental.

Para Nascimento, Silva e Grechi (2014, p. 25), destaca-se, também, a importância da qualidade na prestação de serviços no turismo, representando “um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento da atividade e o guia de turismo vem se tornando um elemento chave na composição do produto turístico”. Os autores citam, também, a importância da capacitação dos guias de turismo, que deveria ser contínua, destacando a capacidade de se relacionar bem com as pessoas e com os grupos, como uma das qualidades desejáveis para os guias de turismo.

Ressalta-se que, de acordo com informações obtidas com a ACONTUR, existe periodicamente curso de capacitação em guia de turismo, com 800 horas, que dura cerca de 2 anos e que é realizado pelo IFPI, Campus Pedro II. No entanto, quando tratado sobre este assunto com o entrevistado B., um dos mais atuantes na condução turística, de modo informal, na Serra dos Matões, o mesmo enfatizou que desconhece esta oferta de capacitação, ou seja, tal oportunidade parece não chegar até os moradores da serra de modo que possa informá-los e estimulá-los.

Destarte, ao coletar informações no site do referido Instituto Federal, verifica-se, que em 2022 foi aberto edital de chamada pública para vagas em gastronomia, guia de turismo e administração, mas como pré-requisito, os candidatos precisariam estar cursando ou ter concluído o ensino médio, onde, por meio do rendimento escolar nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, seriam definidos os selecionados. Com isso, tal pré-requisito, põe termo às possíveis aspirações, em havendo interesse, dos entrevistados neste estudo, pois a grande maioria deles, cerca de 79%, têm o nível de escolaridade até o ensino fundamental incompleto, não podendo, portanto, participar do pleito, o que se torna necessário criar alternativas para estes atores do turismo poderem se qualificar à contento, de preferência, em suas próprias comunidades rurais e tendo como uma das possibilidades, a capacitação em condutor de visitantes.

Vale mencionar, de acordo com a Portaria nº 37, de 11 de novembro de 2021, do Ministério do Turismo (MTUR), que a atividade de condutor de turismo está assim atribuída, em seu artigo 8º, parágrafo 1º:

Nos termos da legislação pertinente, considera-se Condutor de Visitantes em unidades de conservação o profissional que recebe capacitação específica para atuar em determinada unidade, cadastrado no órgão gestor, e com atribuição de conduzir visitantes em espaços naturais e/ou áreas legalmente protegidas, apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua, estando permitido conduzir apenas nos limites desta área.

Verifica-se, que a atribuição de um condutor de visitantes é mais específica, dentro de um espaço físico mais restritivo e com conhecimentos exigidos mais relacionados à localidade de atuação, que, não obstante, está dentro de uma Unidade de Conservação. No caso do guia de turismo, sua atuação é mais ampla, sendo que sua atribuição está definida no artigo 2º, da mesma portaria do MTUR, como o “profissional que exerce as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas”.

Destaca-se, que as Unidades de Conservação Ambiental - UCs, por meio da portaria nº 769, de 10 de dezembro de 2019, dispõe sobre normas e procedimentos para prestação de serviços de condutores de visitantes em seus territórios, que dá embasamento à editais de chamamento de interessados na prática de tal atividade profissional. Com isso, em seu artigo 10º, parágrafo 1º, constam as exigências de capacitações necessárias para os interessados, tais como: conteúdos sobre informações das unidades de conservações; ética; gestão de segurança; primeiros socorros; história e geografia regional; interpretação ambiental; turismo e sustentabilidade; dentre outros. Comprovações estas, que podem advir de cursos realizados pelo próprio ICMBio ou de terceiros, sendo que neste último caso, há a necessidade de validação por parte do órgão federal (ICMBio, 2019).

Portanto, uma das possibilidades concretas de capacitação e regularização dos entrevistados que trabalham com o turismo nas comunidades da Serra dos Matões, pode vir por meio do ICMBio que faz a gestão da APA da Serra da Ibiapaba, que Pedro II faz parte, por meio de cursos, com intuito de fortalecer as premissas de atuação na atividade turística de modo mais profissional e pautado nas prerrogativas do turismo sustentável.

Ressalta-se, também, a vontade dos moradores que trabalham com vendas de alimentos e bebidas, de maneira improvisada no Mirante do Gritador (Figura 4.27), mas também ao longo da trilha da cachoeira do Salto Liso, de terem uma melhor estruturação de seus pontos comerciais, como se observa a seguir:

“A gente tem nossas barraquinhas ali (barracas da comunidade no Mirante do Gritador) mais elas passa o ano fechado, aquilo ali deveria ser aberto sempre, porque ia gerar emprego pra muita gente da comunidade [...] além dos eventos, divulgação da região, fazer a divulgação do trabalho, dos atrativos”. (F.)

“E não tem energia, mesmo, justamente isso aí, né, porque é já chegou muita gente que a gente deixa de vender porque não tem energia e eles não andam com dinheiro, procura logo é o pix,, a gente não tem ali [...] E cursos, em primeiro lugar cursos, que ninguém tem aqui, ninguém. Aparecesse um curso pra gente fazer, facilitava muitas coisas pra gente né.” (C.)

Com efeito, à época do Festival de Inverno, cerca de 10 a 12 barracas de palha são construídas em frente ao Mirante do Gritador para atender à demanda de turistas que aportam em Pedro II, para o Festival de Inverno e visitam o tão significativo Mirante, que tem uma vista privilegiada das encostas da Serra dos Matões e da comunidade Caranguejo, situada logo abaixo, com acesso por 2,5 km em estrada sinuosa de terra e calçamento. Ocorre, que o Mirante do Gritador não foi concebido para ser um restaurante, mas sim, um local de contemplação com o apoio de uma pequena área de alimentação, nos moldes de uma lanchonete, mas que passou, também, a oferecer refeições por conta da forte demanda à época do Festival. Tal situação de espaço limitada, acaba por restringir a opção de alimentação no local, o que favorece, que tais turistas procurem as barracas erguidas no entorno para se alimentarem e, com isso, possibilitem a geração de demanda e renda para os empreendedores comunitários, demanda intensa essa que cessa quando o evento acaba, o que inviabiliza a manutenção das barracas improvisadas, que logo são abandonadas, à espera do próximo Festival (Figura 4.28).

Figura 4.28 - Barracas em desuso em frente ao Mirante do Gritador, Pedro II.



Fonte: Foto de Luciano Uchôa (2022)

Todavia, os moradores que atuam na venda de alimentos e bebidas nas barracas em frente ao Mirante do Gritador, desejam ter instalações permanentes e estruturadas, e não de

forma provisória. No entanto, o grande desafio de se manter as instalações erguidas pelos comunitários, seria em ter demanda suficiente ao longo do ano para a manutenção das vendas, sobretudo, com o advento dos balneários existentes na região, que são 3, sendo eles: Balneário das Serras, na comunidade Carnaúba, a 1,5 km do Mirante do Gritador; Balneário Rancho do Dino, na comunidade Caranguejo, a 2,5 km do Mirante do Gritador e o Balneário Pôr do Sol, na comunidade Mangabeira, a 11 km do citado Mirante. Vale destacar, que 2 destes balneários têm atrativos relevantes próximos, que são as cachoeiras Salto Liso, na comunidade Mangabeira (Balneário Pôr do Sol) e a cachoeira do Urubu Rei, na comunidade Caranguejo (Balneário Rancho do Dino), além do que, o Balneário das Serras é por demais próximo ao Mirante do Gritador, o que atrai muito os turistas.

Com isso, ressalta-se a concorrência que as barracas comunitárias vem sofrendo ao longo dos anos, à época do Festival de Inverno, sobretudo com a estruturação, cada vez maior, que os balneários vem recebendo de seus proprietários, o que torna a rentabilidade daqueles que tem suas barracas, uma incógnita e, por certo, um risco no negócio, fato este corroborado pela entrevistada L., que menciona queda no seu faturamento, no seu ponto de venda, nos últimos Festivais.

Contudo, faz-se mister a importância destes empreendedores rurais no contexto da operacionalização do Ecoturismo, pois com eles, se vivencia o contato direto com a comunidade, além de fazer com que a atividade turística e seus benefícios possam percolar de maneira mais abrangente para população rural. No entanto, um negócio precisa ter, antes de tudo, plausibilidade quanto à sua existência, sobretudo no aspecto econômico. Com isso, frente à uma concorrência a cada ano mais feroz, por conta dos balneários, que oferecem banhos de piscina, muita sombra e gastronomia elaborada, sem contar que estão próximos à atrativos naturais relevantes, a existência das barracas improvisadas precisa se reinventar e ampliar a sua ação para outros aspectos de negócios relacionados ao turismo, como por exemplo, o artesanato, ao tempo que o município precisaria criar um calendário de eventos distribuídos ao longo do ano, com finalidade de mitigar a dependência turística e o impacto que o Festival de Inverno proporciona no município de Pedro II, tendo o Desafio Serra dos Matões, como um “case” a ser espelhado, conforme já tratado na pesquisa em tela.

Ressalta-se, de acordo com Lobo e Moretti (2009), que as políticas públicas relacionadas à atividade turística têm como foco o aumento nos fluxos turísticos, sendo que, quando se analisa os aspectos inerentes ao Ecoturismo, tem-se, como pressuposto deste segmento, justamente, o controle dos fluxos dos turistas, visando a conservação do meio ambiente natural. Com isso, a possibilidade de realizar um calendário de eventos de forma mais

distributiva, em Pedro II, iria ao encontro das premissas do Ecoturismo, possibilitando uma melhor distribuição dos turistas ao longo do ano, o que contribuiria para diminuir os efeitos da alta sazonalidade, imposta pelo Festival de Inverno.

Ademais, a cultura do local, é um dos atributos em potencial para o desenvolvimento do turismo, bem como, vetor de aproximação das comunidades com os visitantes, o que traria uma possibilidade de incorporar os produtos de artesanato local, como redes e tapeçarias de uma maneira geral, na oferta comercializada nas barracas comunitárias, sendo tal iniciativa, também, um estímulo ao fortalecimento dos aspectos culturais da população local, o que corrobora no fortalecimento da identidade de um povo, sobretudo, mediante os processos de aculturação, comumente observados em regiões com forte apelo turístico.

Ressalta-se, que a supressão da cultura original de uma comunidade, por meio do processo de aculturação ou homogeneização cultural advindos do turismo, reflete diretamente em perda de atratividade turística. Segundo Oliveira (2011, p. 184), o Ecoturismo pode ser compreendido:

como uma força de resistência à homogeneização dos lugares e à perda das diferenças. Isto porque possibilita em suas atividades educativas o desenvolvimento do olhar crítico do visitante em relação aos processos de transformação espacial permitindo aflorar uma nova relação socioambiental de valorização das culturas e tradições locais.

Portanto, para o desenvolvimento do turismo em Pedro II, tendo como políticas norteadoras, os atributos da sustentabilidade, há que se fortalecer o segmento de Ecoturismo, na medida que tal atividade, procura, para além da conservação ambiental, também, o reconhecimento e valorização das iniciativas da população rural, que são, não obstante, empreendedores no turismo, como se pode observar com a existência de barracas construídas pelos moradores da comunidade Carnaúba, que procuram o “seu lugar ao sol” na atividade. O desejo destes empreendedores é ter suas instalações construídas de maneira permanente, o que um projeto arquitetônico de reforma do Mirante do Gritador, o que já é necessário, poderia incrementar a modernização das instalações e criar um espaço comunitário com lojas de alimentação e artesanato, ao tempo que, com uma possível ampliação do calendário de eventos do município, possibilitaria a redistribuição do fluxo de turistas, altamente condensado no Festival de Inverno em outros momentos, o que fortaleceria a conotação turística almejada para a região, qual seja, o Ecoturismo.

Ainda com relação às respostas recebidas, ressalta-se uma sugestão para implementação de hospedarias na comunidade como forma de aproximação do morador local para com o turista.

“Ainda se tivesse assim umas casas (hospedagem), né? Pra o turista também não ficar só na cidade, né... ficar por aqui [...] não todo mundo, mais uns ficava e era uma boa, né ... se caso tivesse isso aqui, não era ruim não. [...] e a gente ficava até assim mais próximo deles, né, se eles ficava por aqui, tudo era mais fácil pra gente né, acredito que sim, né.” (A.S.)

Neste sentido, a possibilidade da ampliação de hospedarias para além da área urbana do município, torna-se importante na medida que pode trazer novos ganhos de interação social e financeira para a zona rural. Isso pode ser realizado por meio do estímulo às pousadas domiciliares, nos quais os turistas teriam seus locais de hospedagens nas próprias casas dos moradores locais.

Esse processo já ocorre na cidade de Pedro II, durante o período do Festival de Inverno, em que por conta da alta demanda turística, são disponibilizadas casas já cadastradas para atendimento aos visitantes, embora tais unidades de habitação tenham suas localizações concentradas na sede do município. No entanto, também, há a possibilidade de incremento da oferta para as comunidades rurais, no sentido de ofertar a possibilidade de vivências e ricas trocas de experiências entre quem se hospeda e o que promove a hospedagem, sendo tal modelo, existente aqui no Brasil e no mundo.

Segundo Silva (2006), políticas propostas em Portugal, com ênfase no desenvolvimento rural, têm buscado combater a desruralização do país, ao fomentar o desenvolvimento sustentável em zonas rurais, na medida que se busca ampliar as atividades econômicas de quem reside nestes espaços, por meio das potencialidades existentes, dentre elas, o turismo, que inclui as hospedagens em zonas rurais, com fins de exploração dos seus recursos naturais e culturais. Ainda segundo o autor, tal processo promove trocas culturais com pessoas de diversas origens, bem como criação de laços de amizade, ao tempo que promove a geração de renda para quem hospeda os visitantes.

De acordo com Torres e Bechert (2022) a forma de hospedagem em ambientes rurais, promove espaço para coletivização e socialização, trazendo contribuição para o empoderamento de populações rurais, na medida que, também, estimula novas formas de reocupação social da zona rural brasileira.

Com isso, tem-se nas zonas rurais uma das formas de desenvolvimento de hospedarias em Pedro II, que trariam uma possível ampliação das possibilidades de participação da população rural no contexto do turismo, mas que necessitaria, também, de passar, seus protagonistas, por capacitações, assim como foi feito pelo Sebrae, com o desenvolvimento da política de hospedagem domiciliar, na zona urbana do município, para atender à forte demanda à época do Festival do Inverno.

4.10 Considerações finais

A busca por um turismo ético e participativo, sob a ótica da sustentabilidade, que procura primar pela geração de emprego e renda, pela conservação ambiental, mas também salvaguardar o patrimônio cultural de um povo, passa inevitavelmente pela necessidade de promover a inclusão e o empoderamento social da população local.

Com isso, a possibilidade de estímulo à prática de Ecoturismo, na localidade Serra dos Matões, poderia contribuir para este fortalecimento social dos moradores de comunidades rurais, por meio da participação nos trabalhos ligados às atividades turísticas, ao tempo que estimularia, também, o desenvolvimento sustentável de Pedro II, dentro de seus aspectos social, ambiental e econômico. Ressalta-se, que este segmento turístico, se efetivamente implantado, oportunizaria uma melhor distribuição das benesses econômicas do turismo, fomentaria a conservação do meio ambiente natural e promoveria a instalação de novos equipamentos turísticos e de infraestrutura na região, com benefícios para os visitantes e para a população local.

No entanto, tal possibilidade apresenta dificuldades pela situação desfavorável decorrente da baixa capacitação existente dos atores que trabalham com o turismo e residem nas localidades rurais estudadas, trabalhadores estes, que desenvolvem, em primazia, como atividade econômica, a agricultura de subsistência e possuem pouca formação profissional para exercerem a atividade de turismo, quiçá, de Ecoturismo, que demanda, esta última, aspectos peculiares no seu escopo, como a inserção da Educação Ambiental nas atividades de visitação. A falta de política pública que possa fomentar a participação e mesmo promover a formação profissional destes atores, torna-se um desafio para o incremento do Ecoturismo, que requer, em sua base de operação, a presença da população local na operacionalização da atividade.

No campo da infraestrutura das comunidades pesquisadas, detentoras dos atrativos turísticos mais significativos de Pedro II, também há obstáculos; o abastecimento de água, quando não há afloramento do lençol freático resultando em nascentes, é feito por poço tubular, sendo que muitos moradores ainda se utilizam de baldes e auxílio de animais de carga, para captação e transporte da água coletada nos chafarizes existentes, pois poucas são as casas que tem água encanada. Tampouco há coleta de “lixo” à contento na localidade Serra dos Matões, pois o caminhão de coleta passa nas comunidades apenas 1 vez por semana, sendo que nas comunidades Mangabeira e Caranguejo, sequer passa, por conta do acesso mais dificultoso, tendo seus moradores que operarem o processo de queima dos resíduos para mitigar a problemática, impactado diretamente a população local, o meio ambiente natural e, conseqüentemente, a própria perspectiva de desenvolvimento do turismo sustentável.

No que concerne ao turismo, ressalta-se, que os moradores de comunidades rurais são, muitas vezes, os conhecedores natos das terras visitadas e, geralmente, os primeiros condutores a levar visitantes quando do início do despertar da atividade turística, sendo, à princípio, os guias originários, mas que perdem esta função, quando do desenvolvimento turístico da região, ficando, não obstante, compelidos aos trabalhos secundários, tolhidos de poderem participar ativamente dos possíveis ganhos que a atividade turística se propõe a dar, tornando-se, muitas vezes, os primeiros a sofrerem os dissabores advindos de um turismo com a visão apenas mercantilista, sem o olhar necessário para os princípios da sustentabilidade ambiental e social.

Com base na pesquisa realizada, bem como nas visitas de campo, observa-se que a região da Serra dos Matões é detentora de cachoeiras, dentre elas, a maior do Piauí em águas perenes, mirantes, trilhas diversas, clima ameno e paisagens serranas cênicas, configurando tais aspectos como atributos naturais que a região detém, destaca-se, também, por equipamentos turísticos existentes como restaurantes e balneários, que atraem grande número de turistas que visitam Pedro II. Ademais, encontram-se, na região, comunidades rurais que produzem artesanato em tapeçaria e que parte de seus moradores, embora em diminuto número, já trabalha com a atividade turística como condutores informais e/ou na venda de alimentos e bebidas em barracas improvisadas, sobretudo, à época de alta demanda no período do Festival de Inverno.

O turismo que se destaca na Serra dos Matões tem forte ligação com as áreas naturais existentes, mas, que, embora tais espaços estejam dentro de uma Área de Proteção Ambiental, observa-se danos ambientais nos atrativos turísticos, como pichações, resíduos sólidos nas trilhas, depredação de equipamentos turísticos, desmatamento, poluição sonora e fogueiras, sendo esta última, provenientes de campings realizados sem regramento. Ressalta-se, a incipiente fiscalização pública de tais atrativos turísticos, com exceção no período do Festival de Inverno, onde é realizada a manutenção de boa parte da infraestrutura do município, como as estradas, e colocação de agentes ambientais nas cachoeiras com o intuito de mitigar os impactos nocivos decorrentes do alto fluxo de visitação.

Quanto aos impactos negativos no meio ambiente natural, vale mencionar, o fato de os entrevistados apontarem não para os turistas e sim para os moradores da área urbana de Pedro II e comunidades próximas, que comumente visitam os atrativos, a responsabilidade pelos danos ambientais aos atrativos turísticos, tal ocorrência aponta para uma necessidade de trabalho de educação ambiental na região.

Contudo, por não haver um monitoramento ambiental nas áreas naturais, nem estruturas construídas de controle, como guaritas, não se tem como apontar para determinado grupo como responsável pelos danos ao patrimônio ambiental da região; todavia, quando os

entrevistados mencionam a visita feita pelos turistas, enfatizam que, comumente este público vai acompanhando por guias ou condutores, o que inevitavelmente contribui para os efetivos controles na visita, enquanto que, os moradores do município e demais regiões próximas, por já conhecerem os acessos, vão a eles por conta própria, sem o controle almejado quando há a presença de um profissional do turismo, o que denota a necessidade de transformação dos espaços naturais turísticos da Serra dos Matões, em unidades de conservação mais restritivas.

Destaca-se, que existem, dentre as UCs, as de uso sustentável, onde a APA da Ibiapaba, que engloba Pedro II, se encontra e as unidades de proteção integral, onde a categoria Parque faz parte. Dada a relevância das cachoeiras existentes no município, sobretudo, por constar na região, a cachoeira do Urubu Rei, considerada a mais alta do Piauí, que verte água o ano inteiro, com 64 m de queda d'água, torna-se, a categoria Parque, a mais plausível para proteção de tão importantes mananciais, o que contribuiria consideravelmente para o estímulo do Ecoturismo na região.

Os efeitos benéficos do turismo foram observados dentro da ótica de incremento de renda, bem como pelos ganhos nas relações sociais que a atividade turística proporciona ao aproximar pessoas, promovendo trocas culturais relevantes e elevação de autoestima. Quando procurado um impacto positivo dentro de uma abrangência maior na comunidade, elemento importante para a existência do Ecoturismo, foi relatado pelos entrevistados a iniciativa de venda de alimentos e bebidas em barracas improvisadas, no período do Festival de Inverno, nas comunidades Mangabeira (acesso para a cachoeira do Salto Liso) e Carnaúba (em frente ao Mirante do Gritador), construções estas que ficam em estado de abandono quando da cessão do referido evento, pois já não encontram demanda suficiente para permanecerem nos locais.

Os entrevistados apontaram sugestões de ações que poderiam contribuir para o desenvolvimento do turismo, como melhoria dos acessos aos atrativos, cursos e capacitações turísticas para a comunidade rural, ampliação da infraestrutura dos equipamentos turísticos e melhoramento construtivo nas instalações das barracas utilizadas por moradores das comunidades para atendimento aos turistas.

No entanto, quando se verifica a participação dos entrevistados no contexto da operacionalização do turismo na região, não foram encontrados os princípios balizadores para uma atividade de Ecoturismo, como ações de educação e/ou interpretação ambiental, sendo que, quando muito, ocorre a promoção de uma atividade de visita aos atrativos turísticos dentro dos aspectos de segurança necessários. Ressalta-se, também, a pequena participação de moradores das comunidades rurais elencadas nesta pesquisa, na atividade turística, fato este

desabonador, visto que para o segmento de Ecoturismo, há que existir inclusão social por meio do ingresso dos atores locais no desenvolvimento do turismo.

Para tanto, tendo em vista a necessidade de melhor elucidação sobre os aspectos que regem o segmento do Ecoturismo para as comunidades rurais da Serra dos Matões, ao tempo que fomentaria a atividade em si, por meio, inclusive, de capacitações, despertando o interesse na prática da atividade, poder-se-ia estabelecer diversas ações em prol deste anseio, quais sejam, em linhas gerais: mobilização social, com apresentação do potencial ecoturístico da região; prospectar moradores que queiram atuar na atividade; buscar parcerias para prover capacitações; definição de roteiros iniciais para a formatação dos produtos turísticos e elaboração de planejamento estratégico que vise o acompanhamento das ações realizadas, bem como possíveis reformulações a partir da oferta e demanda apresentadas.

Com isso, o desenvolvimento da atividade de Ecoturismo na Serra dos Matões, daria a oportunidade de melhorias na qualidade de vida de seus moradores, na medida que fortaleceria, também, os aspectos de conservação ambiental na região, trazendo condições mais favoráveis para a implantação do turismo sustentável em Pedro II.

Por meio desta pesquisa sobre a percepção do turismo praticado nas comunidades da Serra dos Matões, com ênfase em seus impactos e na possibilidade da prática de Ecoturismo, foi possível averiguar os efeitos que a atividade vem trazendo à região, onde, por meio destas informações e discussões aqui apresentadas, os envolvidos com o setor, bem como os entes governamentais, poderão aprimorar e/ou redirecionar os processos de planejamento, na busca por uma atividade turística ética e sustentável, elementos estes, encontrados nas prerrogativas do segmento de Ecoturismo.

Referências

ARAÚJO, L. M. **Planejamento turístico regional**: participação, parcerias e sustentabilidade. Maceió: Edufal, 2009.

ARAÚJO, W. A. *et al.* Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 5-18, out. /dez. 2017.

BAILEY, K. D. **Methods of Social Research**. New York, Toronto and New York. 1994.

BRAGA, M. B.; SELVA, V. S. F. O turismo de base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local? **REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 38-53, jan./jun. 2016.

BRASIL. **Decreto de 26 de novembro de 1996**. Lex: Legislação Federal. Brasília: DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antior%20a%202000/1996/dnn4781.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9985**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 09 dez. 2022.

BRASIL, Presidência das República. **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo, orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria nº 37, d e 11 de novembro de 2021**. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-37-de-11-de-novembro-de-2021>. Acesso em 24 jul. 2023.

ICMBio. **Portaria nº 769 de 10 de dezembro de 2019**. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/images/stories/Portaria_769_Condu%C3%A7%C3%A3o_de_Visitantes.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de base comunitária**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2020-03/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf. Acesso em 25 dez. 2022.

BUENO, F. P. Educação ambiental e turismo: metodologias para a educação ambiental aplicada as atividades turístico-recreativas em ambientes naturais. **Revista Turismo: estudos e práticas**, Mossoró, v. 5, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2016.

CAMARGO, F. C.; COELHO, S. C. A. Aspectos da educação e da interpretação ambiental no Ecoturismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 74-86, jan./abr. 2021.

CARVALHO, C. A. **O papel do APL da opala de Pedro II, Piauí, na estruturação do turismo mineral do município**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) -Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-17102016-111229/publico/versaooriginalcarmen.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

CARVALHO, V. O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. **Revista Ecotur**, 2007. Disponível em: http://www.revistaecotur.com.br/pagina/MTc1OQ==/O_turismo_comunitario_como_instrumento_de_desenvolvimento_sustentavel. Acesso em: 21 set. 2021.

CASTRO, L. L. C.; NORONHA, G. S.; MEDEIROS, M. A. A. Ecoturismo como alternativa de Desenvolvimento Socioeconômico na Ilha de Cajual, Alcântara (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 3, ago/out 2016, pp. 418-432

CEPRO. Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais. **Diagnóstico dos Municípios**, 2013. Disponível em http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_1648f18ded.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

CORIOLO, L. N. M. T. O Turismo Comunitário no Nordeste brasileiro. *In*: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. A percepção dos impactos socioambientais no Rio São Francisco sob a ótica dos ribeirinhos e moradores locais de Pirapora-MG. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 40, p. 195-210, ago./set. 2017.

FAZITO, M. *et al.* O papel do turismo no desenvolvimento humano. **Papers do NAEA**, Belém, v. 26, n. 1, p. 1-21, jul./ago. 2017.

FONSECA, M.; LAMAS, I.; KASECKER, T. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil**. São Paulo, v. 39, p. 18-23, jul./ago. 2010.

FREITAS, S. O.; GOMES, J. M. A.; AQUINO, C. M. S. Análise dos impactos ambientais da extração de opala no município de Pedro II, Piauí. **Geociências**. Rio Claro, v. 35, n. 3, p. 443-456, jun. 2016.

GOMES, D. B. de O. **Mineração, Turismo e Ambiente em Pedro II, Piauí**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2011.

GOMES, M. F.; GONÇALVES, J. R. G. O ecoturismo e a planificação da gestão ambiental no desenvolvimento de estratégias em áreas naturais protegidas. **Revista Direito em Debate**, Ano XXIX, n. 53, p. 77-90, jul./dez., 2020.

GOMES, A. A.; PAES, E. K. R.; TEIXEIRA, F. S. Gestão pública do turismo no município de Pedro II-Piauí. **Revista Expressão Científica**, Edição Especial ComTur, Pernambuco, v. 3, n. 1, p. 50-54, ago./set. 2018.

GUIMARÃES, T. F. L.; SANTOS, N. N. P. Os desafios da sazonalidade no turismo: Estratégias para a valorização da oferta turística em Ovar. **Tourism and Hospitality International Journal**, v. 3, n.1, p. 46-68, 2014.

HADDAD, E. A.; PORSSE, A. A.; RABAHY, W. Domestic tourism and regional inequality in Brazil. **Tourism Economics**, v. 19, n. 1, p. 173-186, 2013.

HINTZE, H. C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo? **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, São Paulo, v. 2, n. 1, jan./abr. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Pedro II**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pedro-ii/panorama>. Acesso em: 08 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Cidades**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pedro-ii/panorama>. Acesso em: 19 mar. 2022.

IGNÁCIO, E.; FRAZÃO, K. Ações de Educação e Sensibilização ao Patrimônio Histórico Cultural em Pedro II, Piauí. Brasil. **O Ideário Patrimonial**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 55-70, 2018.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LEITE, J. P. R.; ARAÚJO, D. L. S.; DUARTE, M. D. D. C. Reflexos e considerações sobre a implementação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Estado do Piauí. **Sustentare**. Três Corações, v. 2, n. 1, p. 20-31, jan./jul., 2018.

LIMA, I. M. M. F. GUERRA, A. J. T. Ambiente Montanhoso e Turismo em Pedro II, Piauí. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n.74, p. 518-538, jan./abr. 2020.

LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. A natureza das políticas públicas: ecoturismo e conservação ambiental em Bonito - MS. **Observatório de Inovação do Turismo**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2009.

MARANHÃO, C. H. S.; AZEVEDO, F. F. A Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018-2022. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 09-35, fev./abr. 2019.

MARTINS, L. P. Poluição sonora e a busca pelo silêncio. **MusiMid**. Revista Brasileira de Estudos de Música e Mídia. V. 3, n. 2, p. 56-67, 2022.

MILANEZ, B.; OLIVEIRA, A. P. Opalas de Pedro II (PI): o APL como remediação da grande mina. In: FERNANDES, F. R. C.; SILVA, M. A. R.; ALAMINO, E. R. C. J. **Recursos minerais & sustentabilidade territorial**. Arranjos Produtivos Locais. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, v. 2. p. 69-88, 2011.

MOREIRA, R. P.; FONSECA, J. R. H. Poluição Sonora e Direito ao Sossego. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, MG, v. 48, n. 1, p. 366-391, jan./jul., 2020. |

MOURA-FÉ, M. M. Geoturismo: uma proposta de turismo sustentável e conservacionista para a Região Nordeste do Brasil. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v. 27, p. 53-66, jan. 2015.

NASCIMENTO, A. O.; SILVA, L. F.; GRECHI, D. C. A atuação do guia de turismo em Mato Grosso do Sul: diagnóstico, aspectos conceituais e perspectivas para o segmento. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 23-44, jun. 2014.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2000.

- NOVO, C. B. M. C.; CRUZ, J. G. **Turismo comunitário: reflexões no contexto Amazônico**. Amazonas: EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2014.
- OLIVEIRA, C. F. Ecoturismo como prática para o desenvolvimento socioambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.2, 2011, pp. 184-195.
- OLIVEIRA, F. T. Ecoturismo, gestão participativa e dilemas locais: uma análise na APA do Puraquequara. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, v. 1, n. 1, p. 10-22, 2011.
- PAIVA, M. L. A. Indústria cultural e cidades locais: a geografia dos festivais em Guaramiranga, Ceará. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 7, n. 12, p. 53-67, 2016.
- PINHEIRO, I. F. S. *et al.* A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo: visões e perspectivas para o planejamento turístico com vistas à sustentabilidade. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, p. 467-482, set./dez. 2011.
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil municípios, PI**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/220790>. Acesso em 28 fev. 2022.
- RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, p. 1-13, jan./abr. 2020.
- RIBEIRO, T. L. S. *et al.* Percepções de stakeholders sobre o turismo: um estudo no município de São Sebastião, SP. **Turismo: Visão e Ação**, Santa Catarina, v. 22, p. 334-354, maio/ago. 2020.
- SANTOS, P. P. **Dimensões do ecoturismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac SP, 2019.
- SANTOS, F. *et al.* Fatores que influenciam a participação dos consumidores no Turismo Eletrônico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 139-155, maio/ago., 2020.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil municipal de Pedro II, Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial**. 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/pi/Pedro%20II.pdf>. Acesso em: 18 março 2022.
- SCHEUER, L.; BAHL, M. Sazonalidade do turismo no município de Guaratuba, Paraná, Brasil. **RA E GA**, Curitiba, n. 23, p. 289-316, 2011.
- SILVA, L. Os impactos do turismo em espaço rural. **Antropologia Portuguesa**, v. 22, p. 295-317, 2006.
- SCHEUER, L. Percepção geográfica e planejamento turístico: um estudo sobre a Sazonalidade. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 286-304, out. 2011.
- SILVA, M. H.; FRATUCCI, A. C. Turistificação nos bairros da Gamboa e da Saúde, Rio de Janeiro: percepção dos moradores como sujeito coletivo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 16, p. e-2370, jan./fev. 2022.

SILVA, T. E.; CRISPIM, M. C.; ANDRADE, M. O.; REGALA, P. S. Ecoturismo e Educação Ambiental nas trilhas guiadas no Vale do Capão (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 14, n.3, p. 368-390, ago./out., 2021.

SILVA L. S. da. Perturbação do sossego alheio e poluição sonora na cidade de Maceió causada por aparelho sonoro acoplado, ou não, a veículo automotor ‘paredão’ nos finais de semana e feriados. **Revista de Ciências jurídicas e Sociais**, v.10, n. 2, p. 51-71, 2020.

SINAY, L. *et al.* Povos tradicionais, áreas protegidas e turismo: Um Estudo de Caso Brasileiro de 15 Anos de Mudança Cultural. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, p. e00704, jan. 2019.

SINAY, L.; CARTER, R. W. B.; SINAY, M. C. F. Povos tradicionais, áreas protegidas, turismo e políticas públicas: o papel emergente da academia. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro. v. 18, n. 3. dez. 2018.

SPAOLONSE, E.; MARTINS, S. S. O. Ecoturismo: uma ponte para o turismo sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 6, nov-2016/jan. 2017.

TORRES, T. L.; BECHERT, M. I. Meios de hospedagem rural no Brasil como signo de coletivização e socialização. **Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal**, n. 42, 2022.

VALLEJO, L. R. Os Incêndios nas Unidades de Conservação Federais, Estado do Piauí - Brasil (2006-2015). **Revista Equador (UFPI)**, Teresina, v. 5, n. 5, p.111-129, 2016.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos Socioambientais no Litoral: Um Foco no Turismo de Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista de Gestão Integrada**, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 259-275, out./nov. 2008.

VELOSO, O. C. **Pedro II tem clima de serra, paisagens incríveis e leitoa assada que leva 2 dias para ser feita**. 2021. Disponível em: <https://cidadesnanet.com/news/entretenimento/pedro-ii-tem-clima-de-serra-paisagens-incriveis-e-leitoa-assada-que-leva-2-dias-para-ser-feita/>. Acesso em 03 jul. 2023.

VIDAL, F. W. H. *et al.* **As opalas de Pedro II no Piauí e o arranjo produtivo local**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTIC, 2018.

VIEIRA, C. I. P.; LIMA, I. M. M. F.; VIANA, B. A. S. Turismo Cultural e Ecológico em Pedro II, Piauí. Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural, 3. 2012, Parnaíba (PI), **Anais [...]**, Teresina: EDUFPI, 2012.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WTTC. WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **“Travel & Economic Impact 2017 Brazil”**, 2017.

5 PAISAGEM E ECOTURISMO EM PEDRO II, PIAUÍ: EXPECTATIVAS E REALIDADE

Resumo

Em operações turísticas, práticas tipificadas como ecoturísticas, muitas vezes, não estão alinhadas com as diretrizes do segmento de Ecoturismo, não contemplando, por falta de conhecimento ou interesse, aspectos peculiares inerentes à atividade, como a inclusão social e a conservação ambiental. Destaca-se, que a atividade de Ecoturismo, embora tenha papel importante em contribuir para uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza, com o auxílio da educação ambiental, sobretudo, em áreas de proteção ambiental, comumente, não consegue atingir seu objetivo, sendo necessário o desenvolvimento de estudos sobre esta importante segmentação turística. Nesta perspectiva, questiona-se como está ocorrendo a realização de atividades voltadas para o Ecoturismo e o potencial existente para este segmento, no município de Pedro II, região serrana do estado do Piauí, inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Ibiapaba. Dessa forma, neste artigo, tem-se como objetivo contextualizar a atividade de Ecoturismo, praticada em Pedro II, sob a ótica dos receptivos turísticos, da gestão pública e do potencial natural existente. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico, documental e de campo, averiguação de políticas públicas e legislações específicas sobre turismo para a região, verificação das iniciativas de Ecoturismo existentes, realização de entrevistas com receptivos turísticos formalmente constituídos, como também, com o gestor público municipal, que atua no desenvolvimento da atividade turística no município. Foi constatado que, em Pedro II, existem dois receptivos turísticos, formalmente legalizados, que ofertam opções de passeios aos atrativos naturais e culturais da região, por meio de guias e condutores, devidamente, capacitados profissionalmente. Também, foi verificado que, durante a operacionalização do trabalho turístico, promovido pelos receptivos, existe a inserção de atividades de educação ambiental, que faz parte das prerrogativas do Ecoturismo, embora, não se tenha verificado ações consistentes de fomento na participação da população das comunidades rurais, residente nas proximidades dos atrativos turísticos, nos trabalhos relacionados ao turismo. O município possui paisagens propícias para o desenvolvimento do Ecoturismo, embora não se tenha ocorrido avanços contundentes, quanto aos aspectos do cumprimento de seus fundamentos conceituais, de se respeitar o ordenamento jurídico existente, no estímulo à conservação ambiental, na inclusão das comunidades rurais, bem como, na integração entre a gestão pública municipal e os operadores da atividade turística, em prol do desenvolvimento do turismo de Pedro II, sob a tutela da sustentabilidade.

Palavras Chaves: Turismo; Sustentabilidade; Atrativos naturais

Abstract

In tourist operations, practices classified as ecotourism are often not aligned with the guidelines of the Ecotourism segment, not considering, due to lack of knowledge or interest, peculiar aspects inherent to the activity, such as social inclusion and environmental conservation. It is noteworthy that the activity of Ecotourism, although it plays an important role in contributing to a harmonious relationship between man and nature, with the help of environmental education, especially in areas of environmental protection, commonly fails to achieve its objective, it is necessary to develop studies on this important tourist segmentation. From this perspective, the question is how activities aimed at Ecotourism are being carried out and the existing potential for this segment, in the municipality of Pedro II, mountainous region of the state of Piauí, inserted in the Serra da Serra Environmental Protection Area (APA). Ibiapaba. Therefore, in this article, the objective is to contextualize the Ecotourism activity, practiced in

Pedro II, from the perspective of tourist reception, public management, and the existing natural potential. To this end, a bibliographical, documentary and field survey was carried out, investigation of public policies and specific legislation on tourism for the region, verification of existing Ecotourism initiatives, interviews with formally constituted tourist receptionists, as well as with the municipal public manager, which works to develop tourist activity in the municipality. It was found that, in Pedro II, there are two tourist receptions, formally legalized, that offer tour options to the region's natural and cultural attractions, through duly professionally trained guides and drivers. It was also verified that, during the operationalization of tourist work, promoted by the receptionists, there is the insertion of environmental education activities, which is part of the prerogatives of Ecotourism, although there have been no consistent actions to encourage the participation of the population of the communities. rural, residing close to tourist attractions, in jobs related to tourism. The municipality has landscapes suitable for the development of Ecotourism, although there have been no significant advances in terms of compliance with its conceptual foundations, respecting the existing legal system, encouraging environmental conservation, including rural communities, as well as such as, in the integration between municipal public management and operators of tourist activity, in favor of the development of tourism in Pedro II, under the umbrella of sustainability.

Keywords: Tourism; Sustainability; Natural attractions

5.1 Introdução

O turismo é uma atividade geradora de emprego e renda, resultante dos deslocamentos humanos, ressaltando que o ato de viajar é praticado pela humanidade há milênios. No entanto, embora a questão econômica seja a primeira a ser evidenciada como estímulo à atividade, sobretudo em localidades que detêm forte apelo paisagístico e cultural, destaca-se que o turismo deve ultrapassar a esfera mercantilista e considerar aspectos relacionados aos patrimônios natural e cultural de determinada região.

Com a crescente procura pela prática de turismo em áreas naturais, estimulada pela busca por contato em regiões para além das cidades, aumentou a preocupação com o local onde a visitação acontece, ou seja, a própria natureza (RAMOS; PAIXÃO, 2014). Dessa forma, torna-se necessário o debate e o estímulo por novas formas de uso do meio ambiente natural pelos turistas, considerando que as paisagens e a cultura dos povos locais estão sujeitas a possíveis agressões, ocorridas a partir de visitação elevada e não planejada, que caracteriza o turismo de massa.

No sentido inverso da promoção de grande afluxo de visitação, encontra-se o segmento do Ecoturismo, que busca em seus princípios o uso sustentável do patrimônio natural e cultural, a promoção do desenvolvimento econômico e o bem-estar da população (CAMARGO; COELHO, 2021). Nesta vertente, o Ecoturismo também é conhecido como elemento de fomento para que as comunidades rurais possam auferir fontes opcionais de renda e não precisem comprometer os recursos naturais para sobreviver (BRINGAS; OJEDA, 2000).

Para Cruz, Mendes e Campos (2017, p. 738), no ecoturismo devem ser consideradas “preocupações com a minimização de impactos, uso dos recursos de forma responsável, envolvimento das comunidades em suas práticas, é apresentado enquanto um conceito que se constrói a partir de compromissos e pactos tendo como base o desenvolvimento local”, que podem contribuir para a melhoria das condições de vida e desenvolvimento de comunidades locais.

No Ecoturismo, a busca pelo crescimento econômico está em sintonia com a visão de salvaguardar o meio ambiente natural, por meio de políticas de proteção à natureza, como também, segundo Layrargues (2014, p. 38), de “políticas públicas sustentáveis de desenvolvimento local que também sejam capazes de promover distribuição de renda”, sobretudo ao fomentar a participação das comunidades, residentes próximas aos atrativos, para atuarem em atividades ligadas ao turismo. Com isso, é possível ter a participação da população local em processos de discussão da atividade turística, de problemas existentes de ordem ambiental e social, além do aporte de conhecimento e habilidades necessárias para o desenvolvimento do turismo.

No entanto, embora o Ecoturismo seja detentor de vantagens, também, pode causar impactos negativos em um destino turístico, ao utilizar moradores das comunidades locais, “como mão de obra barata, destruir a vegetação, a flora e a fauna da localidade, além de causar superpopulação pela esperança de pessoas de fora da localidade obterem uma fonte de emprego no turismo, o que acarreta problemas de moradia” (SOTO, 2019, p. 29, tradução do autor).

Segundo Costa-Novo e Cruz (2014), ao se utilizar a dimensão do Ecoturismo, segmentação que apregoa princípios sustentáveis, por meio da visão estritamente mercadológica, sem que sejam considerados os princípios da sustentabilidade social, cultural e ambiental, é possível provocar processos de aculturação nas comunidades, evasão de renda, descaracterização do meio ambiente natural, além de danosa especulação imobiliária, que proporcionaria exclusão territorial dos moradores locais. Tais impactos são, ainda, mais expressivos em comunidades fragilizadas, onde o processo de desenvolvimento do turismo é apresentado dentro da ótica de trazer melhorias para a região, mas que muitas vezes só oferece, na prática, segregação e prejuízos socioambientais, tornando-se, ainda mais danoso, quando a região está inserida em unidade de conservação ambiental.

As unidades de conservação são consideradas espaços ideais para o desenvolvimento do Ecoturismo, pois na visão de Spinola (2006, p. 50) são nelas que está concentrada grande parte de atrativos naturais importantes “e biomas/espécies animais preservadas, ao mesmo tempo em que são consideradas o lócus de uma exploração sustentável da atividade, tendo em vista a

existência de um aparato legal e administrativo que, ao menos teoricamente, assegura limites à sua utilização”. Considera-se, ainda, que apenas a implementação de Unidades de Conservação não seja suficiente, sendo necessária a gestão governamental consciente, além de acompanhamento constante destes locais.

Neste sentido, Maganhotto *et al.* (2014, p 206) afirmaram que “o entendimento do ambiente como um sistema vivo, aberto, integrado e dependente de um uso racional e equilibrado para sua manutenção, reflete em estudos orientados e interpretados por meio de uma análise sistêmica”, o que ressalta a importância do desenvolvimento de estudos voltados para essas áreas. Nesta perspectiva, Esteves e Souza (2014) destacam a baixa quantidade de APAs que possuem plano de manejo, além da falta de efetividade dos planos, quando já existentes.

Entre os diversos tipos de Unidades de Conservação (UC) destacam-se as Áreas de Proteção Ambiental (APA), “cujo objetivo é compatibilizar o processo de ocupação humana com a conservação da natureza” (CARVALHO; SILVA; SALVIO, 2022, p. 1577). Em relação às APAs existentes no Brasil, Vallejo (2016) destaca, no Nordeste, a APA da Serra da Ibiapaba, que abrange os estados do Piauí e do Ceará, sendo que 76,5% de sua área, ou seja 1.245.301,44 ha, pertencem ao Piauí, configurando-se como a maior Unidade de Conservação do estado e que contempla, em sua área, o município de Pedro II, dotando a referida região, com condições propícias para o desenvolvimento do turismo, sob a ótica da sustentabilidade.

Pedro II está localizado “na microrregião de Campo Maior, porção nordeste do estado do Piauí, tendo como ponto central de sua área urbana as coordenadas geográficas de 04°25’29” S. e 41 °27’31” W e altitude de 610 m”. O clima ameno da região e as paisagens diversas têm contribuído para o desenvolvimento do turismo no município, incrementado pelo Festival de Inverno, que costuma ocorrer no mês de junho (LIMA; GUERRA, 2020, p. 519).

Além do Festival de Inverno, que ocorre desde 2004, atraindo milhares de visitantes, à época do feriado de Corpus Christi, no município de Pedro II são encontrados atrativos naturais, como cachoeiras e mirantes, sítios arqueológicos, atrativos culturais, como o casario urbano histórico e museu, sendo um município promissor em relação ao turismo.

Ressalta-se, ainda, que no município de Pedro II, além de trilhas existentes para visitação das cachoeiras, geralmente acompanhadas por guias, ocorrem outras ações, como o evento esportivo e cultural denominado Desafio Serra dos Matões, em que são realizadas atividades relacionadas à educação ambiental e inserção cultural, com as comunidades rurais, que compactuam com os ditames do Ecoturismo.

Gomes, Paes e Teixeira (2018, p.53), reforçam a aptidão para o turismo no município, afirmando que, “uma das propostas é o desenvolvimento do Turismo Sustentável, considerando o Ecoturismo e o Turismo de Aventura como os principais segmentos a serem trabalhados devidos aos atrativos naturais existentes em Pedro II”.

Embora existam algumas ações direcionadas para estes segmentos, questiona-se como estão ocorrendo as atividades voltadas para o Ecoturismo, como também, o potencial existente, em termos de atrativos naturais e culturais, de infraestrutura física de apoio e de gestão do turismo, para o desenvolvimento da atividade no município de Pedro II.

Dessa forma, neste artigo, tem-se como objetivo contextualizar a atividade de Ecoturismo, praticada em Pedro II, sob a ótica das ações da gestão pública e do potencial natural e construído existente, bem como, dos operadores turísticos formalmente constituídos.

5.2 Metodologia

Pedro II, está inserido na região centro-norte piauiense, a uma altitude de 603 m e está inserida na Região Turística Polo Aventura e Mistério, seguindo os parâmetros do Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal (GOMES; PAES; TEIXEIRA, 2018). O município faz divisa, à leste, com o Estado do Ceará e está distante cerca de 200 km de Teresina, a capital do estado do Piauí (LIMA; GUERRA, 2020).

Em 2022, Pedro II apresentou população de 37.894 pessoas e área territorial de 1.544.413 km². Com relação aos aspectos econômicos, Pedro II, em 2021, apresentou 6,9% de pessoas ocupadas no mercado de trabalho, com rendimento médio de 1,9 salários mínimos, sendo que, 55% da população, detinha rendimento nominal mensal de até meio salário mínimo por mês (IBGE, 2023).

Como metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, coleta de dados primários e secundários, bem como entrevistas padronizadas e semiestruturadas, para a obtenção de informações, que seguiram um roteiro pré-estabelecido.

Nas entrevistas, foram abordados os dois receptivos turísticos existentes, formalmente constituídos, que ofertam serviços de guiamento de turismo em Pedro II. Também, foi entrevistado o representante da Secretaria Municipal de Turismo, com a finalidade de obter informações sobre a percepção do gestor público, acerca da prática do turismo existente em Pedro II.

Foram pesquisadas, ainda, as legislações pertinentes ao turismo e as atividades desenvolvidas no município, bem como, as principais iniciativas do turismo na região. Além

disso, foi realizado registro fotográfico das atividades e locais ligados ao Ecoturismo no município.

5.3 Aspectos gerais da legislação sobre turismo

O Direito é um importante regulador das atividades humanas, afinal, segundo Dias (2006), a humanidade vive tempos de intensa complexidade e, mesmo, perplexidade, com os desafios enfrentados nas esferas econômicas, sociais e culturais, que não obstante, tem força de abalar a própria sociedade.

No turismo, que abrange em seu contexto a multidisciplinaridade de ações, em que suas atividades consideram aspectos socioambientais, culturais e econômicos, acarretando impactos positivos e negativos nas localidades onde ocorre, afetando diretamente o modo de vida, sobretudo, das comunidades locais, bem como do meio ambiente natural, não poderia ser diferente. Logo, as legislações existentes acerca da atividade turística, apresentam papel importante para o possível ordenamento jurídico, ao tempo que indica um caminho a ser seguindo pelos gestores públicos e privados.

As tratativas jurídicas têm por fundamento, o social, decorrente de suas prerrogativas de conduzir as atividades humanas a fim de orientá-las, por meio de regulação das complexas ações humanas. No entanto, este aspecto social é atravessado pelos litígios, poder e pela manipulação dos mais fortes sobre os mais fracos, orientando, com isso, os ditames sociais em pauta (DIAS, 2006). Com isso, é necessário observar no curso das legislações, quais são as existentes no município de Pedro II e suas interferências práticas na busca por um turismo sustentável na região.

Observa-se, entre os autores de estudos sobre turismo, o senso comum de, que as normas do direito têm sua importância como ferramentas e instrumentos para o desenvolvimento de políticas públicas para o setor, tendo em vista a busca pelo regramento, ordenamento, limitação de atuação dos envolvidos na operação, bem como para proteger os direitos dos afetados pelos dissabores do turismo, ao tempo que busca evitar privilégios de grupos econômicos dominantes que operam a atividade (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Vilela e Costa (2020), no Brasil, foram formulados cinco Planos Nacionais de Turismo (PNT), referentes aos períodos: 1992-1996; 2003-2007, 2007-2010; 2013-2016 e, por fim, 2018-2022. No período de 2003 a 2007, segundo Travassos (2021, p. 6) foi lançado o Plano Nacional de Turismo (PNT), que tinha como objetivos:

- a. Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais;
- b. Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros; e
- c. Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o país.

Já em 2008, foi lançada a Proposta de Regionalização do Turismo Nacional (PRTN), em que é pontuado o Estado como articulador e coordenador na criação de planos, normas e diretrizes com vistas na condução dos demais entes federativos em busca de competitividade e a diversificação de produtos e serviços, respeitando as peculiaridades de cada região do Brasil (TAVARES, 2021).

Ainda em 2008, foi promulgada a Lei Federal 11.771/2008 (BRASIL, 2008), denominada de Lei Geral do Turismo (LGT), como baluarte das legislações ora vigentes, que versa sobre a atividade a nível nacional, o qual, aqui no presente estudo, faz-se algumas ponderações acerca de suas tratativas. A LGT, portanto, desde 2008, tem regulado as atividades turísticas em âmbito nacional, revogando, inclusive, outras legislações anteriores, como a Lei nº 6.505 de 1977 e tem o propósito de dar mais segurança jurídica à atividade e contribuir para firmar o turismo com atividade estratégica no desenvolvimento social e econômico do país, tendo como nuances no seu escopo, a regulamentação da prestação de serviços turísticos, a definição da Política Nacional de Turismo e as atribuições do ente governativo federal, no que tange às orientações de planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor, dentre outras atribuições (BRITO; FRATUCCI, 2016).

A referida lei tornou-se, então, a pilastra básica para a condução da atividade turística em território nacional, no entanto, aqui no presente estudo não se tem como objetivo detalhar esta normativa. No escopo da Lei 11.771/2008 (BRASIL, 2008), tem-se as diretrizes que embasam a Política Nacional do Turismo que tem a função de direcionar o setor turístico em nível nacional e que é alicerçada por objetivos presentes no artigo 5º, Subseção II, tendo alguns, ligação direta, em suas prerrogativas, com os fundamentos socioambientais,

- II – reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;
- VIII – propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;
- IX – preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística (BRASIL, 2008).

Observa-se, a importância que o segmento ecoturístico tem, frente ao exposto, pois ele coaduna com os três objetivos citados acima, ao promover uma visita que seja munida de educação/interpretação ambiental, tendo como objetivo contribuir com a implantação de um turismo mais consciente e preocupado com os impactos socioambientais nas localidades visitadas.

Ao se analisar o objetivo contido no inciso IV, que promove a efetiva participação das comunidades receptoras no turismo, com ênfase na sua preservação cultural, bem como a perspectiva ao fomento de financiamento para as pequenas e microempresas, presente como objetivo, no inciso XV, verifica-se, que tais mecanismos vem fomentar para uma política direcionada para o turismo de base local, desenvolvida a partir das comunidades existentes na região dos atrativos turísticos e contribuindo, com isso, para o seu próprio desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, tais anseios podem se tornar conflitantes, sobretudo com o objetivo presente no inciso XIII, em que se propõe uma aceitabilidade de uma influência direta da demanda turística enquanto força motriz no desenvolvimento do espaço turístico, o que poderia acarretar, em tese, a vinda de equipamentos turísticos que poderiam se instalar em localidades e afetar negativamente os princípios da sustentabilidade, como a implantação de resorts (ARAÚJO, 2012), sendo tais equipamentos verdadeiras ilhas de isolamento social.

XIII – propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico nacional de forma a permitir a ampliação, a diversificação, a modernização e a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-se às preferências de demanda, e, também, às características ambientais e socioeconômicas regionais existentes. (grifo nosso).

Desta feita, embora a legislação possa ser criticada em determinados aspectos ou intenções, o que ocorre comumente na busca por regramentos de todas as atividades humanas, tem-se que sua formulação surge como uma real intenção de estruturar a atividade do turismo, cabendo, outrossim, o empenho e fiscalização do trade turístico com um todo, nas proposições, ajustes e revisão nos tempos vindouros.

No município de Pedro II, podem ser destacadas, a Lei nº 1.248, de 20 de novembro de 2018 (PEDRO II, 2018a), bem como as leis: Lei nº 1.249, de 20 de novembro de 2018 (PEDRO II, 2018b) e a Lei nº 1.285, de 16 de dezembro de 2020 (PEDRO II, 2020). Destaca-se a contemporaneidade dos regramentos jurídicos, entre 2018 e 2020, o que, a princípio, denota a possibilidade de atuação em temas relevantes de ordem sustentável, pois tal temática cresce, cada vez mais, nas discussões da atividade do turismo.

A Lei nº 1.249, de 20 de novembro de 2018), instituiu a Política Municipal de Turismo (PEDRO II, 2018b), tendo como objetivo central a promoção do turismo sob a ótica do desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural, por meio da Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR), do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Plano Municipal de Turismo (PMT), de acordo com o seu artigo 1º.

No artigo 2º, Lei nº 1.249, estão descritos os 18 objetivos da Política Municipal de Turismo, para a implantação da atividade turística no município, sendo alguns deles listados abaixo, com ênfase naqueles relacionados ao turismo sustentável (PEDRO II, 2018b, p. 1):

II – reduzir os desníveis socioeconômicos de ordem local mediante a geração de empregos;

VII – estimular o aproveitamento turístico/sustentável de nossos recursos naturais, construídos e culturais, visando a sua preservação, manutenção e valorização;

IX – estimular o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas no turismo, através de estímulos fiscais e outros, visando a geração de empregos;

XIII – regulamentar o uso, ocupação e fruição de bens naturais e culturais de interesse turístico rural, social, ambiental e cultural, respeitando a capacidade segura de carga em permanência de até três horas ou obedecendo próprios de manejo [...] ficando a prefeitura através de seus órgãos competentes e em convênios com o Conselho Municipal de turismo [...] bem como a comunidade para fiscalizar e denunciar junto aos órgãos judiciais [...];

XVIII, inciso, 2º - Ficando passível de punição na legislação vigente através de multa e demais penalidades previstas, pessoas sem os devidos treinamentos e sem credenciamentos como Guias de Turismo ou Condutor de Visitantes, quando da condução de turistas [...].

Verifica-se, na preocupação, em mitigar abismos socioeconômicos existentes, por meio da geração de emprego, (item II), no entanto, vale mencionar que a criação de empregos no turismo não acarreta, inevitavelmente, desenvolvimento social em comunidades, sobretudo as mais fragilizadas. No caso das comunidades rurais de Pedro II, isto poderia acontecer, pois é a partir da força econômica de empreendimentos turísticos, geralmente vindos de fora, que se propaga, também, a precarização do emprego local, bem como mudanças culturais significativas em seus locais de implantação, o que traz mudanças profundas no aspecto social/econômico comunitário.

O tema da sustentabilidade foi abordado, quando se propõe o estímulo e o aproveitamento do turismo sustentável visando à preservação e manutenção de recursos naturais e/ou outros (item XII), contudo não se tem observado ações direcionadas para o desenvolvimento do turismo de base local e o ecoturismo.

Observa-se, os objetivos da Lei, que sugerem controle e regulamentação de uso do solo, tempo de permanência máximo nos locais de visitação, fiscalização e proibição de pessoas não credenciadas de promoverem os serviços de guiamento e/ou condução de visitantes (XIII e

XVIII). Tais fatos são por demais relevantes, mas não encontrados os seus efeitos reais, o que denota que entre o papel e a prática, tem-se um abismo a ser superado. Ressalta-se que o município não tem um local de serviços de informações turísticas, que serviria como base declaratória dos princípios legais da normativa, inclusive em suas exigências tácitas, e, por isso, a Lei tende a ficar morta por falta de interesse, conhecimento ou mesmo, caducar.

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi criado pela Lei Municipal nº 807 de 19 de abril de 1999 (PEDRO II, 1999), que tem como objetivo, implementar as políticas municipais de turismo como órgão consultivo, de deliberação e assessoramento da Secretaria Municipal de Turismo.

Por meio da Lei 1.248, de 20 de novembro de 2018 (PEDRO II, 2018a), o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi ampliado, suas diretrizes, tentando reforçar a busca pela promoção e o incentivo turístico, como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental. No artigo 2º, no tópico DELIBERAR (I), menciona-se a elaboração de propostas de criação e aperfeiçoamento de instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico (I – b); e também, destinação de recursos financeiros consignados da prefeitura municipal (I – d), dentre outros. No entanto, não foram encontradas ações substanciais, que pudessem contribuir com os princípios sustentáveis da atividade turística.

Para a formação do COMTUR está prevista a participação do setor público, com membros indicados pelas Secretarias Municipais de Comunicação, de Meio Ambiente, de Desporto, de Comércio e Desenvolvimento Econômico, de Juventude, de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural e Urbano, de turismo, de Cultura e da Câmara Municipal de Vereadores. Em relação à comunidade, ao setor privado, está prevista a participação de representantes de Hoteleiros, da associação Comercial, das Artesãs, dos bancos locais, dos Artistas Plásticos dos Lapidários, dos representantes de Restaurantes, Bares e Similares, das Escolas Municipais, da Associação de Guias e de Condutores de Visitantes (ACONTUR), de representantes da Academia Pedro-Segundense de Letras e Artes (APLA), de Instituições de Ensino Superior e das Escolas Técnicas federais, estaduais e municipais, que tenham cursos voltados para o turismo, além de representantes de ONG's, voltadas o desenvolvimento econômico de forma coletiva sustentável, ecológica e ambiental, representante da Sociedade Civil, ligada ao turismo sustentável, como também da Associação de taxistas de Pedro II (PEDRO II, 2018a). Observa-se a amplitude da formação do COMTUR, que abrange vários setores da sociedade envolvidos com o turismo, que poderiam fomentar o planejamento e desenvolvimento da atividade turística, em Pedro II.

Ainda no artigo 2º, da Lei 1.248 (PEDRO II, 2018a), em que se estabelece a capacidade do COMTUR de opinar (item II), são encontradas possibilidades de interferência em calendários de eventos, projetos de Lei, campanhas de conscientização e defesa do patrimônio turístico, e outros. Já na atribuição de desenvolvimento (item III), tem-se que o conselho tem atribuição de incrementar, por meio da SEMTUR e demais secretarias, programas e projetos de interesse turístico, visando o crescimento do fluxo de turistas no município.

Verifica-se, no entanto, que o estímulo do turismo sob a ótica restrita à economia, contribui para a ineficácia sustentável da própria atividade econômica e dos aspectos sociais da região, ao tempo que, embora traga investimento e fomento da economia local, pode, também, proporcionar impactos socioambientais negativos, como aumento de custo de vida, inflação, especulação imobiliária, danos ambientais e outros (ARAÚJO, 2011).

Ressalta-se, que a busca pelo crescimento da atividade do turismo em uma dada localidade, deve estar alicerçada pelo seu devido planejamento, considerando que, o aumento de fluxo de visitantes não denota, necessariamente, ganhos de desenvolvimento socioambiental, podendo ocorrer o contrário. Na hipótese de se estimular o turismo de massa, por exemplo, em detrimento a uma operação turística voltada para os aspectos de proteção sociocultural e do meio ambiente natural, é possível promover o distanciamento da sustentabilidade, afastando-se, então, das diretrizes previstas no COMTUR.

Em 2020, foi promulgada a Lei nº 1.285, de 16 de dezembro de 2020 (PEDRO II, 2020, p. 149), que trata da criação do Plano Municipal de Turismo (PLAMTUR). De forma geral, o PLAMTUR, elaborado sob orientação do Ministério do Turismo, da Secretaria Estadual de Turismo e do COMTUR, tem atribuição, enfatizada no seu artigo 4º, em que está previsto,

estruturar e ordenar o turismo na cidade de Pedro II, de forma harmoniosa com o meio ambiente e com as melhorias das condições socioeconômicas do município, através do fortalecimento dos pontos fortes, trabalhando os pontos fracos e os desafios atuais e futuros, para assim posicionar o município como destino competitivo no cenário nacional e internacional e de qualidade.

No artigo 5º, da Lei nº 1.285 (PEDRO II, 2020), menciona-se diretrizes com finalidade de estimular o turismo para promover, valorizar e preservar o patrimônio natural e cultural (I); o desenvolvimento econômico e social da população (II); a valorização do ser humano como destinatário final do desenvolvimento turístico (III), dentre outros. Observa-se, nestes itens, a intenção pela busca da proteção sociocultural e ambiental da região.

Constata-se, ainda, a busca pela sustentabilidade, presente nos objetivos da Seção III, artigo 6º (PEDRO II, 2020), em que está proposto, pensar, planejar e empreender cooperativamente o turismo (IV); ser um destino reconhecido pelas práticas sustentáveis (V);

viabilizar projetos convergentes entre o turismo e a cultura, valorizando a história, a cultura e os costumes locais (VI). É importante ressaltar, também, a ideia de cooperativismo, descrita no objetivo IV, Seção III, artigo 6º (PEDRO II, 2020), que pode estimular o turismo de base comunitária, com a participação das comunidades rurais na construção e operacionalização da atividade turística, no município de Pedro II, o que contribuiria para os princípios do desenvolvimento sustentável.

Destaca-se, também, que no Plano Diretor de Pedro II (PEDRO II, 2010), é abordado o tema do turismo, prevendo, dentre outras atribuições, na Seção III, art. 17, que o Poder Executivo promoverá e incentivará o turismo e o Ecoturismo, como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social. Na sequência da Seção, está listada suas diretrizes, destacando-se dentre outras, o incentivo ao Ecoturismo, como forma de inserção social com a qualificação de guias turísticos; construção de um Centro de Informação e Apoio ao Turista; elaboração de um Plano de Sustentabilidade Ambiental do patrimônio Arqueológico e Natural de Pedro II; elaboração de um Plano de Gestão do Patrimônio Histórico, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável e Plano Estratégico de Sinalização Turística.

É possível observar que, no Plano Diretor de Pedro II, encontra-se amparo legislativo, para pautar sua atividade turística, sob a ótica do Ecoturismo e da sustentabilidade, mas que, passados 13 anos, e com fluxo crescente de visitação no município, tais preceitos não se encontram devidamente aplicados. Percebe-se, então, a possível falta de informação da sociedade de Pedro II, que não usa seu direito de reivindicar, o que está previsto na lei, referente ao planejamento e operacionalização do turismo na região.

As leis são relevantes para o direcionamento do turismo na região, ao apontar a direção das políticas a serem implementadas para o desenvolvimento da atividade turística. Contudo, a existência de tais regramentos jurídicos não implica, necessariamente, na sua efetiva aplicabilidade, pois é preciso que sejam apropriados, discutidos e cobrados pela população local, sobretudo, por aqueles mais atingidos pelos impactos advindos do turismo, quais sejam, as comunidades mais vulneráveis.

5.4 Iniciativas de Ecoturismo em Pedro II

Pedro II, ao fazer parte da região turística Polo Aventura e Mistério, também consta no Mapa do Turismo Brasileiro, no grupo com categoria D, juntamente com outras 1961 cidades do país (GOMES; PAES; TEIXEIRA, 2018). Por estar em uma região serrana e possuir um clima aprazível, além de paisagens que estimulam a atividade turística, como trilhas e

cachoeiras, tem-se, o evento Festival de Inverno, que ocorre à época do feriado de Corpus Christi, e que contribui substancialmente para ampliar a visibilidade do município, bem como, para o incremento do turismo, ao atrair milhares de turistas para região (MILANEZ; OLIVEIRA, 2011).

Ressalta-se que, no município de Pedro II, existem condições propícias para a prática do turismo tanto cultural como natural, considerando que sua composição paisagística, composta de serras, mirantes cachoeiras, sítios arqueológicos, minas de opala, dentre outros, propicia a oferta de atrativos aos seus turistas e visitantes. Com isso, diversos produtos turísticos são criados para atender à demanda, como por exemplo, as 19 opções de passeios propostos pela Associação de Guias e Condutores de Turismo (ACONTUR) que, desde 2005, fornece serviços de atividades turísticas na região.

Dentre as opções de passeios e iniciativas de turismo ofertadas pela ACONTUR, têm-se aquelas que envolvem atrativos naturais, culturais, city tour e vivências, pautadas na perspectiva de turismo comunitário, que ilustram a potencialidade e a multiplicidade de opções que os turistas podem aproveitar na região.

Em relação aos atrativos dos mais procurados para visitação, relacionados ao Ecoturismo, estão as cachoeiras, destacando-se a cachoeira do Urubu Rei (Figura 5.1), a cachoeira do Salto Liso e, também, a cachoeira do Tombador (Figura 5.2). Como local para visitação, existe também, a opção bastante procurada do Circuito das três cachoeiras, no local denominado Grotão da Urubu Rei, com banho nas cachoeiras do Buriti, Samambaia e uma piscina natural.

Figura 5.1 - Cachoeira do Urubu Rei



Figura 5.2 Cachoeira do Tombador



Fonte: Fotos de Luciano Uchôa (2022)

As cachoeiras têm destaque nos atrativos turísticos de Pedro II, sobretudo, por existirem na região, fluxos d'águas perenes, como a Urubu Rei, com seus 64,00 m de altura, o que dá opção de banho durante o ano todo. Embora seu volume de água diminua nos períodos de seca, a existência desta cachoeira perene, com esta envergadura, considerando a região de semiárido dominante na região, indica que Pedro II tem uma verdadeira raridade, em nível de Piauí, sendo considerada, a maior cachoeira do estado. Destaca-se, que este atrativo natural foi considerado o de maior interesse de visitação, perante a clientela atendida pela ACONTUR, em 2022, onde 20% dos seus clientes, procuraram conhecer tão imponente queda d' gua.

O acesso   cachoeira do Urubu Rei, ainda segundo a ACONTUR, pode ser feito de duas maneiras, sendo a primeira opção com o uso de transporte até o Mirante do Gritador e, de l , a p  em uma caminhada de aproximadamente 3,5 km, com nível considerado difícil e tempo estimado de 1,5 hora para chegar até a queda d'água; já a segunda opção é ir em transporte até a comunidade Caranguejo e, a partir da comunidade, enveredar por uma trilha de 2,3 km, também considerado difícil e tempo, até chegar   cachoeira, de cerca de 1 hora de caminhada, ficando o tempo total do passeio, para ambos os casos, incluso a permanência no local para banho, em 5 horas, sendo realizado sempre pela manhã.

Além de atrativos turísticos naturais, como o Morro do Gritador, a Cachoeira do Salto Liso e a Cachoeira do Urubu Rei, são encontrados, vários sítios arqueológicos com pinturas rupestres, perfazendo, segundo Gomes, Paes e Teixeira (2018, p. 52), o total de "21 sítios arqueológicos, dentre o mais conhecido é o da Torre, além das únicas minas de Opala existentes no país. E outros atrativos culturais como o Memorial Tertuliano Brandão, o Museu da Roça, o Sítio Buritizinho, os casarões coloniais localizados no centro da cidade" (Figura 5.3).

Figura 5.3 - Casar os coloniais no Centro de Pedro II



Fonte: Luciano Uchôa (2022)

A partir destes atrativos poderiam ser criados roteiros turísticos, voltados para o turismo sustentável, envolvendo a educação ambiental, que poderiam contribuir para o incentivo do turismo no local, desde que, de acordo com prévio planejamento e consideradas as peculiaridades locais. Neste sentido, entende-se por roteiro turístico, “um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro” (BRASIL, 2007, p.13).

Em relação a passeios direcionados aos sítios arqueológicos, a ACONTUR oferece visitas ao Sítio da Torre (Figura 5.4), aos Sítios na comunidade Olho D’água, aos Sítios na comunidade Lapa e na comunidade Salobro, localizados em Pedro II. Além destes, destaca-se o Sítio Buriti dos Cavalos, localizado na divisa de Pedro II com o município de Piripiri (Figura 5.5), que inclui visita à piscina natural da Jaqueira.

O Sítio Arqueológico da Torre I está localizado no Povoado Torre, em torno de 10 km da sede do município, sendo de acordo com Gomes (2011, p. 163), um dos mais próximos da área urbana, “e por isso um dos mais visitados, devido ao fácil acesso e infraestrutura para visitação (passarelas). Abrange pinturas oriundas das Tradições Agreste/Nordeste, com elementos que representam figuras humanas, animais, rituais de caça, dança e cerimônias religiosas”. A autora destaca, ainda, a preocupação com visitas intensas nestas áreas de grande sensibilidade ambiental, além de falta de controle sobre ações de depredação nos sítios arqueológicos.

Figura 5.4 - Sítio Arqueológico da Torre I.



Fonte: Gomes (2011, p. 73)

Figura 5.5 - Sítio arqueológico Buriti dos Cavalos



Fonte: Foto Luciano Uchôa (2022)

Com referência ao aspecto histórico-cultural, destacam-se o Museu da Roça e o Sítio Buritizinho, localizados na zona rural. O Museu da Roça, localizado a 8 km de Pedro II, segundo Gomes (2011, p. 95), “surgiu a partir da iniciativa das irmãs Fátima e Anitalice Galvão,

esta última curadora do Museu. Seu acervo é constituído de peças doadas pelas famílias tradicionais da cidade [...], que reproduzem os aspectos históricos da região de Pedro II” (Figura 5.6), no entanto, destaca-se que, desde 2019, o Museu encontra-se fechado, motivado por questões familiares e sem previsão de reabertura, o que acarreta uma perda significativa para a diversificação do turismo em Pedro II. Na parte de saberes e tradições culturais, tem-se, ainda, a opção de visita ao Sítio Buritizinho, onde, entre outras atrações, é possível conhecer o funcionamento de uma casa de farinha e o processo de beneficiamento da cana de açúcar (Figura 5.7).

Figura 5.6 - Quarto no Museu da Roça



Fonte: Foto Wilza Lopes (2018)

Figura 5.7 - Sítio Buritizinho



Fonte: Foto Luciano Uchôa (2022)

Ressalta-se, que nas opções de visitação, existem dois passeios mencionados como tema de turismo de base comunitária, sendo eles o Assentamento Salobro, com trilhas ecológicas, mirantes, sítios arqueológicos e artesanato local, e visita ao Povoado Olho D’água, com sítios arqueológicos, trilhas, riachos em época de chuvas, artesanato local e vivência local nas comunidades.

Convém salientar a importância da forma de gestão turística, pautada na participação popular, tendo em vista o anseio de ampliar as benesses da atividade e mitigar os impactos negativos, que, quando atingem grupos sociais fragilizados, nos aspectos políticos, econômicos e socioculturais, têm força de contribuir para um distanciamento e marginalização das comunidades locais existentes na localidade turística (ARAÚJO, 2011)

Dentre os atrativos naturais, destacam-se os mirantes, como o Mirante do Gritador, o Mirante das Araras e a Pedra do Leão (Figura 5.8). Além dos mirantes, há diversas trilhas de aventura, como o Cânion Apertado da Hora (Figura 5.9), o Trekking à Pedra do Leão, a Trilha dos Mirantes (Figura 5.10), bem como trilhas na comunidade da Lapa, em que há possibilidade de vivência comunitária.

Figura 5.8 - Pedra do Leão

Fonte: Foto de Juscelino Reis (2020)

Figura 5.10 – Trilha dos Mirantes

Fonte: Foto de Clarissa Andrade (2020)

Figura 5.9 - Apertado da Hora

Fonte: Foto de Clarissa Andrade (2021)

Foram observadas experiências pautadas no turismo comunitário que, não obstante, proporcionam à população local a possibilidade de aumento de renda, por meio da atividade turística. Afinal, segundo Araújo (2011), a premissa de participação popular no planejamento e operacionalização do turismo, torna-se necessária, pois nem sempre a comunidade local é inserida na divisão dos benefícios que o turismo traz, mas, muito pelo contrário, geralmente, este setor social é o que recebe, com maior impacto, os danos socioambientais provenientes da atividade.

5.5 Aspectos do turismo desenvolvido em Pedro II, na visão dos prestadores de serviços

Em Pedro II, foram localizados dois receptivos, formalmente legalizadas, que prestam serviços na área turística, ofertando opções de passeios aos atrativos naturais e culturais na região, por meio de guias e condutores, devidamente, capacitados profissionalmente e sendo, todos os seus colaboradores, moradores locais.

Com relação à divulgação dos serviços oferecidos, os receptivos turísticos se utilizam, sobremaneira, das redes sociais, além de um deles possuir, uma sala localizada na rodoviária da cidade, que funciona como centro de informações e de venda de seus pacotes turísticos. Foi informado por um dos receptivos que, 47% dos turistas atendidos em 2022, descobriram a

cidade por meio de terceiros e de redes sociais, sendo que 45% destes visitantes eram oriundos da cidade de Teresina, capital do estado, distante, 200 km de Pedro II.

Vale mencionar, que o município não tem posto específico de informações turísticas, gerido pela administração pública, tampouco ações de divulgação sistemática dos atrativos existentes na região, utilizando-se, apenas, das redes sociais da Secretaria Municipal de Turismo de Pedro II e das empresas envolvidas com a atividade turística, sendo que a falta de divulgação turística foi considerada a principal reclamação, elencada por 53% dos turistas atendidos por um dos receptivos.

A falta de uma local oficial, que possa ofertar informações aos turistas que chegam em Pedro II, é preocupante, pois segundo Gohr, Santos, Veiga (2009), cabe ao setor público a tarefa de promover as informações turísticas aos visitantes, sendo os chamados postos de informações turísticas, locais consideradas essenciais para o desenvolvimento do turismo, pois eles se constituem como orientadores dos turistas que visitam uma determinada região. Ainda, segundo os autores, o tipo de informação e a forma que ela ofertada, tem uma influência direta na qualidade percebida dos destinos turísticos, o que sugere a importância se ter locais que centralizem as informações dadas aos turistas de modo eficiente.

Portanto, a ausência de um posto de informação turística em Pedro II, concentrando informações relevantes, em relação aos atrativos turísticos do município, bem como, orientações sobre questões, que promovam a conservação ambiental e inclusão social das comunidades rurais, pode ser considerado um aspecto negativo para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

Como impactos positivos advindos do turismo, citados pelos entrevistados, destacam-se a autoestima da comunidade, a valorização do patrimônio material e imaterial da região, bem como, o reconhecimento do município em função do crescimento da atividade turística. Embora, muitas vezes, a motivação inicial para o estímulo ao turismo seja pela questão econômica, destacam-se, como observado, outros ganhos positivos adicionais, como a manutenção de elementos locais, como o patrimônio arquitetônico, a cultura e a própria conservação ambiental.

Além disso, a vinda de pessoas de outras localidades, movimentando a cena turística de uma região, tem força de ganho para além dos benefícios individuais de quem lida com a atividade em si, mas também o de gerar um sentimento de orgulho e autoestima na coletividade, por fazerem parte daquele contexto sociocultural (KRUMREICH, 2011).

Também, foi possível perceber nas falas dos entrevistados, o orgulho de que a mão de obra, envolvida no turismo de Pedro II, seja toda de origem local, como também, o aumento do

reconhecimento e da procura, cada vez maior, do município e de seus locais turísticos para visitação pelos turistas.

Ressalta-se, que a atividade turística utiliza como matriz de consumo, os territórios, os ambientes e a cultura das regiões onde ela se estabelece. Com isso, gera-se a necessidade de salvaguardar tais elementos existentes na localidade turística, de modo efetivo, não apenas mercadológica, para oferta aos turistas, mas sim, para a conservação dos saberes e patrimônios culturais das comunidades locais (CONDESSO, 2011).

Dessa forma, é relevante que não se tenha obtido, nas respostas dadas, apenas o impacto econômico da atividade turística, geralmente ressaltado, mas sim, resultados que apontam, sobretudo, a autoestima do povo e a valorização do patrimônio local, fatores que se mostram indutores de empoderamento social local e da proteção contra os impactos negativos do turismo.

Em relação aos impactos negativos, comentados pelos entrevistados, destacaram-se a falta de segurança, de acessibilidade, a aculturação e especulação imobiliária. Também, foi falado do lixo, da vandalização e, ainda, da falta de conscientização e de educação ambiental.

A crescente atividade econômica que o turismo proporciona à uma região, impacta diretamente o setor imobiliário, com isso, os preços dos terrenos tendem a subir, pelo surgimento de novos empreendimentos e ações especulativas nas terras próximas dos atrativos turísticos, ou detentoras de beleza cênica, como aquelas nos platôs da serra e com vista privilegiada. Verifica-se, também, em Pedro II, ocorrências de invasão de terras públicas e privadas, que pode ser visto em algumas áreas localizadas nas proximidades da estrada que interliga a comunidade Carnaúba e Caranguejo, como também na região próxima ao Mirante da Santa, na comunidade Serra dos Matões.

Foram comentados, pelos entrevistados, impactos negativos provenientes do turismo, tanto nas dimensões sociais, como ambientais, destacando-se o depósito irregular de resíduos sólidos e a vandalização nos atrativos turísticos, os relacionados à natureza. Em relação às questões sociais, foram relatadas mudanças culturais identitárias, inexistência de acessibilidades nos atrativos, dentre outros, que se referem às consequências negativas de um turismo tradicional sem ordenamento.

Neste sentido, Martellotta (2020, p. 5) afirma que, o turismo tradicional, como produto capitalista ao fomentar o turismo de massa, proporciona, na teoria, o desenvolvimento econômico, mas também um conjunto de efeitos colaterais como: “degradação do meio ambiente e do patrimônio cultural, transtornos aos moradores, inflação de preços, especulação imobiliária, no desaparecimento ou marginalização de comunidades inteiras.”

Destaca-se, ainda, uma das observações dos entrevistados, se referindo à “venda” do turismo em Pedro II, como um produto de ecoturismo, mas enfatizando que “nem sempre é feita a lição de casa”. Com efeito, ao se propor um modelo de Ecoturismo, é preciso que haja, primeiramente, o entendimento e a aplicação das características relacionadas a esta segmentação turística, que estão ligadas aos processos de conservação e de educação ambiental, bem como, o estímulo para que as comunidades locais façam parte do processo de planejamento e de operacionalização do turismo, contribuindo para as diretrizes do desenvolvimento sustentável.

Portanto, o Ecoturismo, pode estar sendo indevidamente empregado, muitas das vezes associado ao turismo de aventura, às atividades de esportes radicais ou à simples visita aos atrativos naturais, mas sem ter, portanto, os aspectos peculiares da sustentabilidade, que estão presentes nesta segmentação turística.

Além disso, a atividade de Ecoturismo, em seu processo distorcido de implantação, na ânsia do crescimento econômico, pode não promover o desenvolvimento da população, contribuindo para sérios impactos negativos nas localidades onde atua, tais como, poluição, degradação vegetal, perturbação do meio ambiente selvagem, concorrência desleal e desigualdades sociais (ROSETA; SOUZA, 2019), tendo alguns destes sido apontados pelos entrevistados.

Ressalta-se que, o possível uso de uma segmentação turística como chavão comercial, apenas, por estimular o marketing turístico, para fins de visita de cachoeiras, trilhas e mirantes, elementos muito procurados pelos turistas em Pedro II, pode aumentar o fluxo de visitantes na localidade, trazendo fluxos e divisas. Entretanto, pode contribuir, também, para o aumento de danos socioambientais na região, motivado pela eventual ausência de planejamento, desconhecimento da temática e preparação inadequada dos atrativos e dos atores envolvidos na atividade, ações estas que, se realizadas, possibilitariam a redução dos efeitos prejudiciais da atividade, ao tempo que amplificaria os impactos socioambientais positivos para a região.

Em relação ao trabalho realizado na atividade turística, destaca-se a atenção especial para a capacitação dos profissionais envolvidos no setor. Quanto à capacitação dos profissionais que atuam nos dois receptivos existentes em Pedro II, destaca-se que, todos os funcionários receberam treinamentos, sendo condutores e ou guias de turismo.

Ainda, segundo informações dos entrevistados, ocorrem treinamentos periódicos, que abordam prática e teoria, envolvendo conhecimentos para atendimento, condução, técnica de condução de grupo, pois é preciso estar preparado para receber públicos diversos, desde

crianças até pessoas idosas, e ainda, para atender diversos roteiros existentes. Também, estão incluídos cursos de turismo de aventura e de primeiros socorros.

O perfil de um condutor ambiental na atividade turística, como profissional capacitado e reconhecido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio da Instrução Normativa 08/2008 (ICMBio, 2008), é o de promover a sensibilização e conservação ambiental por meio da visita aos atrativos, sendo eles protegidos ou não. Ressalta-se, que dentro das áreas que compõem Unidades de Conservação da Natureza, estes profissionais devem ser cadastrados e receberem autorizações para empenharem suas funções na atividade turística (RIBAS; HICKENBICK, 2012).

A qualidade dos serviços turísticos ofertados e a compreensão das características em prol da existência do turismo sustentável, elementos que compõe, também, o Ecoturismo, são fatores que dependem de treinamento e conhecimento dos operadores do turismo, seja de condutor e/ou de guia de turismo. Foi constatado, no município de Pedro II, que todos os profissionais dos receptivos turísticos são condutores ou guias, que receberam formação necessária para a oferta de atividades turísticas praticadas na região.

É importante destacar que, aqueles que visitam Pedro II não vão, necessariamente, aos atrativos turísticos, devidamente, acompanhados por um guia ou condutor de turismo. Embora tal prerrogativa esteja prevista na Lei nº 1.249, de 20 de novembro de 2018, que, inclusive estabelece punição para quem conduz turistas sem treinamento e sem credenciamento de guia de turismo ou condutor de visitantes, observa-se, comumente, turistas chegando sozinhos aos atrativos ou sendo levados por pessoas não habilitadas. Tal fato, amplifica o problema, principalmente, quando as visitas ocorrem em paisagens cênicas e frágeis, como as cachoeiras existentes na Serra dos Matões, que contempla, dentre outras, a Cachoeira do Urubu Rei, considerada a maior do Piauí em águas perenes. Dessa forma, sente-se a necessidade de se ampliar o escopo protecionista na região, como por exemplo, por meio da criação de um Parque Nacional, que de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2004, p. 9), tem como objetivo:

[...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Vale mencionar, que as áreas protegidas têm grande valia para o segmento do Ecoturismo, pois “por meio delas, é possível resguardar, do ponto de vista legal, a conservação, a longo prazo, de uma determinada localidade, o que isenta tais áreas de se sujeitarem totalmente aos anseios locais que podem variar conforme os modismos econômicos” (LOBO; MORETTI, 2009, p. 5).

Destaca-se a diferença nas atribuições entre um condutor e um guia de turismo que, embora as atribuições se complementem e possam trabalhar na mesma temática, o guia de turismo tem uma capacitação mais abrangente, podendo, também, atuar em nível nacional, tendo informações mais generalistas sobre o local. Enquanto, o condutor atua mais focado na região onde vive, no seu habitat, detendo expertise vinda de treinamentos e vivências, sendo, também, um representante e promotor da cultura local (FERREIRA; COUTINHO, 2010).

A execução de uma atividade de turismo requer, portanto, atenção especial para a capacitação dos profissionais envolvidos no setor, pois os turistas chegam com expectativas, que precisam ser atendidas, da melhor maneira. Com isso, a qualidade do trabalho ofertado, que é função direta do nível de conhecimento do profissional do turismo, apresenta papel relevante para a satisfação, ou não, do cliente, considerando, ainda, que como o turismo se caracteriza pelo setor de serviços, a qualidade está, diretamente, relacionada à qualificação do componente humano (OLIVEIRA, 2019).

Em atrativos turísticos naturais, segundo Ribas e Hickenbinck (2012), além da oferta de lazer, um dos fatores significativos a ser proporcionado aos visitantes é a possibilidade de sensibilização para com o meio ambiente, em que a figura do condutor é tida como um educador socioambiental que, não deverá ser apenas um repassador de conhecimentos, mas sim, oferecer uma compreensão ecológica, por meio de vivências. Com isso, este profissional torna-se um agente promotor do Ecoturismo, ao fomentar a sensibilização do turista frente aos seus valores e modo de vida, em prol do respeito e valorização ambiental e da cultura local.

Ao apresentar os aspectos de qualificação dos profissionais que compõem os receptivos turísticos, bem como, a amplitude dos treinamentos realizados, foi constatada, também, a preocupação com o desenvolvimento de cursos de reciclagem, de seus colaboradores, que ocorrem a cada 60 dias. Também, mostraram-se interessados na realização de atividades turísticas com foco no profissionalismo, com investimentos na capacitação.

Entretanto, apenas a qualificação profissional dos guias e condutores de turismo, não pode ser considerada, sozinha, como elemento de sustentação para a existência do segmento do Ecoturismo, em Pedro II. Observa-se que, para além da existência de atores não devidamente qualificados conduzindo turistas nos atrativos de Pedro II, que foge dos padrões corretos, é necessário o investimento em ações objetivas de fomento às mudanças comportamentais, por meio da educação ambiental e ou interpretação ambiental. Dessa forma, entende-se que, mais que prover um repasse de informações durante a visitação, os guias e condutores devem provocar, também, reflexões críticas dos participantes da atividade, que possam sensibiliza-los,

para o desenvolvimento de ações mais responsáveis, voltadas para inclusão social e conservação ambiental, visando a busca pelo desenvolvimento sustentável.

O segmento do Ecoturismo tem como princípios básicos, segundo Roseta e Souza (2019), promover redução do impacto sobre o meio ambiente, como também, o respeito e o estímulo à cultura local, o apoio à economia de base local e a proteção do patrimônio material e imaterial existente, contribuindo para as diretrizes de desenvolvimento sustentável da região.

Os entrevistados dos receptivos turísticos expuseram a preocupação com os resíduos gerados durante a atividade, sobretudo, em locais onde não há estruturação mínima, com a inexistência de coletores, bem como elencaram ações que permitem uma maior troca de experiências entre os turistas e os moradores locais. Como exemplo dessas ações, é possível destacar a orientação de educação ambiental, feita aos turistas, no momento antes de iniciar a atividade de trilha, em que é ressaltada responsabilidade, de cada visitante, pelos resíduos gerados, durante os passeios.

Foi comentado, ainda, que no Circuito dos Minerais, que consiste em visitas às minas de opala, são oferecidas aos turistas, vivências lúdicas com os garimpeiros, que podem estimular o turismo de base comunitária, ao permitir maior integração dos moradores locais no contexto da operacionalização do turismo. Nestes momentos, segundo os entrevistados, além da visualização da atividade de extração da Opala, é possível que o garimpeiro convide os visitantes para tomarem um café em sua casa, ocasião em que eles podem participar da colheita do feijão e do milho, por exemplo, conhecendo as atividades da comunidade local.

Dessa forma, verifica-se o fomento a uma vivência, por meio da troca de experiências, com os garimpeiros, que é um dos objetivos do ecoturismo, ao permitir maior integração dos moradores locais, no contexto da operacionalização do turismo. Neste sentido, de acordo com Roseta e Souza (2019), pode promover, por meio do reconhecimento e valorização dos aspectos existentes na localidade, efeitos de elevação de autoestima, estímulo à educação, bem como novas oportunidades de emprego.

A partir dos relatos dos receptivos turísticos, foi observada a preocupação com a educação ambiental na condução turística, que, segundo Carvalho e Coelho (2021), pode contribuir com a formação crítica, voltada para melhor uso dos recursos naturais, ao tempo que promove uma mitigação dos impactos negativos do turismo.

No entanto, ressalta-se a falta de estruturação nos atrativos naturais de Pedro II, como por exemplo, a existência de coletores de resíduos sólidos, nos pontos iniciais e ao longo das trilhas que levam os turistas para as cachoeiras e demais locais de visitação, na Serra dos Matões. Destaca-se, a iniciativa popular que implantou um coletor, no início da trilha da

cachoeira do Urubu Rei, na comunidade Caranguejo, sendo que nesta comunidade não há coleta por parte da prefeitura, ficando, então, os sacos com resíduos gerados pelos turistas ali mesmo, se acumulando, quando muito, retirados pela população local e “tratados” por meio do fogo e/ou enterrados, o que se torna incongruente com os princípios da prática do Ecoturismo e da sustentabilidade.

Foi comentado, também, nas entrevistas, a iniciativa de proporcionar aos turistas, aspectos de interpretação ambiental, referente ao intuito de criar maior aproximação dos visitantes com a natureza, além de fomentar visão crítica dos aspectos norteadores para maior conservação ambiental. Ainda, são fornecidas, pelos guias, informações biológicas, geomorfológicas e geológica, dentre outras, da região. Procura-se, também, nas visitas conscientizar sobre o respeito à natureza, tanto em relação à produção de resíduos, como também, para não fazer fogueiras nos locais visitados, pois, embora proibido por lei, é comum encontrar resquícios de fogueiras nos atrativos turísticos.

Nas informações coletadas, menciona-se a existência de impactos ambientais nos atrativos turísticos de Pedro II, como resíduos sólidos deixados na trilha e a existência de fogueiras, o que evidencia a prática corriqueira de acampamentos nas cachoeiras, sem os devidos regramentos. Ressalta-se, que é por meio das madeiras em brasa das fogueiras, posteriormente transformadas em carvão, que são realizadas as pichações existentes em rochas, que compõe os cenários paisagísticos significativos existentes na localidade. Ressalta-se, então, que a falta de fiscalização adequada, nos principais atrativos de Pedro II, como as cachoeiras do Urubu Rei e Salto Liso, só acirra a perspectiva dos impactos negativos, que vêm ocorrendo.

Dessa forma, a existência de guias e condutores no ato da condução de visitantes e turistas, tem força de inibir danos ambientais e patrimoniais, na medida que a formação educacional proporciona maior capacidade na perspectiva de lidar com crimes ambientais, além de maior conhecimento para promover o trabalho consciente de sensibilização, tendo como aliado a presença de políticas de educação ambiental, que de certa maneira, observa-se nas ações desenvolvidas pelos receptivos em Pedro II.

Neste sentido, de acordo com Ribas e Hickenbinck (2012), na condução dos visitantes, os profissionais, para além do emprego de ferramentas educacionais de sensibilização socioambiental, devem, também, ter a preocupação na satisfação dos turistas, considerando que o emprego excessivo de práticas educativas pode deixar o passeio enfadonho e desestimulante, o que pode acarretar o fracasso dos programas ecoturísticos.

Na condução turística, promovida pelos receptivos turísticos em Pedro II, foi verificado o repasse de informações, pelos guias, durante a realização da atividade, que contribui para a

educação ambiental e interpretação ambiental, na medida que, também, pode fomentar a sensibilização quanto à importância da conservação ambiental. No entanto, tal perspectiva carece de estudos adicionais para se verificar a amplitude da ação, na medida que se torna necessário ouvir, também, em estudos futuros, os turistas e suas percepções sobre o trabalho ofertado e averiguar os impactos das ações realizadas no contexto da condução e suas correlações com os possíveis ganhos de visão crítica e sensibilização ambiental, elementos que fazem parte da atividade de ecoturismo.

No quesito inclusão social, no contexto do desenvolvimento do ecoturismo, procura-se proporcionar ganhos efetivos para as comunidades envolvidas, propondo uma participação direta da população local, também, no planejamento e operacionalização da atividade turística. Em Pedro II, não foram encontradas ações relacionadas para tal fim, embora, a experiência com os mineradores e outras vivências em comunidades, possam contribuir para a ampliação desta temática.

Além disso, a prática da atividade de Ecoturismo na Serra dos Matões, daria a oportunidade de incremento na qualidade de vida de seus moradores residentes em comunidades rurais, contribuindo, também, no fortalecimento de aspectos de conservação ambiental na região, trazendo condições mais favoráveis para a promoção do desenvolvimento local. Neste sentido, segundo Hanai (2012, p. 210), o desenvolvimento local se constitui em:

[...] um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades.

Portanto, o desenvolvimento do turismo em Pedro II, tem como desafio, o de ser fomentado dentro de preceitos que estimulem a conservação dos patrimônios naturais e culturais existentes na região, mas, também, que possa realizar a inclusão das comunidades rurais nas atividades turísticas, visando, por conseguinte, práticas que vão ao encontro do turismo sustentável. Contudo, não foi possível ainda, observar políticas, sejam públicas ou privadas, para este fim, embora haja legislações em defesa de tais objetivos e ações pontuais propostas pelos prestadores de serviço neste sentido. Entretanto, não são suficientes para suprir a carência do município e de seus atores do turismo, para o desenvolvimento de um turismo afinado com o desenvolvimento sustentável.

5.6 Gestão pública e o turismo de Pedro II

A função do Estado, conforme Tavares e Figueiredo (2021, p. 5), é a de “providenciar as condições da implementação do turismo através da coordenação e regulamentação institucional com elaboração de programas e estratégias de ação visando ao seu desenvolvimento de maneira integrada”. Desta forma, é importante obter informações de como o executivo municipal está lidando com a atividade do turismo.

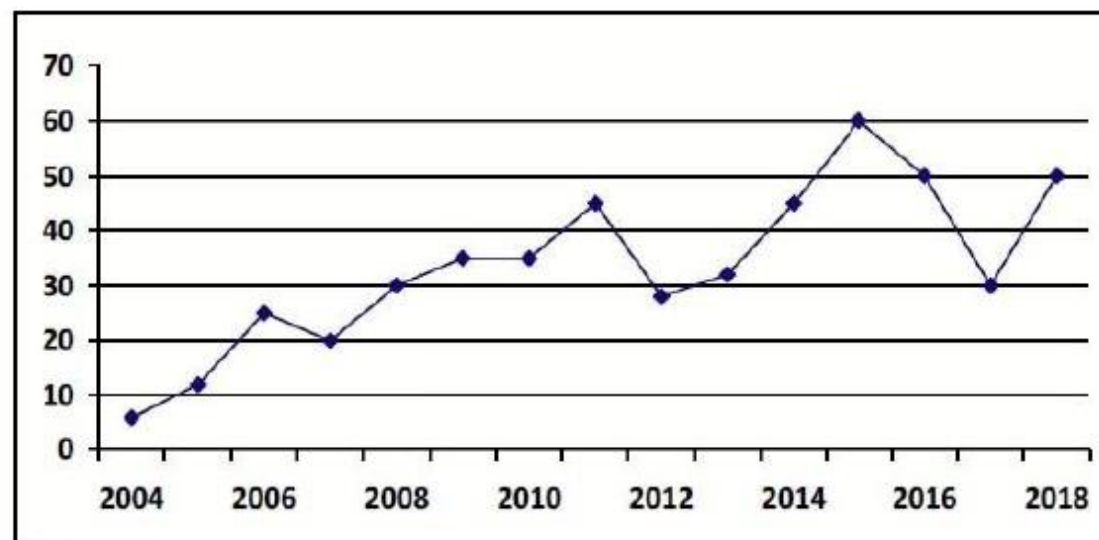
Na gestão do turismo, segundo Santos (2014, p. 83), é necessário que as atividades turísticas sejam continuamente planejadas, “de modo estratégico e participado, sempre com a monitorização e avaliação das ações e intervenções, com o propósito de ser atingido um desenvolvimento local e regional sustentável”, o que traria benefícios para a região.

Ao destacar a importância das políticas públicas, voltadas para o turismo, Araújo e Posenatto (2011, p. 225) chamam a atenção para o fato de que, é importante lembrar que o “aproveitamento do potencial turístico de determinada área, quando devidamente trabalhado, torna-se capaz de gerar emprego e renda para a população, além da própria população local ser beneficiada com as melhorias de infraestrutura”.

Foi mencionado, pelos entrevistados, que a gestão municipal de Pedro II tem ênfase de atuação, quanto ao desenvolvimento do turismo, apenas de forma pontual, necessitando de ações voltadas para o setor durante todo o ano e não apenas no Festival de Inverno, como vem ocorrendo. Foram ressaltadas, ainda, a necessidade de melhoria da capacitação técnica dos entes públicos, maior diálogo com os receptivos turísticos locais e demanda de articulação da secretaria de turismo com outros órgãos institucionais e secretarias do município, para um trabalho em conjunto.

Entre as questões abordadas, é perceptível a preocupação, dos entrevistados com o foco na gestão do turismo, apenas, em épocas esporádicas, enfatizando o Festival de Inverno, em que milhares de turistas chegam ao município para participar, por quatro dias de eventos musicais, ocasião em que muitos moradores costumam sair de suas casas para alugar aos visitantes. Tal evento pode ser caracterizado como turismo de massa, demandando maior empenho da prefeitura, para atender obras turísticas básicas, como limpeza, sinalização, fiscalização e segurança na cidade.

Em estudo realizado no município de Pedro II, Gomes, Paes e Teixeira (2018) mostram a estimativa do crescimento do número de visitantes, durante o Festival de Inverno, sendo possível observar, que em alguns anos, esta estimativa ultrapassou 40 mil, chegando até 60 mil visitantes (Figura 5.11), mostrando a quantidade de pessoas que chegam na cidade no período do festival.

Figura 5.11 – Gráfico com a estimativa de turistas presentes no Festival de Inverno de 2004 a 2018

Fonte: Gomes, Paes e Teixeira (2018, p. 52)

Em relação às visitas aos atrativos turísticos naturais de Pedro II, de acordo com dados disponibilizados pela ACONTUR, em 2019, 80% dos atendimentos aos turistas, promovidos pela associação, ocorreram na época do Festival de Inverno, o que representou 5.240 turistas. No restante do ano, no período de janeiro a maio, foram 360 visitantes (5,5%), enquanto no período de julho a dezembro foram 950 visitantes (14,5%), totalizando 6.550 visitantes, durante todo ano de 2019. Tal fato confirma a sazonalidade existente, durante o ano, em relação aos passeios turísticos naturais existentes em Pedro II, reforçando a necessidade de investimentos e de ações de divulgação para o incremento do ecoturismo no município.

Por ocasião da pandemia, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), decretada em março de 2020, foi suspenso o Festival de Inverno, nos anos de 2020, 2021 e 2022, que voltou a acontecer neste ano de 2023. No ano de 2020, o fluxo de turistas reduziu 38 %, em relação ano anterior, chegando a 2.003 atendimentos realizados pela ACONTUR, mas que ficaram melhor distribuídos ao longo do ano, sendo assim o fluxo atendido: janeiro a junho, 761 visitantes (38%) e de julho a dezembro, 1.242 visitantes (62%), considerando que não ocorreu o Festival de Inverno.

Destaca-se, ainda de acordo com a ACONTUR, que em 2021, ainda na pandemia, o fluxo turístico teve elevação em relação ao ano anterior, chegando a 3.992 atendimentos, sendo, 2.136 visitantes, de janeiro a junho (53,5%) e 1.856 visitantes, de julho a dezembro (46,5%). Em 2022, em que, também, por conta da pandemia não houve a realização do Festival de Inverno, o fluxo turístico superou os anos anteriores de 2020 e de 2021, ficando próximo aos valores de 2019. Acredita-se que, o período de pandemia, aliado ao acesso às vacinas tenha

contribuído para o desejo de se estar em ambientes naturais, aumentando, assim, o movimento ascendente de visitação, superando os anos de 2020 e 2021. Então, em 2022, foram atendidos 5.998 visitantes, sendo, 3.119 de janeiro a junho (52%) e 2.879 no período de julho a dezembro (48%), o que mostra, também, uma melhor distribuição da demanda de turistas, ao longo do ano, em Pedro II.

Foi comentado pelos entrevistados que, embora com fluxo menor, as atividades de turismo ocorrem por todo o ano, mas não encontram, a mesma atenção por parte da gestão pública, no que diz respeito à manutenção dos atrativos turísticos, obras de infraestrutura, programas de capacitação, dentre outras ações que são colocadas como prioridade no período de grande movimentação do turismo na região.

Tal fato denota preocupação, sobretudo quando tais deficiências são relatadas, também, pelos próprios turistas que visitam Pedro II. Com base na pesquisa realizada pela ACONTUR, os turistas atendidos no ano de 2022, apontaram como reclamações, os seguintes problemas: o atendimento em estabelecimentos em geral (36%), os acessos às estradas e trilhas (29%) e problemas com queimadas e visitas descontroladas aos atrativos turísticos do município (29%).

Observa-se, então, a necessidade de maior integração entre as entidades públicas com as empresas privadas, que atuam no turismo em Pedro II, para melhor alinhamento e estruturação das demandas existentes. Ainda mais, ao se considerar a característica do turismo na região, que tem forte ligação com as áreas naturais e vocação para o ecoturismo, sendo, tais espaços turísticos, comumente frágeis, que precisam de mais atenção dos envolvidos no setor, tendo em vista o anseio de reduzir os impactos negativos, oriundos do turismo.

Salienta-se, ainda, que a realização de ações sistemáticas de incremento e manutenção na infraestrutura do turismo na região, apenas, no período de grandes eventos, acaba por passar a mensagem equivocada da prioridade nos cuidados que a atividade turística necessita. Na visão de Meira, Kushano e Hintze (2018, p. 3), o turismo é “ um dos maiores fenômenos sociais do século XXI, como também, atividade de impactos econômicos em escala mundial”, mas que pode acarretar, também, impactos negativos relevantes, induzindo a necessidade de monitoramento constante de suas atividades. Sobre isso, Lobo e Moretti (2009, p.13) enfatizam que “[...] não há extensão territorial que seja suficiente para alimentar a máquina consumista de um turismo predatório e meramente mercadológico, ainda que disfarçado sob uma bela roupagem de Ecoturismo.”

Um dos elos da engrenagem de suma importância para o desenvolvimento do turismo numa dada localidade, portanto, seriam os órgãos públicos, como a Secretaria de Turismo, que, dentre outras funções, tem a legítima atribuição de balizar, estimular e conduzir o turismo

municipal. Em contato com gestor municipal ligado ao turismo, em Pedro II, entre os aspectos abordados, no que concerne à atividade turística no município, foram mencionadas, dificuldades orçamentárias, de capacitação e de diálogo por parte da gestão municipal, bem como, a integração de outras secretarias que, inevitavelmente, tem atribuições com a atividade, como segurança, meio ambiente, limpeza pública e outras, para um melhor planejamento do setor.

Ressalta-se, que no processo de planejamento do turismo há que se fazer presente, também, conforme Pinheiro *et al* (2011), a participação da população com suas ideias e anseios, pois tais mecanismos de escuta, segundo Seabra (2014), possibilita a democratização ao tempo que estimula a conservação dos patrimônios naturais e culturais de localidades turísticas.

No campo das atribuições da secretaria de turismo, segundo o gestor público, foram relatadas as tarefas de formular, executar e promover projetos e eventos de interesse social, turístico e cultural, além de buscar a exploração do turismo, no município de forma ativa e anual. Quanto às potencialidades turísticas do município, foram enfatizadas belezas naturais e culturais, como lugares com paisagens pouco transformadas pela ação humana, além da valorização da memória cultural, gastronomia e o artesanato, com destaque para produtos com opala.

Ao ser perguntado sobre as principais características do ecoturismo em Pedro II, foram mencionadas, principalmente, as paisagens naturais, como as cachoeiras, as formações rochosas, trilhas e mirantes, como também, algumas atividades esportivas como, ciclismo, rapel e atletismo. No campo da sustentabilidade, foram relatadas algumas ações de recuperação de áreas impactadas, bem como eventos realizados com esta temática, pela secretaria de turismo, como o Fórum de Turismo Sustentável, ocorrido em abril de 2023, que foi organizado por este pesquisador, com apoio da Prefeitura de Pedro II. Além disso, foi citada a necessidade de maior planejamento, com mais ações para que as atividades dessa área sejam voltadas para a sustentabilidade, melhoria da qualidade de vida dos atores sociais envolvidos e para a organização do espaço geográfico do município.

Foi observado que os turistas, sobretudo pós pandemia, estão procurando maior contato com o meio ambiente natural, sendo que Pedro II apresenta forte potencialidade na captação deste público. No entanto, além de apresentar potencialidade turística, é preciso pautar a atividade num contexto de planejamento prévio, para direcioná-la de acordo com os parâmetros da sustentabilidade, impedindo que as paisagens pouco modificadas, rapidamente, possam mudar de configuração, pela forte especulação imobiliária que as regiões turísticas sofrem quando ficam mais conhecidas e famosas pelo público em geral. O efeito deste “boom”

turístico, sem planejamento, pode resultar em danos para os moradores de comunidades mais fragilizadas, tornando-os cada vez mais periféricos e destruindo o meio ambiente natural.

Ressalta-se, que no segmento do Ecoturismo, é preciso que os princípios da sustentabilidade sejam considerados na esfera socioambiental, principalmente atingindo as comunidades mais fragilizadas, com o incremento de uma melhor infraestrutura local e do estímulo à participação, da população local, na atividade turística.

Entre as ações no campo ambiental, espera-se que o município seja responsável pela proteção dos mananciais de água, por meio da criação de unidades de conservação de proteção integral, sobretudo abrangendo as cachoeiras do Salto Liso e Urubu Rei. Estas ações são necessárias, considerando que não se tem, em Pedro II, políticas públicas voltadas para o estímulo da população rural, no contexto do envolvimento com o turismo, como também, atividades de conservação ambiental, direcionadas para as cachoeiras e demais atrativos, embora haja previsão legal.

Em relação às ações e anseios que deveriam ser implementados, em prol do desenvolvimento do turismo na região, foi mencionado, pelo representante da secretaria de turismo, a necessidade de pôr em prática o plano municipal turístico, aliado ao desenvolvimento de projetos plurianuais, bem como o de pautar ações para o setor, que coadune com princípios mais éticos e responsáveis. Constatou-se, com isso, que tais ações vão ao encontro do pleito dos receptivos turísticos, que desejam uma maior aproximação com a gestão pública, tendo em vista a necessidade de ajustes, parcerias e estímulos para a atividade do turismo em Pedro II.

No entanto, revela-se que há necessidade de maiores conhecimentos, aos envolvidos com o turismo em Pedro II, acerca do tema da sustentabilidade e do segmento de ecoturismo, que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do município, mas que, todavia, não encontram ações contundentes nas diretrizes, sejam públicas ou privadas, que balizam o setor.

5.7 Sugestões para melhoria do turismo na região

Como sugestões dos receptivos turísticos foram abordadas diferentes frentes, tais como a necessidade de um diálogo maior com a cadeia produtiva do turismo, envolvendo o poder público, a iniciativa privada, a comunidade e o próprio turista.

Ao ser sugerida a integração e capacitação, foi enfatizado que Pedro II, ainda não é uma cidade que apresente um turismo consolidado, mas existe sim, vocação para o turismo. Foi mencionado, também, a necessidade de mais capacitação para o “trade” turístico, pois já ocorrem muitas possibilidades nessa área, inclusive a partir de instituições como o IFPI Campus Pedro II e demais escolas existentes na região.

No entanto, as ações almeçadas de melhor diálogo entre os atores do turismo na região e maiores capacitações, precisam ter uma conotação mais clara, de que tipo de turismo que se pretende consolidar em Pedro II. O ecoturismo, então, se apresenta como uma opção, considerando-se os apelos naturais existentes na região, embora, muito ainda precise ser feitos para fortalecer este segmento, em prol de um turismo sustentável no município.

A busca por um turismo sustentável passa pela abordagem de direcioná-lo a um planejamento de longo prazo, que, segundo Hanai (2011, p. 224), precisa “envolver esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida de comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente”. Ainda de acordo com o autor, é impreterível a participação ativa da população local, que precisa se fazer presente no escopo do planejamento turístico, atuando na definição de objetivos, procedimentos, indicadores e na própria gestão do turismo, na busca pela sustentabilidade.

Outro tema lembrado, como sugestão para o desenvolvimento da atividade turística, foi a necessidade de divulgação institucional do município, pois o turismo tem sido divulgado, sobretudo, pelos próprios operadores de turismo, destacando-se, que a eficiente divulgação dos atrativos turísticos poderia ampliar a diversificação dos turistas que chegam em Pedro II. Segundo dados de 2022, obtidos da ACONTUR, a maior parte dos visitantes são provenientes de Teresina (45%), seguido por São Paulo (8%) e Maranhão (6%). Ressalta-se, que turistas estrangeiros representou, apenas, 1,8% do fluxo atendido naquele ano.

Contudo, de acordo com o Anuário Estatístico do Turismo (BRASIL, 2018), o segmento do Ecoturismo ocupa a segunda posição de interesse da vinda de estrangeiros ao Brasil, ficando apenas atrás do segmento de sol e mar. Com isso, ao promover a divulgação de Pedro II, em segmentos específicos, como o internacional, a gestão pública para além de contribuir para o incremento do fluxo de visitantes, proporcionaria o estímulo à visita de turistas, que já procuram fazer ecoturismo mundo afora, o que corroboraria para a consolidação desta atividade na região.

Um outro ponto elencado foi a pouca oferta de profissionais adequados para a operacionalização do turismo em Pedro II, sendo que, na ausência destes profissionais, turistas e visitantes são conduzidos para os atrativos por pessoas não capacitadas. Esta ocorrência pode estar relacionada a não existência de uma central de informações turísticas na cidade.

Constatou-se na região, a participação de moradores de comunidades rurais que trabalham na condução turística de modo informal, o que traz preocupação quanto à existência ou não de qualificação para o exercício do trabalho, sobretudo, quando se busca a aplicação dos princípios de sustentabilidade presentes no segmento do ecoturismo. No entanto, destaca-se

que, a possível falta de cursos e treinamentos, por parte dos operadores locais informais, não seria motivo para invalidar seus conhecimentos, que poderiam contribuir para trocas de experiências, com os visitantes que se dirigem a Pedro II, em busca de lazer, sendo que tal participação dos moradores locais atende aos princípios do ecoturismo.

No entanto, embora exista o conhecimento nato, por parte dos moradores de comunidades rurais, de aspectos inerentes à natureza visitada, tal fato não dispensa a capacitação adequada, pois para além de repasse de conhecimentos e vivências, o segmento do ecoturismo precisa envolver o turista dentro de aspectos de sensibilização e de educação ambiental, que devem ser incorporados e potencializados por meio de cursos e treinamentos.

Alguns elementos elencados merecem reflexão, destacando-se entre eles, o desejo por mais diálogo, união e parceria entre as instituições privadas e o poder público, para que seja possível traçar metas e ações, focadas no planejamento sustentável do turismo, em que haja sintonia entre a gestão pública e os receptivos turísticos. Ademais, para os entrevistados, Pedro II não deve ser considerada como uma região turística consolidada e sim, dotada de potencial turístico, mas cuja potencialidade se torna comprometida, quanto ao seu desenvolvimento, pela falta de ações mais incisivas de capacitações necessárias e planejamento adequado para o setor.

5.8 Considerações finais

Foi constatada a potencialidade do município de Pedro II para o Ecoturismo, sobretudo, pela existência de cachoeiras, mirantes e trilhas, na região da Serra dos Matões, tendo como principais passeios ofertados aos turistas, as visitas às quedas d'águas das cachoeiras do Urubu Rei e do Salto Liso. Ressalta-se, uma gama de oferta relevante de passeios, para além de cachoeiras, em que, apenas um dos receptivos oferece 19 atividades de visitação, dentre elas, possibilidades de vivências em comunidade rurais, o que contribui, possivelmente, para uma melhor distribuição dos ganhos da atividade, entre a população local mais fragilizada, reforçando os preceitos do Ecoturismo.

Destaca-se, que os passeios são oferecidos por dois receptivos turísticos legalmente formalizados, que investem em capacitação para os seus colaboradores, sendo todos eles condutores ou guias de turismo. No entanto, também, participa do trabalho de condução turística, uma parcela de residentes das comunidades rurais, que operam informalmente como condutores e possuem pouca capacitação.

Este fato é importante, na medida que a prática de Ecoturismo tem como uma das pilastras a inclusão social, sobretudo, com a participação de moradores de comunidades próximas aos espaços turísticos, no contexto do planejamento e operação do turismo. Contudo,

destaca-se que a presença de moradores rurais da localidade Serra dos Matões, em Pedro II, nos trabalhos de condução turística, ao tempo que denota um salutar interesse na participação das atividades ligadas ao setor do turismo, gera preocupação quanto à inexistência de formação profissional, mediante as premissas do segmento de Ecoturismo, que se faz necessária.

Verificou-se, ainda, que no município existem legislações balizadoras da atividade turística, com menções e prerrogativas, que possibilitam que o Ecoturismo possa ser implementado, como referência em Pedro II, embora, na prática, foi verificado falta de aplicabilidade das leis, descuido quanto à conservação dos atrativos turísticos naturais, não observância de políticas de inclusão social e planejamento turístico, bem como carência de ações contundentes de educação ambiental, como ferramenta de apoio nas atividades ligadas ao turismo.

Ressalta-se, também, forte sazonalidade do turismo em Pedro II, com pico de chegada de turistas à época do Festival de Inverno, desequilibrando a demanda e proporcionando o turismo de massa, sendo necessário, portanto, a criação de um calendário de eventos que possa ser mais distributivo ao longo do ano, aliado com ações de divulgação turística de forma mais sistemática, possibilitando a vinda de turistas de forma mais equilibrada e trazendo benefícios significativos para o desenvolvimento do Ecoturismo.

Com isso, tem-se, em Pedro II, elementos propícios para o desenvolvimento do Ecoturismo, pelos seus atrativos naturais e culturais existentes. Contudo, a falta de conhecimento aprofundado das características e exigências intrínsecas da atividade, que se difere das ações de simples visitação turística, torna a presença do segmento e, conseqüentemente, suas contribuições para o desenvolvimento sustentável do município, questionável, quanto à sua real existência, o que se gera expectativas de anseio, em detrimento a uma realidade destoante, ainda que esperançosa.

Referências

ARAÚJO, C. P. Da Embratur à política nacional de turismo. **PosFAUUSP**, v. 19, n. 31, p. 146-163, 2012.

ARAÚJO, R. M.; POSENATTO, A. F. G. Plano de Fortalecimento da Gestão do Turismo (PFGT): uma avaliação *ex ante* no município de Nísia Floresta (RN). **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 221-48, jan./fev. 2012.

ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 2, p. 238-276, 2011.

BAILEY, K. D. **Methods of Social Research**. New York, Toronto and New York. 1994.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Módulo Operacional 7. Roteirização turística**. Série Roteiros do Brasil. v.7. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007.

Disponível em:

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf.

Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da república. **Lei nº 11.771**, institui a Lei do Turismo. 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em 11 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo - 2018**. Ano Base 2017. 2018. Volume 45. Brasília. Distrito Federal. Disponível em https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2018-ano-base-2017/anuario_estatistico_de_turismo_2018-ano_base_2017_divulgacao_internet-1.pdf. Acesso em 06. ago. 2023.

BRINGAS, N.; OJEDA, L.: El ecoturismo: ¿una nueva modalidad del turismo de masas? **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 2, n. 7, p. 373-403, 2000.

BRITO, C. C.; FRATUCCI, A. C. Lei geral do turismo: fundamentos legais para a prestação de serviços turísticos. *In*: SEMINARIO LATINO AMERICANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO, 4, 2016, Brasília, **Anais [...]**, Brasília: UNB, 2016, p. 26-30.

BUENO, F. P. Educação ambiental e turismo: metodologias para a educação ambiental aplicada as atividades turístico-recreativas em ambientes naturais. **Revista Turismo: estudos e práticas**, Mossoró, v. 5, n. 2, jul./dez. 2016.

CAMARGO, F. C.; COELHO, S. C. A. Aspectos da educação e da interpretação ambiental no Ecoturismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 74-86, jan./abr. 2021.

CARVALHO, G. O. T.; SILVA, N. C.; SALVIO, G. M. M Vulnerabilidade ambiental em Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Bioma Mata Atlântica na região sudeste brasileira. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 32, n. 3, p. 1575-1593, jul./set., 2022.

CEPRO. Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais. **Diagnóstico dos Municípios**, 2013. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_1648f18ded.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

CONDESSO, F. Desenvolvimento rural, patrimônio e turismo. **Cuadernos de desarrollo rural**, v. 8, n. 66, 197-222, (2011

COSTA-NOVO, C. B. M.; CRUZ, J.G. **Turismo Comunitário: Reflexões no Contexto Amazônico**. Manaus: EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2014.

CRUZ, S. H. R.; MENDES, F. L. de S.; CAMPOS, R. I. R. de. Ecoturismo e desenvolvimento local na Floresta Nacional de Caxiuanã/Melgaço (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.9, n. 6, p. 737-750, 2017.

DIAS, M. da G. dos S. Direito e pós-modernidade. **Novos estudos jurídicos**, v. 11, n. 1, p. 103-116, 2006.

ESTEVES, A. O.; SOUZA, M. P. Avaliação Ambiental Estratégica e as Áreas de Proteção Ambiental. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 19, n. especial, p. 77-86, 2014.

FAZITO, M. *et al.* O papel do turismo no desenvolvimento humano. **Papers do NAEA**, Belém, v. 26, n. 1, p. 1-21, jul./ago. 2017.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Ecoturismo: a importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. *In*: PHILIPPI JÚNIOR, A.; RUSCHMANN, D. M. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 249-381.

GOHR, C. F.; SANTOS, L. C.; VEIGA, M. F. A informação como elemento chave para a qualidade do produto turístico: uma análise dos postos de informações turísticas do município de Florianópolis/SC. **Perspectivas da Ciência da Informação**. v.14, n. 2, p.169-186, 2009.

GOMES, A. A.; PAES E. K. R.; TEIXEIRA, F. de S. Gestão pública do turismo no município de Pedro II – Piauí. **Revista Expressão Científica**. Edição Especial COMTUR. ano. 3, v.3, Aracaju, p. 51-55, 2018.

GOMES, D. de O. B. **Mineração, turismo e ambiente em Pedro II, Piauí**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, SP, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Pedro II**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pedro-ii/panorama>. Acesso em: 08 abr. 2022.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução normativa n. 8**, de 18 de setembro de 2008. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/ICMBIO/IN0008-180908.PDF>. Acesso em: 08 ago. 2008.

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E.A. Turismos, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa. *In*: IRVING, M. A. *et al.* (Org.). **Turismo, Natureza e Cultura, interdisciplinaridade e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p.16-22.

KRUMREICH, C. **Turismo: a valorização do rural e as influências sobre a autoestima da população local: estudo do roteiro Caminho Pomerano, São Lourenço do Sul/RS**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS., 2011.

LAYRARGUES, P. P. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**, v 30, n. 1, p. 38-45, 2004. <https://doi.org/10.26849/bts.v30i1.508>.

LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. A natureza das políticas públicas: ecoturismo e conservação ambiental em Bonito - MS. **Observatório de Inovação do Turismo**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2009.

MAGANHOTTO, R. F. et al. Unidades de Conservação: limitações e contribuições para a conservação da natureza. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 203-221, set/dez 2014.

MARTELLOTTA, A. **Turismo, Sustentabilidade E As Transformações Do Capitalismo Pós 2020**. São Paulo: Clube de Autores, 2020.

MEIRA, C, M.; KUSANO, E. S.; HINTZE, H. C. Apontamentos históricos sobre a profissão do guia de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 6, n. 1, 2018.

MILANEZ, B.; OLIVEIRA, A. P. Opalas de Pedro II (PI): o APL como remediação da grande mina. *In*: FERNANDES, F. R. C.; SILVA, M. A. R.; ALAMINO, E. R. C. J. **Recursos minerais & sustentabilidade territorial**. Arranjos Produtivos Locais. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, v. 2. p. 69-88, 2011.

OLIVEIRA, N. A. Gestão de pessoas em turismo. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 12, n. 26, p. 6, 2019.

OLIVEIRA, Tassiana Moura. A Lei do Turismo-Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008: uma breve análise. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, p. 251-262, 2009.

PANOSSE-NETTO, A. P. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

PEDRO II. Prefeitura Municipal de Pedro II. **Lei nº 807, de 19 de abril de 1999**. 1999. Dispõe sobre a Instituição do Conselho Municipal de Turismo. Disponível em: <https://www.pedroii.pi.leg.br/leis/legislacao-municipal/1999/lei-807-1999-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-do-turismo-em-pedro-ii.pdf/view>. Acesso em 07 ago. 2023.

PEDRO II. Prefeitura Municipal de Pedro II. **Lei 1248, de 20 de novembro de 2018**. 2018a. Dispõe sobre a Ampliação do Conselho Municipal do Turismo (COMTUR). Disponível em: <https://www.pedroii.pi.leg.br/leis/legislacao-municipal/2018/lei-1-248-2018-dispoe-sobre-a-ampliacao-do-conselho-municipal-do-turismo-de-pedro-ii-comtur-e-da-outras-providencias.pdf/view>. Acesso em 07 ago. 2023.

PEDRO II. Prefeitura Municipal de Pedro II. **Lei 1249, de 20 de novembro de 2018**. 2018b. Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo. Disponível em: <https://www.pedroii.pi.leg.br/leis/legislacao-municipal/2018/lei-1-249-2018-dispoe-sobre-a-politia-municipal-do-turismo-e-da-outras-providencias.pdf/view>. Acesso em 07 ago. 2023.

PEDRO II. Prefeitura Municipal de Pedro II. **Lei nº 1.285, de 16 de dezembro de 2020**. 2020. Dispõe sobre a criação do Plano Municipal de Turismo (PLAMTUR). Disponível em: https://www.pedroii.pi.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-municipais-de-2020/dm_4221_363_pedro_ii_lei_1284-20_pag_148-149.pdf/view?searchterm=1.285. Acesso em 07 ago. 2023.

PINHEIRO, I. F. S. *et al.* A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo: visões e perspectivas para o planejamento turístico com vistas à sustentabilidade. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, p. 467-482, set./dez. 2011.

RAMOS, R.G.; PAIXÃO, L.C.P. Práticas ecoturísticas no Parque Nacional de Sete Cidades (PI) na perspectiva do turismo sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.1, p. 28-43, fev./abr., 2014.

ROSETA, P.; SOUSA, B. M. O papel do marketing como potenciador do ecoturismo e desenvolvimento sustentável. **Latin American Journal of Business Management**, v. 10, n. 2, 2019.

RIBAS, L. C. C.; HICKENBICK, C. O Papel de condutores ambientais locais e de cursos de capacitação no ecodesenvolvimento turístico e as expectativas sociais no sul do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 1, p. 143-165, 2012.

SANTOS, F. M. Análise de Conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: Bardin, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP, v. 6, no. 1, p. 383-387, maio 2012.

SANTOS, N. P. Turismo, gestão e território. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas de turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p. 66-86, nov. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Ecoturismo**. Caderno de Educação Ambiental 5. 2014. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/2014/11/5-ECOTURISMO.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SOTO, N. R. **Ecoturismo**. Cidade do Mexico: Red Tercer Milenio, 2019.

SPAOLONSE, E.; MARTINS, S. S. O. Ecoturismo: uma ponte para o turismo sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 6, nov-2016/jan. 2017.

SPINOLA, C. de A. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**. Salvador, BA, Ano VIII, n. 13, jan., 2006.

TAVARES, M. G. C. Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira. **Confins. Revista franco-brasileira de geografia**, n. 49, 2021.

VALLEJO, L. R. Os Incêndios nas Unidades de Conservação Federais, Estado do Piauí - Brasil (2006-2015). **Revista Equador** (UFPI), Teresina, v. 5, n. 5, p.111-129, 2016.

VILELA, G. J. P.; COSTA, H. A. Políticas Públicas de Turismo: uma análise dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003- 2022). **Revista Turismo em Análise (RTA)**, São Paulo. v. 31, n. 1, p. 115-132, jan./abr., 2020.

VINUTO, J. A amostra em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

6 CONCLUSÕES

A prática do turismo em Pedro II, vem despontando com o passar dos anos, o que contribui para uma atividade que incrementa a economia da região, por meio da geração de emprego e renda, embora exista, na sua operação, efeitos negativos, como os decorrentes da forte sazonalidade existente, que favorece o turismo de massa, à época do Festival de Inverno. Acrescenta-se, também, danos ao patrimônio natural do município, como pichações, depredações e poluição nos atrativos turísticos, muito por conta, da falta de se cumprir os regramentos das legislações existentes, dentre elas, a que cria as diretrizes da Política Municipal do Turismo (PMT).

O despertar de Pedro II, como região turística, foi muito motivado pela existência do Festival de Inverno, que ocorre desde 2004 e que traz, além de artistas nacionais e regionais, uma quantidade significativa de turistas ao município. Com o Festival, a cidade se renova por meio das obras de infraestrutura necessárias, como sinalização turística, limpeza dos atrativos, fiscalização ambiental e segurança na região, para atender à demanda de milhares de visitantes, embora, tal força impulsionadora e benéfica de promoção da revitalização do município, perca força mantenedora, quando da passagem do famoso evento.

Pedro II, tem seu turismo pautado, sobretudo, na visitação de seus espaços naturais, como cachoeiras, mirantes e trilhas, sendo a Serra dos Matões, a localidade que abriga os atrativos mais procurados pelos turistas, como as cachoeiras do Urubu Rei, a maior do Piauí em águas perenes, com 64m de altura, e a cachoeira do Salto Liso, com 25 m de queda d'água, mas que é intermitente. Ressalta-se, também, a presença de balneários existentes em comunidades rurais, o que denota a potencialidade da prática do Ecoturismo na região.

Ademais, encontram-se nestas comunidades, que abrigam atrativos turísticos relevantes, quais sejam, Serra dos Matões, São João, Carnaúba, Mangabeira e Caranguejo, o interesse de parte dos moradores de trabalhar com o turismo, já, na verdade, exercendo atividades como condutores informais e na venda de alimentos e bebidas nos percursos que levam aos atrativos turísticos.

Entretanto, nos aspectos que se referem à atividade turística de Pedro II, observou-se ações pontuais de prática de Ecoturismo, como atividades de educação e interpretação ambiental, promovidas pelos receptivos turísticos existentes, que possuem em seus quadros de colaboradores, guias e condutores de turismo. Vale mencionar, que alguns dos passeios ofertados pelos receptivos, buscam promover atividades que proporcione uma maior interação com comunidades rurais, sendo esta, uma condição almejada pelo segmento de Ecoturismo.

Contudo, a falta de ações mais contundentes e ampliadas, que promovam a conservação ambiental, bem como a inclusão social das comunidades rurais existentes nos espaços turísticos, elementos estes típicos da atividade de Ecoturismo, não foram encontradas à contento, pois, para que o turismo de Pedro II seja ofertado como uma atividade de Ecoturismo, na sua plenitude, os aspectos socioambientais, onde se busca inclusão social e uma relação ética entre o ser humano e a natureza, bem como os econômicos, em que se almeja uma melhor distribuição de renda, precisam ser, conjuntamente, levados em consideração.

Quanto ao arcabouço jurídico do Plano Municipal de Turismo (PMT), que versa sobre o turismo em Pedro II, menciona-se, pelo menos duas políticas norteadoras, que vão ao encontro dos aspectos almejados pelo Ecoturismo, quais sejam, o de fomentar o turismo sustentável e a promoção da redução dos desníveis socioeconômicos, por meio da geração de empregos provenientes da atividade turística.

No entanto, embora haja anseios auspiciosos no Plano Municipal de Turismo (PMT), como a busca pela sustentabilidade, o desejo por uma economia mais solidária e a necessidade da presença de guia ou condutor de turismo durante o processo de visitação, eles se colocam distante de suas realizações, pelas diminutas a es de conserva o ambiental e inclusão social, bem como, pela precária fiscaliza o nos atrativos turísticos. Destaca-se, ainda, a inexistência de Centro de Informa es Turísticas, no município, embora previsto no PMT, que poderia prover o ordenamento da atividade na região e corroborar para o incremento de políticas assertivas para o desenvolvimento do turismo sustentável em Pedro II.

A atividade do turismo tem trazido impactos negativos para Pedro II, sendo que eles perpassam pelas esferas ambientais, sociais e econômicas, mas não são, ainda, alarmantes, embora promovam um distanciamento das políticas de Ecoturismo, por proporcionar danos ambientais e a falta de estímulo   participa o, na atividade do turismo, da popula o rural. Como resultados positivos, a atividade turística tem promovido o incremento econômico da região, intera o social e trocas de conhecimentos, advindas da rela o turista e popula o local, bem como, eleva o de autoestima e divulga o do município.

Na percep o da gestão pública, frente ao turismo praticado no município, observa-se o interesse no desenvolvimento da atividade, embora haja necessidade de capacita es para um maior aprofundamento do conhecimento das características que compõe o segmento de Ecoturismo e sua importância na constru o de um turismo sustentável em Pedro II, considerando que tal segmenta o, vai em sentido contrário aos grandes fluxos de visita o, geralmente almejado pelos gestores da atividade, ao tempo que privilegia turistas mais

conscientes, frente aos grandes desafios socioambientais do planeta, promovendo com isso, o estímulo a uma consciência crítica, no ato da visitação.

Pedro II, apresenta muitos atributos desejáveis, como seu rico patrimônio natural, para estabelecer seu desenvolvimento sob a ótica do turismo e tutela do Ecoturismo, pelos amplos benefícios que esta segmentação pode alocar ao município. Contudo, tal iniciativa precisa se estabelecer por meio de um planejamento de longo prazo, com a participação da população local e demais envolvidos com a atividade, alinhando as ações e promovendo políticas socioambientais consistentes, para que a existência do Ecoturismo, possa sair da esfera de possibilidade turística, onde ela atualmente se encontra, para uma atividade presente e consistente, contemplando seus pré-requisitos e contribuindo como indutora do desenvolvimento sustentável da região.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. 1. ed. São Paulo: Editora Abril, 2012.

AFROZ, N.; MAHMUD, S. A. The Problem And Prospects Of Ecotourism: A Review On Bangladesh. **IOSR Journal of Business and Management**, Taiwan, v. 19, n. 2, p. 59-65, maio 2017.

ALMEIDA, F. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova, 2002.

ALMEIDA, A. R. B. **Ecoturismo e turismo de base comunitária na comunidade de Forte Velho, PB: diagnóstico e proposições**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2016.

ARAÚJO, C. P. Da Embratur à política nacional de turismo. **PosFAUUSP**, v. 19, n. 31, p. 146-163, 2012.

ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 2, p. 238-276, 2011.

ARENDIT, E. J. **Introdução à economia do turismo**. 1. ed. Campinas: Alínea, 1999.

AZEVEDO, F. F.; PINHEIRO, B. R. A.; SOARES, A. S. A relação homem-natureza e a práxis do turismo: um (re) encontro para a preservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 331-340, maio/ago. 2010.

BAILEY, K D. **Methods of Social Research**. New York, Toronto and New York. 1994.

BARTHOLO, R. **Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS/UFRJ, 2011. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12868402/marco-referencial-teorico-para-o-turismo-de-base-comunitaria>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BARTHOLO, R; SANZOLO, D.G; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2019.

BETTI, P. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação: estudo de caso na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui, Guaraqueçaba – Paraná**. 2014. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2014.

BRAGA, M. B.; SELVA, V. S. F. O turismo de base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local? **REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 38-53, jan./jun. 2016.

BRANCALIONE, L. Educação ambiental: refletindo sobre aspectos históricos, legais e sua importância no contexto social. **Revista de Educação do IDEAU**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 23, jun./jul. 2016.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994. Disponível em:
http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespolitica_nacionalecoturismo1994.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da república. **Lei nº 11.771**, institui a Lei do Turismo. 2008. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em 11 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da república. **Lei nº 9985**, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2000. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/segmentacao-do-turismo-e-o-mercado.pdf>
Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/plano-nacional-do-turismo.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de base comunitária**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2021. Disponível em:
<https://ead.mma.gov.br/mod/page/view.php?id=9508>. Acesso em: 28 maio 2021.

BRINGAS, N.; OJEDA, L.: El ecoturismo: ¿una nueva modalidade del turismo de masas? **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 2, n. 7, p. 373-403, 2000.

BRITO, C. C.; FRATUCCI, A. C. Lei geral do turismo: fundamentos legais para a prestação de serviços turísticos. *In: SEMINARIO LATINO AMERICANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO*, 4, 2016, Brasília, **Anais [...]**, Brasília: UNB, 2016, p. 26-30.

BRUMATTI, P. N. M. Sociedade, cultura e natureza: influências do ambientalismo no desenvolvimento do ecoturismo. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 280-297, dez. 2014.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BUENO, F. P. Educação ambiental e turismo: metodologias para a educação ambiental aplicada as atividades turístico-recreativas em ambientes naturais. **Revista Turismo: estudos e práticas**, Mossoró, v. 5, n. 2, jul./dez. 2016.

BUOSI, M. C. A.; LIMA, S. H. O.; LEOCÁDIO, A. L. A relação entre desenvolvimento sustentável e imagem de lugar de um destino turístico: proposição de um modelo estrutural. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo. v. 8, n. 2, maio/ago. 2014.

CABRAL, F. M. L. **Sustentabilidade do ecoturismo nos Açores: Caso da ilha de São Miguel**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Universidade Católica Portuguesa, 2020.

CAMARGO, A. **Da terra ao mar: Turismo de Base Comunitária no espaço vivido de Superagüi -Guaraqueçaba, Paraná**. 2015. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2015.

CAMARGO, F.C.; COELHO, S.C.A. Aspectos da educação e da interpretação ambiental no Ecoturismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.14, n.2, jan./abr. 2021.

CARNIELLO, M. F; SILVA, C. L. B. Turismo como vetor de desenvolvimento local: análise da estrutura turística no município de São José do Barreiro –SP. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 422-440, set./dez. 2018.

CARVALHO, A. F. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 3, n. 1, jan./dez. 2000.

CARVALHO, V. O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. **Revista Ecotour**, maio, 2007. Disponível em: http://www.revistaecotour.com.br/pagina/MTc1OQ=/O_turismo_comunitario_como_instrumento_de_desenvolvimento_sustentavel. Acesso em: 21 set. 2023.

CONDESSO, F. Desenvolvimento rural, patrimônio e turismo. **Cuadernos de desarrollo rural**, v. 8, n. 66, p. 197-222, 2011.

CONTI, B. R.; ROCHA, R. L. V. G.; VITEZ, N.N. As conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro. **Observatório de Inovação do Turismo -Revista Acadêmica**, v. 12, n. 2, dez., 2018.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

DALY, H; FARLEY, J. **Economia ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

DAMAS, M. T. Turismo Sustentável: Reflexões, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 310-327, maio/jul., 2020.

DIAS, M. G. S. Direito e pós-modernidade. **Novos estudos jurídicos**, v. 11, n. 1, p. 103-116, 2006.

DORSA, A. C. Turismo e desenvolvimento sustentável: janelas para o presente e o futuro. **Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 3, jul./set. 2022.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016.

FAZITO, M. *et al.* O papel do turismo no desenvolvimento humano. **Papers do NAEA**, Belém, v. 26, n. 1, p. 1-21, jul./ago. 2017.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Ecoturismo: a importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. *In: Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 249-381.

GOMES, A. A.; PAES, E. K. R.; TEIXEIRA, F. S. Gestão pública do turismo no município de Pedro II-Piauí. **Revista Expressão Científica**, Edição Especial ComTur, Pernambuco, v. 3, n. 1, p. 50-54, ago./set. 2018.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan./abr. 2012.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da Humanidade. Nova edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2014.

IRVING, M. A. *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-7, dez. 2005.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? *In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E.A. Turismos, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa. *In: IRVING, M. A. et al. (Org.). Turismo, Natureza e Cultura, interdisciplinaridade e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p.16-22.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

KÖRÖSSY, N. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

LICCARDO, A. Turismo mineral em Minas Gerais, Brasil. Turismo mineral em Minas Gerais, Brasil. **Global tourism**, Paraná, v. 3, n. 2, p. 01-19, nov. 2007.

LOBO, H. A. S. Ecoturismo e percepção de impactos socioambientais sob a ótica dos turistas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 67-75, jun. 2008.

MARANHÃO, C. H. S.; AZEVEDO, F. F. A Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018-2022. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 09-35, fev./abr. 2019.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida. **Interações**, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 109-118, mar. 2005.

MARTINS, M. R.; NEIMAN, Z. A. Questão da Qualidade na Formação dos Profissionais para o Turismo Sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan. 2009.

MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 454-479, set./dez. 2017.

MCCOOL, S. F. **The Changing Meanings of Sustainable Tourism. In Reframing Sustainable Tourism**. Stephen F. McCool; Keith Bosak (Orgs). Reino Unido: Springer, 2016.

MCCOOL, S. F.; BOSAK, K. **Reframing sustainable tourism**. Dordrecht: Springer, 2016.

MENDONÇA, R. Experimentando a sustentabilidade do turismo na natureza. *In*: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005a. p. 537-545.

MENDONÇA, R. Educação ambiental e ecoturismo. *In*: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005b. p. 154-169.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 98-110, nov. 2000.

NAKASHIMA, S. K.; CALVENTE, M. DEL C. M. H. A História do Turismo: epítome das mudanças. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, maio/ago., 2016.

OLIVEIRA, N. A. Gestão de pessoas em turismo. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 12, n. 26, p. 6, 2019.

OLIVEIRA, T. M. A Lei do Turismo-Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008: uma breve análise. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, p. 251-262, 2009.

OLIVEIRA, W. R.; SILVA, E. V. Geografia e educação ambiental na prática do turismo sustentável: a APA do delta do Parnaíba. **Revista Equador**, v. 5, n. 2, p. 61-74, 2016.

- OMT. Organização Mundial de Turismo. **Declaração de ecoturismo**. Quebec, 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/24269632-Declaracao-de-ecoturismo-de-quebec.html>. Acesso em: 26 abril 2022.
- OMT. Organização Mundial De Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- OMT. Organização Mundial de Turismo. **Panorama do Turismo Internacional**. Madri, 2019. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/publication/panorama-turismo-internacional-2019>. Acesso em: 26 abril 2022.
- ONU. Organizações das Nações Unidas. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2015. <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em 04 maio de 2021.
- PIAUI. Governo do Estado do Piauí. **O Piauí em Sintonia com o Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2020.
- POLES, G.; RABINOVICI, A. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 1 – 24.
- RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, p. 1-13, jan./abr. 2020.
- PANOSSE-NETTO, A. P. **O que é turismo**. Brasiliense, 2017.
- PANOSSE-NETTO, A. P.; NOGUERO, F. T.; JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 539-560, dez. 2011.
- RAMOS, D.M; COSTA, C.M. Turismo: tendências de evolução. **PRACS. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017.
- ROSETA, P.; SOUSA, B. M. O papel do marketing como potenciador do ecoturismo e desenvolvimento sustentável. **Latin American Journal of Business Management**, v. 10, n. 2, 2019.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Ecoturismo**. Caderno de Educação Ambiental 5. 2014. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/2014/11/5-ECOTURISMO.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- SILVA, S.; FERREIRA, L. Turismo e desenvolvimento sustentável: Uma avaliação exploratória das práticas hoteleiras no concelho de Bragança, Portugal. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, Coimbra, n. 21, p. 235-262, jun. 2021.
- SINAY, M. C. F. *et al.* A Pós-graduação Brasileira em turismo e em ecoturismo como caminho para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Brasileira de ecoturismo**, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./abr. 2021.

SOTO, N. R. **Ecoturismo**. Cidade do Mexico: Red Tercer Milenio, 2019.

SPAOLONSE, E.; MARTINS, S. S. O. Ecoturismo: uma ponte para o turismo sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 9, n. 6. São Paulo, nov./dez. 2017.

TAVARES, M. G. C.; FIGUEIREDO, S. L. Dossiê Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 54, 2022.

TIES. THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **What is Ecoturism?** 2015. Disponível em: <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>. Acesso em: 26 maio 2021.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. 8. ed. São Paulo: Senac, 2019.

UNWT. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Annual Report**, 2018. Madri: UNWTO, 2019. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419876>. Acesso em: 02 set. 2021.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WTTC. WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **“Travel & Economic Impact 2017 Brazil”**, 2017.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Senhor (a)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa denominada “**Turismo e Sustentabilidade: O Desafio do Ecoturismo no Município de Pedro II, Piauí**”, Esta pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora Dra. Wilza Gomes Reis Lopes, professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PGDMA) e tem como objetivo principal: “analisar os impactos provenientes da prática do ecoturismo no município de Pedro II, Piauí, considerando as dimensões ambientais e socioeconômicas”.

Esta pesquisa tem por finalidade contribuir na ampliação do debate sobre os benefícios e malefícios do ecoturismo em comunidades rurais, assim como fornecer subsídios para os gestores públicos e privados, investirem em políticas e ações voltadas para o desenvolvimento e divulgação do turismo sustentável no município de Pedro II/PI. Neste sentido, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse termo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante. Após seu consentimento, assine todas as páginas e ao final desse documento que está em duas vias. O mesmo, também será assinado pelo pesquisador em todas as páginas, ficando uma via com você participante da pesquisa e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora responsável (Wilza Gomes Reis Lopes) pela pesquisa através do seguinte telefone – (86) 99432-3428. Se mesmo assim, as dúvidas ainda persistirem você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da– UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br; no horário de atendimento ao público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Esclarecemos mais uma vez que sua participação é voluntária, caso decida não participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da pesquisa, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo e o (os) pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento.

Para a realização desta pesquisa o(a) senhor(a) deverá responder perguntas que estarão contidas em um questionário impresso. As respostas poderão ser escritas ou mesmo orais na forma de gravação, ficando assim ao seu critério de escolha.

O(a) senhor(a), terá benefícios ao participar desta pesquisa, pois durante as entrevistas, serão repassados conhecimentos acerca do ecoturismo, nas dimensões ambientais e socioeconômicas.

Esclareço também que esta pesquisa acarreta riscos mínimos, que é o de constrangimento na resolução dos questionários e o da identificação pública de seus dados. No entanto, a pesquisadora e sua equipe, acompanhará todo o processo de resolução dos questionários e

estarão prontos para esclarecer e ajudar em caso de dúvidas. Também, asseguramos-lhes total sigilo e identidade anônima, visto que o seu nome nunca aparecerá nos questionários. Esse termo de consentimento será guardado separadamente dos questionários respondidos e estes receberão apenas código de identificação. De igual modo, quando os resultados desta pesquisa forem divulgados, nunca será mencionado o seu nome. Nesse sentido, serão obedecidas as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Quanto à possibilidade de contágio pela Covid-19, destaca-se que serão adotadas todas as medidas sanitárias, conforme orientações da OMS.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos). E o (a) senhor (a) terá livre acesso as todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, bem como lhe é garantido acesso a seus resultados.

Esclareço ainda que o(a) senhor(a) não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de sua participação neste estudo você poderá ser indenizado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, bem como lhe será garantido a assistência integral.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente de acordo com os que me foi exposto, Eu _____ declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

Preencher quando necessário

- () Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
- () Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.
- () Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação;

Local e data: _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE B

ENTREVISTA COM RESIDENTES

TURISMO E SUSTENTABILIDADE: O DESAFIO DO ECOTURISMO NO MUNICÍPIO DE PEDRO II, PIAUÍ

Esta pesquisa faz parte de projeto de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Orientadora: Wilza Gomes Reis Lopes

Aluno do Mestrado: Luciano Uchôa Fraga Leitão (Pesquisador participante)

Coorientadora: Clarissa Gomes Reis Lopes

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____ HORÁRIO: ____:____h

NOME: _____

1) Local de Residência

<input type="checkbox"/>	Povoado Serra dos Matões
<input type="checkbox"/>	Povoado São João
<input type="checkbox"/>	Povoado Carnaúbas
<input type="checkbox"/>	Povoado Caranguejo
<input type="checkbox"/>	Povoado Mangabeira

2) Tempo de moradia no local

<input type="checkbox"/>	< 1 ano
<input type="checkbox"/>	De 1 a 5 anos
<input type="checkbox"/>	De 6 a 10 anos
<input type="checkbox"/>	> 10 anos

3) Qual atividade que você desenvolve ligada ao turismo?

4) Desde quando desenvolve esta atividade ligada ao turismo?

5) Existe um período do ano, mais procurado por visitantes? Qual?

6) O que você entende por Turismo e por Ecoturismo

7) Desenvolve outro trabalho não ligado ao turismo? Qual?

--

8) Você identifica, na sua comunidade, melhorias trazidas pela atividade do turismo, do ponto de vista ambiental e socioeconômica? Quais?

--

9) É possível visualizar problemas acarretados pela atividade do turismo na região? Quais?

--

10) Quais dificuldades você enfrenta na sua atividade do turismo em Pedro II?

--

11) Descreva seu trabalho desenvolvido na atividade turística

--

12) Você recebeu, participou ou tomou conhecimento de alguma capacitação em turismo, na região? Em caso afirmativo, qual, onde e quando?

--

13) Na sua visão, quais são os impactos positivos e negativos que o turismo tem deixado para a região?

--

14) Como você avalia o trabalho dos gestores públicos no desenvolvimento do turismo na região?

	Muito bom
	Bom
	Regular
	Ruim
	Péssimo

Por que?

--

15) Por favor, dê sugestões sobre o que poderia ser feito para melhorar a atividade turística e as comunidades envolvidas no turismo, na região.

--

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE O RESPONDENTE

16) Gênero

	Masculino		Feminino		Outro
--	-----------	--	----------	--	-------

17) Idade

	18 -29 anos
	30 – 39 anos
	40 - 49 anos
	50 - 59 anos
	60 - 69 anos
	> 70 anos

18) Escolaridade

	Sem instrução
	Ensino Fundamental incompleto
	Ensino Fundamental completo
	Ensino Médio incompleto
	Ensino Médio completo
	Ensino Superior incompleto
	Ensino Superior completo

APÊNDICE C

ENTREVISTA COM PRESTADORES DE SERVIÇOS

TURISMO E SUSTENTABILIDADE: O DESAFIO DO ECOTURISMO NO MUNICÍPIO DE PEDRO II, PIAUÍ

Esta pesquisa faz parte de projeto de pesquisa no Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Orientadora: Wilza Gomes Reis Lopes

Aluno do Mestrado: Luciano Uchôa Fraga Leitão (Pesquisador participante)

Coorientadora: Clarissa Gomes Reis Lopes

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____ HORÁRIO: ____:____h

NOME: _____

1) Nome completo, cargo ou função

--

2) Segmento

	Alimentação
	Receptivo
	Hospedagem

3) Quantidade de postos de trabalho gerados

	1 a 5
	5 a 10
	> 10

4) Quantos destes postos de trabalho são ocupados por moradores locais?

	Menor ou igual a 50%
	Mais de 50%
	100%

5) Os seus colaboradores recebem alguma capacitação para o trabalho? Qual?

--

6) Qual a sua percepção dos impactos positivos e negativos do turismo na região?

--

7) É repassada alguma informação de conscientização ambiental durante a permanência dos turistas nas atividades ligadas à sua empresa? Qual?

8) É repassada alguma informação de conscientização ambiental aos colaboradores da empresa ? Qual?

9) Existe alguma ação da empresa que vise aproximar o turista da comunidade local? Qual?

10) Como você avalia o trabalho dos gestores públicos no desenvolvimento do turismo na região?

11) Na sua visão, o que deveria ser feito pelo turismo da região?

APÊNDICE D**ENTREVISTA COM PESSOAS LIGADAS À GESTÃO PÚBLICA****TURISMO E SUSTENTABILIDADE: O DESAFIO DO ECOTURISMO NO
MUNICÍPIO DE PEDRO II, PIAUÍ**

Esta pesquisa faz parte de projeto de pesquisa no Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Orientadora: Wilza Gomes Reis Lopes

Aluno do Mestrado: Luciano Uchôa Fraga Leitão (Pesquisador participante)

Coorientadora: Clarissa Gomes Reis Lopes

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____ HORÁRIO: ____:____h

NOME: _____

1) Nome completo, cargo ou função**2) Na sua visão, quais as potencialidades de Pedro II para o turismo?****3) O que o Sr. (a) tem feito para o fomento do turismo em Pedro II?****4) Quais são as principais características do ecoturismo em Pedro II?****5) O turismo em Pedro II é desenvolvido dentro dos preceitos de sustentabilidade?****6) Na sua visão, o que deveria ser feito pelo turismo da região?**